

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

ANO LI - Nº 175

QUINTA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 1996

BRASÍLIA - DF

MESA**Presidente**

José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

(vago)

Ney Suassuna – PMDB – PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores Substitutos

(Eleitos em 16 e 23-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Écio Álvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líder

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES
Diretor Executivo do Cegraf

JÚLIO WERNER PEDROSA
Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA
Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 151ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE SETEMBRO DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – *Ofício de Ministro de Estado*

Nº 825/96, de 13 do corrente, do Ministro do Planejamento e Orçamento, referente ao Requerimento nº 710, de 1996, de informações, do Senador Eduardo Suplicy..... 16271

1.2.2 – *Aviso de Ministro de Estado*

Nº 317/96, de 13 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, referente ao Requerimento nº 717, de 1996, de informações, do Senador Romero Jucá..... 16271

1.2.3 – *Leitura de Mensagens Presidenciais*

Nº 456, de 1996-CN (nº 872/96, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 11, de 1996-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Aeronáutica, crédito suplementar no valor de R\$228.021.403,00 (duzentos e vinte e oito milhões, vinte e um mil, quatrocentos e três reais), para os fins que especifica"..... 16271

Nº 457, de 1996-CN (nº 873/96, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 12, de 1996-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, crédito suplementar no valor de R\$50.715.000,00 (cinquenta milhões, setecentos e quinze mil reais), para os fins que especifica". 16279

Nº 458, de 1996-CN (nº 874/96, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 13, de 1996-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), para os fins que especifica"..... 16284

1.2.4 – *Comunicação da Presidência*

Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização dos Projetos de Lei nºs 11, 12 e 13, de 1996-CN, constantes das mensagens presidenciais lidas anteriormente, e estabelecimento de calendário para sua tramitação. 16287

1.2.5 – *Ofícios*

Nºs 705 e 706, de 1996, da Liderança do Bloco PMDB/PSD/PSL/PSC na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comis-

sões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.516 e 1.514, de 1996, respectivamente. 16287

Nºs 1.811, 1.814, 1.817, 1.820, 1.823, 1.826, 1.829, 1.832, 1.835, 1.838, 1.841, 1.844, 1.847, 1.850, 1.853, 1.856, 1.859, 1.862, 1.865, 1.868, 1.871, 1.874, 1.877 e 1.880, de 1996, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.483-16, 1.485-29, 1.486-31, 1.487-22, 1.488-15, 1.489-15, 1.490-13, 1.491-13, 1.492-13, 1.493-9, 1.494-11, 1.495-10, 1.496-21, 1.497-22, 1.498-21, 1.499-30, 1.500-14, 1.501-13, 1.502-8, 1.503-4, 1.504-6, 1.505-6, 1.513-1, 1.514-1, de 1996, respectivamente. 16287

1.2.6 – *Discursos do Expediente*

SENADORA EMÍLIA FERNANDES – Congratulando-se com a nova reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, professora Wraza Panizzi. Enaltecendo o nível qualitativo do ensino da UFRGS. 16290

SENADOR JOEL DE HOLLANDA – Visita do Vice-Presidente, do Ministro das Minas e Energia e do Presidente da Petrobras ao Estado de Pernambuco, quando anunciaram várias medidas que contribuirão para o desenvolvimento do Nordeste, e principalmente daquele Estado. 16302

SENADOR JOSAPHAT MARINHO – Apelo ao Governo Federal para que estenda a todos os funcionários federais aposentados do País a medida liminar concedida no âmbito do Distrito Federal, determinando a suspensão do desconto previdenciário. 16304

SENADOR BERNARDO CABRAL – Transcrição do discurso proferido pelo professor catedrático de direito constitucional Paulo Bonavides, durante solenidade realizada no último dia 2, na qual lhe foi oferecida pela Ordem dos Advogados do Brasil a medalha "Rui Barbosa". 16305

SENADOR HENRIQUE LOYOLA – Evento congregando 34 países, realizado em Santa Catarina, visando a criação de um mercado de todas as Américas. 16310

SENADOR EDISON LOBÃO – Resposta do Ministério da Educação a críticas de S. Exa. à aquisição de computadores para a rede pública. 16311

SENADOR WALDECK ORNELAS – Preocupação com a extinção ou privatização da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF e da Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE. 16314

1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Essencialidade da construção de uma política de emprego, ao lado de uma política de renda, para reduzir as disparidades e incentivar a utilização de mão-de-obra. 16317

SENADOR ROMEU TUMA – 5º Encontro IBAE/SER – Instituto Brasileiro de Assuntos Estratégicos/Seguridade Estratégica Regional (Argentina), realizado em Brasília, nos dias 2 e 3 do corrente. 16319

SENADOR VALMIR CAMPELO – "Caminhada pela Paz no Trânsito", ocorrida em Brasília. 16320

SENADOR ODACIR SOARES – Sucesso da reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização dedicada à região Norte, realizada em Manaus, destacando a participação do Governador Amazonino Mendes, que mostrou ser o Estado do Amazonas exportador líquido de recursos para o Governo Federal. Descapitalização da Amazônia em favor da União. 16321

1.2.8 – Requerimento

Nº 943, de 1996, de autoria do Senador Valmir Campelo e outros Srs. Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Deputado Elias Abrahão. **Aprovado**. 16322

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÕES

Ata da 147ª Sessão Deliberativa Extraordinária, realizada em 12 de setembro de 1996, e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente. 16323

Ata da 149ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 16 de setembro de 1996, e publicada no **Diário Senado Federal** do dia subsequente. 16323

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.086, de 1996 (Republicação). 16324

Nºs 1.111 e 1.112, de 1996. 16324

4 – MESA DIRETORA

5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 151ª Sessão Não Deliberativa em 18 de setembro de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência do Sr. Valmir Campelo

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Declara aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Srª 1ª Secretária em exercício, Srª Emília Fernandes, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

OFÍCIO

DE MINISTRO DE ESTADO

Nº 825/96, de 13 de setembro de 1996, do Ministro do Planejamento e Orçamento, referente ao Requerimento nº 710, de 1996, de Informações, do Senador Eduardo Suplicy.

AVISO

DE MINISTRO DE ESTADO

Nº 317/96, de 13 de setembro de 1996, do Ministro de Minas e Energia, referente ao Requerimento nº 717, de 1996, de Informações do Senador Romero Jucá.

As informações foram remetidas em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, mensagens que serão lidas pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Emília Fernandes.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 456, DE 1996-CN

(nº 872/96, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Aeronáutica, crédito suplementar no valor de R\$ 228.021.403,00, para os fins que especifica".

Brasília, 16 de setembro de 1996.


Fernando Henrique Cardoso

EM nº 184 /MPO

Brasília, 12 de setembro de 1996

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério da Aeronáutica solicita a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 228.021.403,00, (duzentos e vinte e oito milhões, vinte e um mil, quatrocentos e três reais), conforme especificado seguir:

1) REMANEJAMENTO

a) Secretaria de Economia e Finanças

Os recursos destinados a "Combustíveis e Lubrificantes", visam a fornecer meios para que seja atendida a meta, estabelecida pelo Ministério da Aeronáutica, de 165.000 horas de voo, para o

Em R\$ 1,00
15.528.758

10.364.656

exercício de 1996. O remanejamento proposto possibilitará também o pagamento de Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Interna.

b) Fundo Aeronáutico**5.164.102**

A suplementação na atividade de "Funcionamento das Organizações Militares" tem como objetivo recompor esta atividade, que foi alvo de emenda supressiva pelo Congresso Nacional, na gestão Tesouro Nacional.

2) EXCESSO**212.492.645****a) Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica****12.837.079**

O Projeto Habitacional Sítio do Gama, destinado à construção de 2.360 residências para servidores civis e militares do Ministério da Aeronáutica, prevê um incremento em suas despesas no valor de R\$ 12.000.000,00, (doze milhões de reais), em função de alterações havidas no projeto de engenharia. A receita para fazer frente a esse acréscimo é proveniente do aumento no valor do financiamento contratado junto ao Banco Real S.A., que será integralmente amortizado pelos adquirentes. Na atividade "Amortização e Encargos de Financiamento", o excesso de arrecadação tem como justificativa o aumento, em 1995, do número de empréstimos concedidos com recursos próprios da Caixa de Financiamento Imobiliário e pagamento pelos inadimplentes.

b) Fundo Aeronáutico**199.655.566**

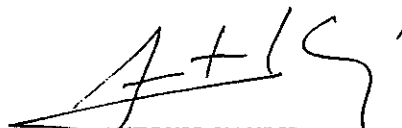
O excesso de arrecadação tem como origem: o aumento na demanda dos serviços das Companhias Aéreas Comerciais; o acordo firmado entre o Departamento de Aviação Civil, Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária - INFRAERO e as companhias aéreas, visando ao pagamento por estas, a partir do 2º semestre deste exercício, das dívidas oriundas do não recolhimento das tarifas cobradas dos usuários dos serviços; e a alteração, a partir de 1º de janeiro de 1996, do percentual da parcela das tarifas aeroportuárias destinada àquele Ministério e o reajuste dos preços das passagens aéreas, autorizado pelo Departamento de Aviação Civil, acarretando uma majoração das tarifas.

2. Cumpre esclarecer que o crédito será viabilizado por meio de Projeto de Lei, por se tratar de excesso de arrecadação e por ultrapassar o limite de vinte por cento autorizado ao Poder Executivo para a abertura de crédito, em função do remanejamento proposto.

3. Este Ministério pronuncia-se favoravelmente ao acolhimento do pleito, por considerá-lo em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

4. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União o referido crédito suplementar.

Respeitosamente,


ANTONIO KANDIR
Ministro de Estado do
Planejamento e Orçamento

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

Nº 184 DE 12 / 09 / 96.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

O Ministério da Aeronáutica solicita a abertura de crédito suplementar, objetivando a adequação do seu Quadro de Detalhamento da Despesa às suas reais necessidades de execução e a incorporação de excesso de arrecadação.

2. Solução e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Encaminhamento de Projeto de Lei ao Congresso Nacional, autorizando o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 228.021.403,00 (duzentos e vinte e oito milhões, vinte e um mil, quatrocentos e três reais).

3. Alternativa existente às medidas ou atos propostos:

A alternativa proposta é a única para a solução do problema

4. Custos:

Não implicará custos adicionais para o Tesouro Nacional, visto que o crédito dar-se-a mediante o excesso de arrecadação e a anulação parcial de dotações.

5. Razões que justificam a urgência:

Adequação do Orçamento

6. Impacto sobre o meio ambiente:**7. Alterações Propostas : (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medida Provisória)**

Texto atual

Texto proposto

8. Síntese do parecer do órgão jurídico:**PROJETO DE LEI Nº 11, DE 1996-CN**

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Aeronáutica, crédito suplementar no valor de R\$ 228.021.403,00, para os fins que especifica

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.275, de 9 de maio de 1996), em favor do Ministério da Aeronáutica, crédito suplementar no valor de R\$ 228.021.403,00 (duzentos e vinte e oito milhões, vinte e um mil, quatrocentos e três reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão:

I - da anulação parcial de dotações indicadas no Anexo II desta Lei;

II - do excesso de arrecadação de recursos de Outras Fontes, constantes do Anexo III desta Lei, no montante especificado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

21000 - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
21101 - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA - SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

48 1.00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	FONTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
FORÇA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA			10361 856		618 909	6889 019			2856 728	
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			3475 837		618 909				2856 728	
DÍVIDA INTERNA			3475 837		618 909				2856 728	
06 108 0031 2027			3475 837		618 909				2856 728	
AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO										
CUMPRIR CLAUSULAS CONTRATUAIS DE PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO JUROS COMISSÕES E OUTRAS DESPESAS INCORPÓREAS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS E/OU EXTERNOS										
06 008 0031 2027 0001	F	144	3475 837		618 909				2856 728	
AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO			3475 837		618 909				2856 728	
14444 4444			6889 019			6889 019				
OPERÇÕES RECURSOS			6889 019			6889 019				
06 026 0160 2029			6889 019			6889 019				
COMISSÕES E LUBRIFICANTES										
SUPRIR AS ORGANIZAÇÕES MILITARES COM COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES NECESSÁRIOS AO CUMPRIMENTO DE SUAS MISSÕES ESPECÍFICAS										
06 026 0160 2029 0002	F	100	6889 019			6889 019				
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DE AVIAÇÃO			6889 019			6889 019				
TOTAL FISCAL			10361 856		618 909	6889 019			2856 728	

21000 - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
21201 - CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA

48 1.00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	FONTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
FORÇA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA			837 079		300 000				537 079	
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			837 079		300 000				537 079	
DÍVIDA INTERNA			837 079		300 000				537 079	
06 008 0031 2027			837 079		300 000				537 079	
AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO										
CUMPRIR CLAUSULAS CONTRATUAIS DE PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO JUROS COMISSÕES E OUTRAS DESPESAS INCORPÓREAS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS E/OU EXTERNOS										
06 008 0031 2027 0001	F	250	837 079		300 000				537 079	
AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO			837 079		300 000				537 079	
HABITAÇÃO E LUBRIFICANTES			12000 000				12000 000			
HABITAÇÃO			12000 000				12000 000			
HABITAÇÕES RECURSOS			12000 000				12000 000			
10 057 0319 1070			12000 000				12000 000			
UNIDADES HABITACIONAIS										
ATENDER AS NECESSIDADES HABITACIONAIS DOS SERVIDORES ATRAVÉS DE FINANCIAMENTO, AQUISIÇÃO E/OU CONSTRUÇÃO DE UNIDADES										
10 057 0319 1070 0001	F	246	12000 000				12000 000			
FINANCIAMENTO DE RESIDÊNCIAS A SERVIDORES			12000 000				12000 000			
TOTAL FISCAL			12837 079		300 000		12000 000		537 079	

21000 - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
21901 - FUNDO AERONÁUTICO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
ESPECIFICAÇÃO	S F	FONTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA			12831.414			12301.364	530.050		
DEFESA AEREA			12831.414			12301.364	530.050		
ADMINISTRAÇÃO GERAL			7664.102			7664.102			
06.026.0021.2008			7664.102			7664.102			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO ÀS ATIVIDADES-FIM									
06.026.0021.2008.0016	F	250	7664.102			7664.102			
FUNCIONAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES									
OPERAÇÕES AÉREAS			5187.512			4837.282	350.230		
06.026.0160.1000			400.000				400.000		
VEÍCULOS DE SUPERFÍCIE DE TRAÇÃO MECÂNICA									
DOTAR O MINISTÉRIO DOS MEIOS DE TRANSPORTE DE SUPERFÍCIE NECESSÁRIOS AO CUMPRIMENTO DA SUA MISSÃO CONSTITUCIONAL									
06.026.0160.1000.0002	F	250	400.000				400.000		
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS CONTRA-INCÊNDIO			400.000						
06.026.0160.2050			4787.312			4637.282	150.030		
SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES									
PROPORCIONAR ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR AOS MILITARES EM ATIVIDADES, AOS INATIVOS E SEUS DEPENDENTES									
06.026.0160.2050.0004	F	250	4787.312			4637.282	150.030		
ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR INDENIZÁVEL									
TRANSPORTE			181988.254			181988.254			
TRANSPORTE AEREO									
INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA			22668.152			10730.000	61938.152		
16.087.0523.1013			22668.152			10730.000	61938.152		
CONSTRUÇÃO E MELHORAMENTO DE AEROPORTOS									
MANTER E CONSERVAR AS INSTALAÇÕES DA REDE AEROPORTUÁRIA SOB A RESPONSABILIDADE DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA, INCLUSIVE DA INFRA-ESTRUTURA									
16.087.0523.1013.0001	F	250	61368.152			61368.152			
INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA									
16.087.0523.1013.0002	F	250	11300.000			6000.000	5300.000		
CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE AEROPORTOS									
CONTROLE E SEGURANÇA DO TRÁFEGO AEREO			119320.102			30710.000	88610.102		
16.087.0524.1014			30920.102				30920.102		
SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AEREO BRASILEIRO-SISCEA									
POSSIBILITAR A COBERTURA TOTAL DO ESPAÇO AEREO BRASILEIRO, DESDESENVOLVENDO A CAPACIDADE DE ACOPIAR, TRATAR, PROCESSAR E TRANSMITIR DADOS DE UNIDADES TÁTICAS DE CONTROLE DO ESPAÇO AEREO, IMPLANTANDO O SISTEMA DE DEFESA AEREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AEREO									
16.087.0524.1014.0007	F	250	30920.102				30920.102		
RENTABILIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA GACFA			3600.000			2200.000	1400.000		
16.087.0524.2050									
MANTENÇÃO E SUPRIMENTO DE MATERIAL CONTRA-INCÊNDIO									
ADQUIRIR EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS CONTRA INCÊNDIO, EXCETO VEÍCULOS CONTRA-INCÊNDIO									
16.087.0524.2050.0003	F	250	3600.000			2200.000	1400.000		
MANTENÇÃO E EQUIPAMENTO									
16.087.0524.2050.0003	F	250	3600.000			2200.000	1400.000		
MANTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO VOO			84800.000			28510.000	56290.000		
ADQUIRIR E MANTER EQUIPAMENTOS ESPECIALIZADOS PARA A PROTEÇÃO AO VOO									
16.087.0524.2050.0003	F	250	84800.000			28510.000	56290.000		
MANTENÇÃO E EQUIPAMENTO									
TOTAL FISCAL			204819.658			93781.364	151078.294		

21000 - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
21101 - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA - SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA		10368.658		618.909	6689.019			2856.728	
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		3475.637		618.909				2856.728	
DEVIDA INTERNA		3175.637		618.909				2856.728	
06.008.1011.2027		3175.637		618.909				2856.728	
AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO									
CUMPRIR CLAUSULAS CONTRATUAIS DE PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO, JUROS, COMISSÕES E OUTRAS DESPESAS FREQUENTES DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS E/OU EXTERNOS									
06.008.1011.2027.0001	FISCAL	3475.637		618.909				2856.728	
AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO									
DEFESA AEREA		6689.019			6689.019				
OPERAÇÕES GERAIS		6689.019			6689.019				
06.026.0160.2050		6689.019			6689.019				
COMISSÃO DE SUBSTITUIÇÃO									
SUPLENIR AS ORGANIZAÇÕES MILITARES COM COMISSÓRIOS E SUBSTITUTOS NECESSÁRIOS AO CUMPRIMENTO DE SUAS MISSÕES ESPECÍFICAS									
06.026.0160.2050.0002	FISCAL	6689.019			6689.019				
COMISSÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE AVIAÇÃO									
TOTAL FISCAL		10368.658		618.909	6689.019			2856.728	

21000 - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
21201 - CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA

ANEXO I

R\$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA		837 079		300 000				537 079	
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		837 079		300 000				537 079	
DÍVIDA INTERNA		837 079		300 000				537 079	
DE FOR 0031 2022 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		837 079		300 000				537 079	
CUMPRIR CLAUSULAS CONTRATUAIS DE PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO, JUROS, COMISSÕES E OUTRAS DESPESAS DE COMPONENTES DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS E/OU EXTERNOS									
DE FOR 0033 2021 0001 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO	FISCAL	837 079		300 000				537 079	
HABITAÇÃO E HABITADO		12000 000				12000 000			
HABITAÇÃO		12000 000				12000 000			
HABITAÇÕES MURAIS		12000 000				12000 000			
DE FOR 0317 1070 UNIDADES HABITACIONAIS		12000 000				12000 000			
ATENDER AS NECESSIDADES HABITACIONAIS DOS SERVIDORES ATUAIS DE FINANCIAMENTO, AQUISIÇÃO E/OU CONSTRUÇÃO DE UNIDADES									
DE FOR 0317 1070 0001 FINANCIAMENTO DE RESIDÊNCIAS A SERVIDORES	FISCAL	12000 000				12000 000			
TOTAL FISCAL		12837 079		300 000		12000 000		537 079	

21000 - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
21901 - FUNDO AERONÁUTICO

ANEXO I

R\$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA		12837 414			12301 364	530 050			
DEFESA AEREA		12837 414			12301 364	530 050			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		7664 102			7664 102				
DE FOR 0041 2008 COMERCIALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		7664 102			7664 102				
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA, ATUANDO EM ELABORAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES FIM									
DE FOR 0041 2008 0016 PLANEJAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES	FISCAL	7664 102			7664 102				
OPERAÇÕES AÉREAS		6187 312			4637 262	530 050			
DE FOR 0160 1001 VEÍCULOS DE SUPERFÍCIE DE TRÁFEGO MECÂNICA		400 000				400 000			
DOTAR O MINISTÉRIO DOS MEIOS DE TRANSPORTE DE SUPERFÍCIE NECESSÁRIOS AO CUMPRIMENTO DA SUA MISSÃO CONSTITUCIONAL									
DE FOR 0160 1008 0002 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS CONTRA-INCÊNDIO	FISCAL	400 000				400 000			
DE FOR 0160 2050 SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES		4767 312			4637 262	130 050			
PROPORCIONAR ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR AOS MILITARES EM ATIVIDADES, AOS INATIVOS E SEUS DEPENDENTES									
DE FOR 0160 2050 0004 ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR IMENIZÁVEL	FISCAL	4767 312			4637 262	130 050			
TRANSPORTE		18198 251			4140 000	15058 251			
TRANSPORTE AEREO		18198 251			4140 000	15058 251			
INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA		72668 152			10730 000	61938 152			
DE FOR 0123 1013 CONSTRUÇÃO E MELHORAMENTO DE AEROPORTOS		72668 152			10730 000	61938 152			
MANTER E CONSERVAR AS INSTALAÇÕES DA REDE AEROPORTUÁRIA SOB A RES-CONTROLE DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA INCLUSIVE DA INFRA-ESTRUTURA									
DE FOR 0123 1013 0001 INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	FISCAL	61368 152			4730 000	56638 152			
DE FOR 0123 1013 0002 CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE AEROPORTOS	FISCAL	11300 000			6000 000	5300 000			
CONTROLE E SEGURANÇA DO TRÁFEGO AEREO		118320 102			30710 000	88610 102			
DE FOR 0571 1018 SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AEREO BRASILEIRO SISCEA		30920 102				30920 102			
POSSIBILITAR A COBERTURA TOTAL DO ESPAÇO AEREO BRASILEIRO, DESDESENVOLVENDO A CAPACIDADE DE ACOMPANHAR, TRATAR, PROCESSAR E TRANSMITIR DADOS DE UNIDADES TÁTICAS DE CONTROLE DO ESPAÇO AEREO, IMPLANTANDO O SISTEMA DE DEFESA AEREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AEREO									
DE FOR 0571 1018 0007 REVISITACÃO, IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DCEA	FISCAL	30920 102				30920 102			
DE FOR 0571 2056 MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE MATERIAL CONTRA-INCÊNDIO		3600 000			2200 000	1400 000			
AQUIRIR EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS CONTRA INCÊNDIO, EXCETO VIATURAS CONTRA INCÊNDIO									
DE FOR 0571 2056 0003 MANUTENÇÃO E EQUIPAMENTO	FISCAL	3600 000			2200 000	1400 000			
DE FOR 0571 2057 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO VOO		81800 000			28510 000	53290 000			
AQUIRIR E MANTER EQUIPAMENTOS ESPECIALIZADOS PARA A PROTEÇÃO AO VOO									
DE FOR 0571 2057 0003 MANUTENÇÃO E EQUIPAMENTO	FISCAL	81800 000			28510 000	53290 000			
TOTAL FISCAL		204819 666			53741 364	151078 304			

21000 - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

21101 - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA - SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	FORTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
LEGISLAÇÃO NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA			6689 019			6689 019				
EXPENSA AEREA			6689 019			6689 019				
OPERAÇÕES AEREA			6689 019			6689 019				
06 076 0160 2032			6689 019			6689 019				
MANUTENÇÃO, SUPRIMENTO E EQUIPAMENTO DE AERONAVES										
POSSIBILITAR O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO, SUPRIMENTO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O ESTABELECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOGÍSTICAS DE ADEQUADA UTILIZAÇÃO DAS AERONAVES DA FORÇA AEREA										
06 076 0161 2033 0001	F	100	6689 019			6689 019				
MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE AERONAVES			6689 019			6689 019				
TRANSPORTE			3175 837		618 909				2856 728	
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			3175 837		618 909				2856 728	
DÍVIDA EXTERNA			3175 837		618 909				2856 728	
16 008 0034 2027			3175 837		618 909				2856 728	
AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO										
CUMPRIR CLAUSULAS CONTRATUAIS DE PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO, JUROS, COMISSÕES E OUTRAS DESPESAS RELACIONADAS COM EMPRÉSTIMOS INTERNOS E/OU EXTERNOS										
16 008 0034 2027 0001	F	100	3175 837		618 909				2856 728	
AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO			3175 837		618 909				2856 728	
TOTAL FISCAL			10364 656		618 909	6689 019			2856 728	

21000 - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

21901 - FUNDO AERONAUTICO

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	FORTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE			6184 102			6184 102	50 000			
CIENTIA E TECNOLOGIA			6184 102			6184 102	50 000			
PESQUISA FUNDAMENTAL			6184 102			6184 102	50 000			
16 010 0056 1007			6184 102			6184 102	50 000			
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AEROSPAZIAL										
DESENVOLVER PESQUISAS E PROJETOS VISANDO A NACIONALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIA NA AREA AEROSPAZIAL										
16 010 0056 1012 0007	F	250	6184 102			6184 102	50 000			
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AERONAUTICO E AEROSPAZIAL			6184 102			6184 102	50 000			
TOTAL FISCAL			6184 102			6184 102	50 000			

21000 - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

21101 - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA - SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
LEGISLAÇÃO NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA		6689 019			6689 019				
EXPENSA AEREA		6689 019			6689 019				
OPERAÇÕES AEREA		6689 019			6689 019				
06 076 0160 2032		6689 019			6689 019				
MANUTENÇÃO, SUPRIMENTO E EQUIPAMENTO DE AERONAVES									
POSSIBILITAR O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO, SUPRIMENTO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O ESTABELECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOGÍSTICAS DE ADEQUADA UTILIZAÇÃO DAS AERONAVES DA FORÇA AEREA									
06 076 0161 2033 0001	FISCAL	6689 019			6689 019				
MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE AERONAVES		3175 837		618 909				2856 728	
TRANSPORTE		3175 837		618 909				2856 728	
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		3175 837		618 909				2856 728	
DÍVIDA EXTERNA		3175 837		618 909				2856 728	
16 008 0034 2027		3175 837		618 909				2856 728	
AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO									
CUMPRIR CLAUSULAS CONTRATUAIS DE PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO, JUROS, COMISSÕES E OUTRAS DESPESAS RELACIONADAS COM EMPRÉSTIMOS INTERNOS E/OU EXTERNOS									
16 008 0034 2027 0001	FISCAL	3175 837		618 909				2856 728	
AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		3175 837		618 909				2856 728	
TOTAL FISCAL		10364 656		618 909	6689 019			2856 728	

21000 - MINISTERIO DA AERONAUTICA
21901 - FUNDO AERONAUTICO

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSMISSÃO		5184 102			5184 102	50 000			
CIÊNCIA E TECNOLOGIA		5184 102			5184 102	50 000			
PESQUISA FUNDAMENTAL		5184 102			5184 102	50 000			
IN. DIO 0054 1012		5184 102			5184 102	50 000			
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AEROSPACIAIS		5184 102			5184 102	50 000			
IN. DIO 0054 1012		5184 102			5184 102	50 000			
DESENVOLVIMENTO PESQUISAS E PROJETOS VISANDO A		5184 102			5184 102	50 000			
NACIONALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIA NA ÁREA		5184 102			5184 102	50 000			
AEROSPACIAIS		5184 102			5184 102	50 000			
IN. DIO 0054 1012 0002	FISCAL	5184 102			5184 102	50 000			
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AERONAUTICO E AEROSPACIAIS		5184 102			5184 102	50 000			
TOTAL FISCAL		5184 102			5184 102	50 000			

ANEXO III

ANEXO

ACRESCIMO

21000 - MINISTERIO DA AERONAUTICA

21201 - CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIARIO DA AERONAUTICA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			837079
1600.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		837079	
1600.02.01 JUROS DE EMPRESTIMOS	FIS	837079		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			12000000
2100.00.00 OPERAÇÕES DE CREDITO	FIS		12000000	
2110.00.00 OPERAÇÕES DE CREDITO INTERNAS	FIS		12000000	
2119.00.00 OUTRAS OPERAÇÕES DE CREDITO INTERNAS	FIS	12000000		
TOTAL FISCAL				12837079

ANEXO 111

ANEXO

ACRESCIMO

21000 - MINISTERIO DA AERONAUTICA
21901 - FUNDO AERONAUTICO

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

(R\$ 1,00)

E S P E C I F I C A Ç Ã O		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	FIS			199655566
1200.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	FIS		4767312	
1210.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	FIS		4767312	
1210.07.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE SAUDE	FIS	4767312		
1600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		194888264	
1600.31.00	TARIFAS AEROPORTUARIAS	FIS	72668162		
1600.33.00	TARIFAS DE USO DAS COMUNICAÇÕES E DOS AUXÍLIOS A NAVEGAÇÃO AEREA EM ROTA	FIS	115720102		
1600.99.00	OUTROS SERVIÇOS	FIS	6500000		
				TOTAL FISCAL	199655566

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

LEI Nº 9.275, DE 9 DE MAIO DE 1996

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1996.

MENSAGEM Nº 457, DE 1996-CN
(nº 873/96, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao

Orçamento Fiscal da União, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, crédito suplementar no valor de R\$ 50.715.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 16 de setembro de 1996.



Fernando Henrique Cardoso

EM nº 185 /MPO

Brasília, 12 de setembro de 1996.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Estado-Maior das Forças Armadas solicita a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 50.715.000,00 (cinquenta milhões, setecentos e quinze mil reais) para aplicar nos grupos de despesas a seguir discriminados:

	RS 1,00
<u>GRUPOS DE DESPESAS</u>	<u>VALOR</u>
PESSOAL	29.715.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.868.100
INVESTIMENTOS	5.131.900
<u>TOTAL</u>	<u>50.715.000</u>

2. O referido pleito tem como objetivo complementar as dotações da Lei nº 9.072, de 5 de julho de 1994, e da Lei nº 9.084, de 11 de agosto de 1995, e destina-se a atender a despesas, no período de setembro a dezembro do corrente exercício, com o contingente militar brasileiro, integrante da Força de Paz da ONU, que atua no processo de pacificação política em Angola.

3. Os recursos necessários à viabilização do pleito serão provenientes do cancelamento parcial de dotações orçamentárias, consignadas à Secretaria de Economia e Finanças do Ministério do Exército.

4. Vale lembrar, ainda, que o Decreto Legislativo nº 70, de 1996, concede renovação, por um ano, do prazo de permanência do contingente militar brasileiro - COBRAVEM, na missão de Verificação das Nações Unidas em Angola - UNAVEM - III.

5. Por se tratar de remanejamento entre subatividades/subprojetos acima do limite dos vinte por cento autorizado pela vigente Lei de Meios, o referido crédito necessitará de aprovação do Congresso Nacional.

6. Este Ministério pronuncia-se favoravelmente à abertura do crédito em questão, por, considerá-lo em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

7. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União o referido crédito suplementar.

Respeitosamente,



ANTONIO KANDIR
Ministro de Estado do
Planejamento e Orçamento

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Nº 185 DE 12 / 09 /96.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Necessidade de complementar despesas, até o final do corrente ano, com o contingente militar brasileiro que integra a Força de Paz da ONU, no processo de pacificação política em Angola.

2. Solução e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Encaminhamento de Projeto de Lei no valor de R\$ 50.715.000,00, para abertura de crédito suplementar.

3. Alternativa existente às medidas ou atos propostos:

A alternativa proposta é a única para a solução do problema

4. Custos:

Por se tratar de remanejamento entre supjetos/subatividades, não haverá custo adicional para o Tesouro.

5. Razões que justificam a urgência:

Adequação do Orçamento

6. Impacto sobre o meio ambiente:

Não há

7. Alterações Propostas : (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medida Provisória)

Texto atual	Texto proposto

8. Síntese do parecer do órgão jurídico:**PROJETO DE LEI Nº 12, DE 1996-CN**

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, crédito suplementar no valor de R\$ 50.715.000,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.275, de 9 de maio de 1996), em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, crédito suplementar no valor de R\$ 50.715.000,00 (cinquenta milhões, setecentos e quinze mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do cancelamento parcial de dotações orçamentárias, indicadas no Anexo II desta Lei, nos montantes especificados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

30000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20105 - ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA		50715 000	29715 000		15666 100	5121 900			
ADMINISTRAÇÃO		50715 000	29715 000		15666 100	5121 900			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		50715 000	29715 000		15666 100	5121 900			
06 007 0021 4033		50715 000	29715 000		15666 100	5121 900			
COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DAS FORÇAS ARMADAS									
PROPORCIONAR APOIO AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS									
06 007 0021 4077 0003	FISCAL	50715 000	29715 000		15666 100	5121 900			
FORÇA DE PAZ EM ANGOLA									
TOTAL FISCAL		50715 000	29715 000		15666 100	5121 900			

27000 - MINISTÉRIO DO EXERCITO
27101 - MINISTÉRIO DO EXERCITO - SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

R\$ 1,00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA		45515 000			7800 000	37715 000			
DEFESA TERRESTRE		45515 000			7800 000	37715 000			
OPERAÇÕES TERRESTRES		45515 000			7800 000	37715 000			
06 028 0166 1033		37000 000			7800 000	29200 000			
REAPARELHAMENTO DO EXERCITO									
ALMENTAR O NÍVEL DE OPERACIONALIDADE DO EXERCITO, ADEQUAR A CAPACIDADE OPERACIONAL DA FORÇA TERRESTRE AO EMPREGO PREVISTO, PERMITIR O DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL BÉLICO NACIONAL, VISITURA BILÍNGUA, ARMAZENAMENTO E MANUTENÇÃO, DESENVOLVER TECNOLOGIAS VISANDO A PRODUÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, PRODUTOS E PROCESSOS.									
06 028 0166 1033 0001	FISCAL	12000 000			2000 000	10000 000			
ESTIMULAÇÃO DA FORÇA TERRESTRE									
06 028 0166 1033 0002	FISCAL	5000 000			1000 000	4000 000			
COMPLEMENTAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES									
06 028 0166 1033 0003	FISCAL	9000 000			2800 000	6200 000			
ATUAÇÃO DO EXERCITO									
06 028 0166 1033 0008	FISCAL	7000 000			1100 000	5900 000			
INFORMATIZAÇÃO DO EXERCITO									
06 028 0166 1033 0008	FISCAL	1000 000			900 000	100 000			
SISTEMA DE COMANDO E CONTROLE									
06 028 0166 1034		4800 000				4800 000			
CONSTRUÇÃO DE QUARTIS									
PROPORCIONAR QUARTILAMENTO PARA O EFETIVO DO EXERCITO E PERMITIR CONDIÇÕES SEGURAS PARA O COMBATEMENTO DO MATERIAL E EQUIPAMENTO E FAZER O CERCAMENTO DAS ÁREAS JURISDICIONAIS DO EXERCITO.									
06 028 0166 1034 0002	FISCAL	4800 000				4800 000			
CONSTRUÇÃO EM QUARTIS									
06 028 0166 3007		1000 000				1000 000			
REQUIPAMENTO DE UNIDADES DE SAUVE									
SUPRIR AS UNIDADES DE SAUVE, DE MEIOS NECESSARIOS EM TERMO DE APARELHOS E INSTRUMENTOS QUE TORNEM COMPLETOS O SEU ATENDIMENTO.									
06 028 0166 3007 0003	FISCAL	1000 000				1000 000			
SUPRIMENTO DE MATERIAL DE INSTALAÇÕES FIXAS									
06 028 0166 3008		2715 000				2715 000			
REQUIPAMENTO DE UNIDADES MILITARES									
PROPORCIONAR AS ORGANIZAÇÕES MILITARES DA FORÇA TERRESTRE COM MEIOS NECESSARIOS A OBTENÇÃO DO MATERIAL DE INICIENCIA INDISPENSIVEL NOS TEMPOS DE PAZ.									
06 028 0166 3008 0002	FISCAL	2715 000				2715 000			
SUPRIMENTO DE MATERIAL DE INICIENCIA DE USO COMENTE									
HABITAÇÃO E LUBRIFICADO		5200 000				5200 000			
ADMINISTRAÇÃO		5200 000				5200 000			
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS		5200 000				5200 000			
10 007 0025 1070		5200 000				5200 000			
UNIDADES HABITACIONAIS									
ATENDER AS NECESSIDADES HABITACIONAIS DOS SERVIDORES, ATRAVES DE FINANCIAMENTO, AQUISIÇÃO E/OU CONSTRUÇÃO DE UNIDADES.									
10 007 0025 1070 0003	FISCAL	5200 000				5200 000			
CONSTRUÇÃO DE RESIDÊNCIAS									
TOTAL FISCAL		50715 000			7800 000	42915 000			

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20105 - ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	FONTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA			50718 000	29718 000		15868 100	5121 900			
ADMINISTRAÇÃO			50718 000	29718 000		15868 100	5121 900			
ADMINISTRAÇÃO GERAL			50718 000	29718 000		15868 100	5121 900			
06 007 0021 4077 COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DAS FORÇAS ARMADAS			50718 000	29718 000		15868 100	5121 900			
PROPORCIONAR APOIO AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS										
06 007 0021 4077 0003 FORÇA DE PAZ EM ANGOLA	F	100	50718 000 50718 000	29718 000 29718 000		15868 100 15868 100	5121 900 5121 900			
TOTAL FISCAL			50718 000	29718 000		15868 100	5121 900			

27000 - MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
27101 - MINISTÉRIO DO EXÉRCITO - SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

R\$ 1,00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	FONTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA			45518 000			7800 000	37718 000			
DEFESA TERRESTRE			45518 000			7800 000	37718 000			
OPERAÇÕES TERRESTRES			45518 000			7800 000	37718 000			
06 028 0186 1033 REPARTEAMENTO DO EXÉRCITO			37000 000			7800 000	29200 000			
AUMENTAR O NÍVEL DE OPERACIONALIDADE DO EXÉRCITO, ADEQUAR A CAPACIDADE OPERACIONAL DA FORÇA TERRESTRE AO EMPrego PREVISTO, PERMITIR O DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL BÉLICO NACIONAL, VIATURA BLINDADA, ARMAMENTO E MUNIÇÃO, DESENVOLVER TECNOLOGIAS VISANDO A PRODUÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, PRODUTOS E PROCESSOS.										
06 028 0186 1033 0001 ESTRUTURAÇÃO DA FORÇA TERRESTRE	F	100	12000 000 12000 000			2000 000 2000 000	10000 000 10000 000			
06 028 0186 1033 0002 COMPLEMENTO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES	F	100	5000 000 5000 000			1000 000 1000 000	4000 000 4000 000			
06 028 0186 1033 0003 AVIAÇÃO DO EXÉRCITO	F	100	9000 000 9000 000			2800 000 2800 000	6200 000 6200 000			
06 028 0186 1033 0005 INFORMATIZAÇÃO DO EXÉRCITO	F	100	7000 000 7000 000			1100 000 1100 000	5900 000 5900 000			
06 028 0186 1033 0008 SISTEMA DE COMANDO E CONTROLE	F	100	4000 000 4000 000			900 000 900 000	3100 000 3100 000			
06 028 0186 1033 CONSTRUÇÃO DE QUARTIÉIS			4800 000				4800 000			
PROPORCIONAR AQUARTELAMENTO PARA O EFETIVO DO EXÉRCITO E PERMITIR CONDIÇÕES SEGURAS PARA O ARMAZENAMENTO DO MATERIAL E EQUIPAMENTO E FATER O CERCEAMENTO DAS ÁREAS JURISDIÇÃOIS DO EXÉRCITO										
06 028 0186 1033 0002 CONSTRUÇÃO EM QUARTIÉIS	F	100	4800 000 4800 000				4800 000 4800 000			
06 028 0186 3007 REQUIPAMENTO DE UNIDADES DE SAÚDE			1000 000				1000 000			
SUPRIR AS UNIDADES DE SAÚDE, DE MEIOS NECESSÁRIOS EM TERMO DE SPAREPARTS E INSTRUMENTOS QUE TORCEM CONFIAVEIS O SEU ATENDIMENTO.										
06 028 0186 3007 0002 SUPRIMENTO DE MATERIAL DE INSTALAÇÕES FIXAS	F	100	1000 000 1000 000				1000 000 1000 000			
06 028 0186 3008 REQUIPAMENTO DE UNIDADES MILITARES			2715 000				2715 000			
FORNECER AS ORGANIZAÇÕES MILITARES DA FORÇA TERRESTRE OS MEIOS NECESSÁRIOS A OBTENÇÃO DO MATERIAL DE INTENDÊNCIA INESCAPÁVEL NOS TEMPOS DE PAZ										
06 028 0186 3008 0002 SUPRIMENTO DE MATERIAL DE INTENDÊNCIA DE USO CORRENTE	F	100	2715 000 2715 000				2715 000 2715 000			
HABITAÇÃO E URBANISMO			5200 000				5200 000			
ADMINISTRAÇÃO			5200 000				5200 000			
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS			5200 000				5200 000			
10 007 0023 1030 UNIDADES HABITACIONAIS			5200 000				5200 000			
ATENDER AS NECESSIDADES HABITACIONAIS DOS SERVIDORES, STRAVES DE FINANCIAMENTO, AQUISIÇÃO E/OU CONSTRUÇÃO DE UNIDADES.										
10 007 0023 1070 0003 CONSTRUÇÃO DE RESIDÊNCIAS	F	100	5200 000 5200 000				5200 000 5200 000			
TOTAL FISCAL			50718 000			7800 000	42918 000			

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

LEI Nº 9.275, DE 9 DE MAIO DE 1996

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1996.

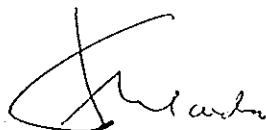
MENSAGEM Nº 458, DE 1996-CN

(nº 874/96, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 500.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 16 de setembro de 1996.



Fernando Henrique Cardoso

EM nº 186 /MPO

Brasília, 12 de setembro de 1996.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério Público da União solicita a abertura de crédito suplementar, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em favor do Ministério Público Federal, tendo como objetivo a incorporação de excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados - Recursos do Tesouro.

2. Cumpre esclarecer que o referido crédito deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, mediante Projeto de Lei, por se tratar de utilização de recursos não contemplados pela autorização para abertura de créditos, contida na Lei nº 9.275, de 9 de maio de 1996.
3. Este Ministério manifesta-se favorável ao acolhimento do pleito, que se enquadra nas disposições do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, incisos V e VI, da Constituição.
4. Nessas condições, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que autoriza a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,



ANTONIO KANDIR
Ministro de Estado do
Planejamento e Orçamento

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Nº 186 DE 12 / 9 /96.**

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Incorporação de excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados - Recursos do Tesouro.

2. Solução e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Encaminhamento de Projeto de Lei ao Congresso Nacional, a fim de obter o necessário respaldo legal.

3. Alternativa existente às medidas ou atos propostos:

A alternativa proposta é a indicada para a solução do problema.

4. Custos:

Os recursos necessários são oriundos da incorporação de excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados - Recursos do Tesouro.

5. Razões que justificam a urgência:

Adequação do Orçamento.

6. Impacto sobre o meio ambiente:

Não há.

7. Alterações Propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)

Texto atual	Texto proposto

8. Síntese do parecer do órgão jurídico:

--

PROJETO DE LEI Nº 13, DE 1996-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 500.000,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.275, de 9 de maio de 1996), em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de incorporação de excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados - Recursos do Tesouro, indicados no Anexo II desta Lei, no montante especificado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
34101 - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	FONTES	TOTAL	PESSOAL E D.C. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
JUDICIÁRIA			800 000			800 000				
PROCESSO JUDICIÁRIO			800 000			800 000				
DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO			800 000			800 000				
02 004 0014 2008			800 000			800 000				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS										
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO ÀS ATIVIDADES FIM										
02 004 0014 2008 0001	F	180	800 000			800 000				
MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA			800 000			800 000				
TOTAL FISCAL			800 000			800 000				

34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
34101 - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E D.C. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
JUDICIÁRIA		800 000			800 000				
PROCESSO JUDICIÁRIO		800 000			800 000				
DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO		800 000			800 000				
02 004 0014 2008		800 000			800 000				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO ÀS ATIVIDADES FIM									
02 004 0014 2008 0001	FISCAL	800 000			800 000				
MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA									
TOTAL FISCAL		800 000			800 000				

ANEXO

ANEXO

ACRESCIMO

34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
34101 - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESOBRAMENTO	FONTES	CATEGORIA ECONÔMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			600000
1500.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		600000	
1600.15.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	FIS	600000		
TOTAL FISCAL				600000

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

LEI Nº 9.275, DE 9 DE MAIO DE 1996

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para
o exercício financeiro de 1996.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – As mensagens que acabam de ser lidas encaminham os Projetos de Lei nºs 11, 12 e 13, de 1996-CN, e serão despachadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 2, de 1995-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para a tramitação dos projetos:

até 23-9 – publicação e distribuição de avulsos;
dia 1º-10 – prazo final para apresentação de emendas;

até 6-10 – publicação e distribuição de avulsos das emendas;

até 16-10 – encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidas pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Emília Fernandes.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS

OF. GAB/I/Nº 705

Brasília, 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Deputados Dilson Sperafico e Hermes Parcianello, para integrar, respectivamente na qualidade de titular e suplente, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.516, de 29 de agosto de 1996, em minha substituição e do Deputado Geddel Vieira Lima.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Michel Temer**, Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL/PSC.

OF. GAB/I/Nº 706

Brasília, 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Deputados Marçal Filho e Homero Oguido, para integrar, respectivamente na qualidade de Titular e Suplente, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.514, de 7 de agosto de 1996, em minha substituição e do Deputado Geddel Vieira Lima.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Michel Temer**, Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL/PSC.

OF. PSDB/I/Nº 1.811/96

Brasília, 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado José Aníbal pelo Deputado Mário Negromonte, como membro titular, e do Deputado Ubiratan Aguiar pelo Deputado Firmo de Castro, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.483-16/96.

Atenciosamente, **Roberto Santos**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 1.814/96

Brasília, 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado José Aníbal, pelo Deputado Carlos Mosconi, como membro titular, e do Deputado Ubiratan Aguiar pelo Deputado Feu Rosa, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1485-29/96.

Atenciosamente, – **Roberto Santos**.

OF. PSDB/I/Nº 1.817/96

Brasília, 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado José Aníbal pelo Deputado Leônidas Cristino, como membro titular, e do Deputado Ubiratan Aguiar pelo Deputado Danilo de Castro, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.486-31/96.

Atenciosamente, **Roberto Santos**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 1.820/96

Brasília, 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado José Aníbal pelo Deputado Firmo de Castro, como membro titular, e do Deputado Ubiratan Aguiar pelo Deputado Wilson Campos, como membro-suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.487-22/96.

Atenciosamente, – **Roberto Santos**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 1.823/96

Brasília, 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado Ubiratan Aguiar pelo Deputado Arnaldo Madeira, como membro suplente, para integrar a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.488-15/96.

Atenciosamente, – **Roberto Santos**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 1.826/96

Brasília, 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado José Aníbal pelo Deputado Roberto Brant, como membro titular, e do Deputado Ubiratan Aguiar pelo Deputado Luiz Carlos Hauly, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.489-15/96.

Atenciosamente – **Roberto Santos**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 1.829/96

Brasília, 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado José Aníbal pelo Deputado Luiz Fernando, como membro titular, e do Deputado Ubiratan Aguiar pelo Deputado Flávio Arns, como membro-suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.490-13/96.

Atenciosamente, **Roberto Santos**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 1.832/96

Brasília 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado José Aníbal pelo Deputado Adelson Ribeiro, como membro titular, e do Deputado Ubiratan Aguiar pelo Deputado Ayrton Xerez, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.491-13/96.

Atenciosamente – **Roberto Santos**, p/ Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 1.835/96

Brasília, 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado José Aníbal pelo Deputado Antônio Feijão, como membro titular, e do Deputado Ubiratan Aguiar pelo Deputado Itamar Serpa, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.492-13/96.

Atenciosamente, **Roberto Campos**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 1.838/96

Brasília, 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado José Aníbal pelo Deputado Firmo de Castro, como membro titular, e do Deputado Ubiratan Aguiar pelo Deputado Fernando Torres, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.493-9/96.

Atenciosamente **Roberto Santos**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 1.841/96

Brasília, 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado José Aníbal, pelo Deputado Antônio Balhmann, como membro titular, e do Deputado Ubiratan Aguiar pelo Deputado Cipriano Correia, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.494-11/96.

Atenciosamente, – **Roberto Santos**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 1.844/96

Brasília, 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado José Aníbal pelo Deputado Luiz Plauhyllino, como membro titular, e do Deputado Ubiratan Aguiar pelo Deputado Marconi Perillo, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1495-10/96.

Atenciosamente, – **Roberto Santos**, p/ Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 1.847/96

Brasília, 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado José Aníbal, pelo Deputado João Leão, como membro titular, e do Deputado Ubiratan Aguiar pelo Deputado Oswaldo Soler, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.496-21/96.

Atenciosamente, – **Roberto Santos**, p/ Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 1.850/96

Brasília, 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado José Aníbal, pelo Deputado Arthur Virgílio, como membro titular, e do Deputado Ubiratan Aguiar pelo Deputado Jovair Arantes, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.497-22/96.

Atenciosamente, – **Roberto Santos**, p/ Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 1.853/96

Brasília, 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado José Aníbal pelo Deputado Roberto Santos, como membro titular, e do Deputado Ubiratan Aguiar pelo Deputado Franco Montoro, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.498-21/96.

Atenciosamente, – **Roberto Santos**, p/ Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 1.856/96

Brasília, 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado José Aníbal pelo Deputado Sílvia Torres, como membro titular, e do Deputado Ubiratan Aguiar pelo Deputado Alexandre Santos, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.499-30/96.

Atenciosamente, – **Roberto Santos**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 1.859/96

Brasília, 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado José Aníbal pelo Deputado Aécio Neves, como membro titular, e do Deputado Ubiratan Aguiar, pelo Deputado Ildemar Kussler, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.500-14/96.

Atenciosamente, – **Roberto Santos**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 1.862/96

Brasília, 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado José Aníbal pelo Deputado Paulo Feijó, como membro titular, e do Deputado Ubiratan Aguiar pelo Deputado Feu Rosa, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1501-13/96.

Atenciosamente, – **Roberto Santos**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 1.865/96

Brasília, 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado José Aníbal pelo Deputado Amaldo Madeira, como membro titular, e do Deputado Ubiratan Aguiar, pelo Deputado Zé Gerardo, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1502-8/96.

Atenciosamente, – **Roberto Santos**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 1.868/96

Brasília, 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado José Aníbal pelo Deputado Mário Negromonte, como membro titular, e do Deputado Ubiratan Aguiar pelo Deputado José Chaves, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.503-4/96.

Atenciosamente, **Roberto Santos**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 1.871/96

Brasília, 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado José Aníbal pelo Deputado Luiz Carlos Hauly, como membro titular, e do Deputado Ubiratan Aguiar pela Deputada Yeda Crusius, como membro suplente, para integrar a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.504-6/96.

Atenciosamente, **Roberto Santos**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 1.874/96

Brasília, 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Venho solicitar a V. Ex.^a a gentileza de determinar a substituição do Deputado José Aníbal pelo Deputado Ildemar Kussler, como membro-titular, e do Deputado Ubiratan Aguiar pelo Deputado Antônio Carlos Pannunzio, como membro-suplente, para integrar a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.505-6/96.

Atenciosamente, **Roberto Santos**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 1.877/96

Brasília, 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Venho solicitar a V. Ex.^a a gentileza de determinar a substituição do Deputado José Aníbal pelo Deputado João Leão, como membro-titular, e do Deputado Ubiratan Aguiar pelo Deputado Fernando Torres, como membro-suplente, para integrar a Comissão mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.513-1/96.

Atenciosamente – **Roberto Santos**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 1.880/96

Brasília, 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado Ubiratan Aguiar pelo Deputado Ayrton Xerez, como membro suplente, para integrar a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.514-1/96.

Atenciosamente, **Roberto Santos**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Seção feitas as substituições solicitadas.

Passamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Joel de Hollanda. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Emília Fernandes.

S. Ex.^a dispõe de até vinte minutos para o seu pronunciamento.

A SRA. EMILIA FERNANDES (PTB-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última terça-feira, 17 de setembro, em solenidade da qual tive a honra de participar em Porto Alegre, a professora Wraña Panizzi tomou posse como Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para o período 1996/2000, sucedendo o Reitor Héglio Trindade, que desenvolveu um excelente trabalho à frente daquela instituição.

Prestigiada pela presença de autoridades federais, estaduais e municipais, dentre elas o Senador Pedro Simon, professores, estudantes, sindicalistas e amigos, a posse da nova Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul assinala o reconhecimento da sociedade riograndense à Professora Wraña Panizzi, em primeiro lugar, mas também à mulher gaúcha que marca mais um ponto na luta pela igualdade e, especialmente, à própria educação universitária.

Atualmente, professora da Faculdade de Arquitetura, onde dá aulas para o Departamento de Urbanismo, e candidata mais votada, em eleição direta realizada para o cargo entre docentes, alunos e funcionários, em junho passado, Wraña Panizzi é a primeira mulher a dirigir a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a primeira Reitora da história do estado.

Além do voto direto, ela também contou com o apoio majoritário do Colégio Eleitoral da Universidade, tendo, por fim, sido escolhida pelo Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, com o reconhecimento de que seu nome foi confirmado devido ao apoio da comunidade e por ter comprovada capacidade pessoal e administrativa.

Natural de Passo Fundo, a atual Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem um extenso e bem sucedido currículo acadêmico, com formação em Filosofia, Direito, Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, na Universidade de Paris Cretél, e doutorados em Urbanismo, na mesma Universidade, e em Ciências Sociais, na Universidade de Paris I, Pantheon – Sorbonne.

Antes de assumir a reitoria da principal instituição de ensino universitário do estado, uma das mais

destacadas e reconhecidas instituições de ensino superior do País, a Professora Wrana também exerceu duas pró-reitorias na própria Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e presidiu a Fundação de Economia e Estatística (FEE) durante o Governo Pedro Simon.

A escolha da Professora Wrana Panizzi, antes de mais nada, é fruto da luta da mulher que, com muito esforço, competência e despreendimento está ocupando cada vez mais o seu espaço na sociedade e, a partir de suas experiências e peculiaridades, dando sua contribuição efetiva para o desenvolvimento global do País, em todos os campos da atividade humana.

A eleição de Wrana Panizzi à Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é também uma vitória da mulher-professora, que, ao longo dos anos, tem sido fundamental para a educação dos filhos deste imenso Brasil, mas que ainda enfrenta dificuldades e barreiras de toda ordem para ascender a funções mais elevadas, especialmente nas Universidades.

Destacando a experiência inédita de ser mulher e postular à Reitoria, a própria professora Wrana Panizzi, em matéria publicada pelo Jornal **Zero Hora**, de 24 de julho passado, afirmou que antes ou apesar desta condição, credenciou-se e está capacitada para exercer o cargo por "ter um grande programa, capaz de mudar a estrutura desta universidade, tomando-a capaz de formar profissionais preparados para a exigência da sociedade atual."

Alguns dos pontos e compromissos do programa de trabalho, batizado de Universidade Viva, ela explicitou, em seu pronunciamento de posse, entre os quais destacamos:

1 – O desenvolvimento, a expansão e consolidação – com base na sua indissociabilidade – das atividades de ensino, pesquisa e extensão, tendo como eixo norteador o princípio da excelência acadêmica, sem "excludência" e com compromisso social;

2 – A valorização dos recursos humanos, partindo da profunda convicção que temos da importância de reconhecer as pessoas como o maior patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

3 – A agilização e reestruturação administrativa, com base em formas compartilhadas de tomada de decisões e que levem à efetiva divisão dos poderes e à co-responsabilidade na gestão;

4 – A prática de uma administração transparente, cujos resultados estejam associados à adoção do planejamento como forma de ação;

5 – A interação Universidade-Sociedade, através da qual passa a Universidade Federal do Rio Grande do Sul não só a difundir conhecimentos para a sociedade, como enriquecer-se com as práticas e experiências acumuladas por esta mesma sociedade.

6 – A defesa da universidade pública autônoma e gratuita como bem a serviço da sociedade.

A responsabilidade assumida pela nova Reitoria é imensa, considerando não apenas a dimensão pedagógica, mas também a administração patrimonial e funcional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com os seus 17 mil estudantes, e atualmente passando por grandes dificuldades, como a maioria das universidades públicas do País.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem hoje 25 unidades, entre faculdades e institutos que desenvolvem cursos de graduação, mais oitenta e oito cursos de pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, o que assegura à instituição um grande destaque a nível nacional e internacional, em razão das pesquisas de ponta realizadas.

Associada a indústrias nacionais no campo da Engenharia, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul desenvolve, através do Centro de Tecnologia, projetos para o desenvolvimento de novos materiais e novos processos, e de melhoria da qualidade e produtividade na indústria metal-mecânica.

Aquela instituição Também tem trabalhos desenvolvidos pelo Centro de Sensoriamento Remoto na área de Agrometeorologia e Aerofotogrametria, e pelo Centro de Ecologia na área ambiental, mais especificamente na emissão dos Relatórios de Impacto Ambiental e na análise da toxicidade em alimentos para exportação.

Ainda no campo dos avanços tecnológicos conquistados, está o Centro Nacional de Supercomputação, onde funciona o Supercomputador Cray, o mais veloz e mais moderno supercomputador do Brasil – pelo menos duas vezes mais rápido do que qualquer outro computador instalado atualmente no País.

Com o objetivo de estreitar as relações com os países do Continente, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul está implantando o Instituto de Estudos Avançados da América Latina para promover a formação de recursos humanos em alto nível, com perfil científico-profissional adequado às necessidades do desenvolvimento latino-americano e o incentivo interdisciplinar à pesquisa da realidade latino-americana.

Com um orçamento insuficiente para cumprir o conjunto de compromissos da instituição, a Universi-

dade enfrentou, e ainda enfrenta, problemas de toda ordem, como dificuldade para pagar fornecedores, para fazer a manutenção dos prédios ou manter os serviços essenciais de infra-estrutura.

Apesar disso, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul oscila entre a segunda e a terceira posição entre as Instituições de ensino superior mais importantes do País, com vários dos seus cursos também nas primeiras colocações de pesquisas e levantamentos realizados nos últimos anos, além de um grande número de professores reconhecidos a nível nacional e internacional.

No ano passado, por exemplo, o professor Ivan Izquierdo, da cadeira de Bioquímica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi laureado como o cientista brasileiro de maior renome internacional, com 1.349 obras citadas no exterior, o que não apenas comprova a capacidade dos docentes da Universidade, mas também expressa o desenvolvimento científico acumulado pela instituição ao longo de sua história.

Segundo a nova reitora, para quem a história da centenária Universidade Federal do Rio Grande do Sul confunde-se com a própria cidade de Porto Alegre e a do Rio Grande do Sul, "desde a criação da primeira unidade, passando pelo período da dominância positivista durante a República Velha, cada geração fez sua parte, deixando um legado que é motivo de orgulho e nos atribuiu grande responsabilidade".

Integrada a este contexto, assim como as demais universidades deste País, a Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul – por intermédio de seu corpo docente, funcionários técnico-administrativos e alunos – diante da situação atual, tem procurado buscar soluções para as dificuldades verificadas, por meio do debate interno e com a sociedade.

A universidade brasileira, especialmente a universidade pública, além de superar os problemas verificados, como espaço privilegiado de produção e transmissão de experiência cultural e científica da sociedade, tem que afirmar definitivamente o seu papel e a sua presença no processo de construção da nacionalidade brasileira, em todos os seus aspectos.

Assim sendo, é fundamental que o debate envolvendo esse tema tão importante para os interesses nacionais ocorra de forma ampla, integrando, além das autoridades do Executivo e do Legislativo, a comunidade educacional em todos os seus segmentos representativos, a meu ver, condição indispensável para a construção de uma alternativa eficaz e democrática.

Nesse sentido, é importante destacar a atividade do ex-Reitor Héglio Trindade, que desenvolveu um intenso trabalho de aproximação entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a sociedade, mediante a criação de mecanismos de interrelação entre a esfera acadêmica e interlocutores de todos os setores organizados, e que culminou com a instituição do Conselho de Integração Universidade-Sociedade.

Em torno desses debates, vale destacar a necessidade de se afirmarem definições abrangentes e justas sobre alguns pontos entre os quais a autonomia, a gratuidade e o critério de avaliação das universidades, sem os quais o papel estratégico da universidade e do ensino superior no País pode ser comprometido.

Em relação à autonomia, temos lutado em defesa de uma universidade que contemple, no seu caráter público, a gratuidade, a democracia e a qualidade, além da simples submissão à mera lógica de mercado, ao puro e simples empresariamento da educação superior e, ainda, ao desvirtuamento da própria essência da universidade – como muito bem registrou o ex-reitor Héglio Trindade em seu pronunciamento – que é a de anteparo a todas as manifestações de obscurantismo, tirania e opressão.

A manutenção do sistema federal de ensino superior gratuito, que em última instância traduz o compromisso do estado com a educação e com o avanço científico e tecnológico do País, por sua vez, é instrumento decisivo para sustentar o desenvolvimento de qualquer nação do mundo, como muito bem identificou a Unesco em trabalho recente, especialmente nos países em desenvolvimento, onde as universidades públicas produzem praticamente toda a pesquisa científica e tecnológica.

Ainda sobre a avaliação das universidades, trago as palavras da nova reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que em seu pronunciamento destacou ser a avaliação institucional "instrumento essencial para garantir padrões de qualidade acadêmico-científicos, indispensáveis ao planejamento e à definição de políticas estratégicas", ao mesmo tempo em que advertiu para a necessidade de "se ter cuidado no sentido de evitar que a avaliação venha a ser encarada como um convite à instauração de um espírito empresa que se sobreponha ao espírito público".

É importante destacar, diante da situação atual e dos debates em curso no País, a importância da rede pública de ensino superior, responsável por 25% das instituições e por 40% das matrículas, sen-

do que a rede federal, segundo dados do Ministério da Educação, conta atualmente com 39 universidades, com aproximadamente 350 mil alunos na graduação, e 18 estabelecimentos isolados, com mais 13 mil alunos.

Além disso, a rede pública de ensino superior é responsável por 70% dos estabelecimentos que oferecem curso de pós-graduação no País, responde também por 90% de toda pesquisa científica e tecnológica feita no Brasil e seus inúmeros laboratórios e 45 hospitais universitários, prestando enorme serviço à população carente brasileira.

Nesse sentido, é importante registrar algumas definições presentes no documento "Proposta da ANDES – Sindicato Nacional para a Universidade Brasileira" – no qual o Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior apresenta, com grande oportunidade e lucidez, um conjunto de propostas para a universidade brasileira.

Em seu documento, os docentes brasileiros defendem que "a definição dessa política institucional é urgente para que seja possível reverter o quadro atual no qual se vem procurando adequar a universidade a um modelo econômico internacionalizado, concentrador e excludente que consagra a racionalidade empresarial e a tecnocracia como valores absolutos".

Para a Andes, "levando em conta as suas funções básicas – como ensino, pesquisa e extensão – é preciso redimensionar a função social da universidade, entendendo que é sua tarefa interferir nas transformações da sociedade, no sentido de propiciar uma estrutura social justa e que corresponda aos anseios majoritários da população."

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como tenho afirmado desta tribuna, e em outros fóruns de debate sobre educação nacional, às portas do século XXI, o Brasil vive atualmente um momento decisivo em sua história que passa pela determinação de avançar, afirmar seu peso e sua importância mundial em todos os campos, ou submeter-se ao retrocesso, a aceitar a condição de País atrasado, dependente e predestinado à pobreza.

Durante os meus 23 anos de exercício do magistério estadual, militância sindical, atuação parlamentar e, agora nesta Casa, como Senadora do Rio Grande, mas, acima de tudo, comprometida com o destino do País como um todo, tenho me somado àqueles que, no campo da educação, e em outros setores da vida nacional, têm lutado para fazer do Brasil um País livre do analfabetismo, com acesso ao conhecimento, às inovações tecnológicas e à cultura.

Nesse sentido, reafirmo que para que a educação seja de fato uma prioridade estratégica, é preci-

so que construamos uma proposta global de educação para o País que contemple todos os níveis, desde a pré-escola até o universitário, e responda a esses novos tempos de mudanças que o mundo moderno está exigindo dos povos e, particularmente, do nosso País.

Para enfrentar com soberania o presente processo econômico em curso, é preciso dotar o País de um sistema educacional eficiente do ponto de vista técnico e científico, democrático e vinculado aos interesses coletivos da sociedade, e ainda capaz de formar cidadãos brasileiros conscientes de seu papel na sociedade e no mundo, e, acima de tudo, livres e críticos.

Concluo, Sr. Presidente, mais uma vez desejando sucesso à Professora Wrana Panizzi, nesta nova caminhada, agora à frente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, reafirmando total solidariedade à sua causa, que é a nossa causa e deve ser a de todos os brasileiros, que é fazer não só da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mas de todas as universidades brasileiras instrumentos de conquista do saber, para o desenvolvimento do País e promoção do homem.

Sr. Presidente, peço que sejam incluídos nos Anais desta Casa os pronunciamentos da nova reitora, Wrana Panizzi, e do ex-reitor, Héglio Trindade, e registro que estarei entregando à Biblioteca do Senado Federal o livro "Plano de Gestão e Prestação de Contas – 1993/1996", referente ao trabalho desenvolvido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul nos últimos 4 anos.

Muito obrigada.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SENADORA EMILIA FERNANDES EM SEU PRONUNCIAMENTO

DISCURSO DO REITOR, PROF. HÉLGIO TRINDADE, POR OCASIÃO DA TRANSMISSÃO DO CARGO À PROFESSORA WRANA PANIZZI NA REITORIA DA UFRGS (17-9-96)

Após quatro anos de mandato e em pleno exercício de minhas funções de Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul cabe-me a honra de transmitir pessoalmente o cargo à Professora Wrana Maria Panizzi, restaurando uma tradição interrompida por quase duas décadas.

Quando aqui cheguei, na manhã de 18 de setembro de 1992, assinaei que aquele momento significava a reconquistada da legitimidade democrática após um longo período de crise institucional.

Hoje quero registrar, na posse da Prof^a Wrana Panizzi, a culminância de uma etapa avançada no processo político então

Inaugurado e que, desde então, não sofreu interrupções em seu aprimoramento.

O ato de transmissão hoje celebrado, é fruto de uma escolha respaldada na vontade majoritária da comunidade acadêmica, cujo processo eleitoral teve a honra de presidir como magistrado, buscando, acima de tudo, preservar o consenso construído através pacto institucional do novo Estatuto.

Este momento, embora protocolar, deve ser uma ocasião de alegria em que não apenas se dá a instalação de uma nova administração mas, sobretudo, o instante privilegiado em que esta universidade mais uma vez se reencontra com a sua própria identidade institucional.

Nesta sessão solene de Assembléia Universitária se restabelece o encontro da tradição já centenária com a capacidade de responder aos desafios do presente e do futuro que marcam o ritmo da nossa história e a vocação da Universidade.

Lançado o olhar aos últimos quatro anos, vejo que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sendo ainda a mesma na sua tradição, é outra na sua profunda renovação.

Estamos diante de um novo ordenamento estatutário que resultou de um complexo processo político cujas linhas mestras visaram a adaptar a estrutura administrativa e acadêmica aos desafios do próximo século.

Não me refiro somente aos mecanismos decisórios abertos em que a representação ampliada não se contrapõe à capacidade deliberativa, mas, principalmente, ao novo desenho da estrutura pedagógica, contemplando a interdisciplinaridade, o avanço acelerado dos meios de comunicação e o desenvolvimento ímpar da ciência e tecnologia neste final de milênio.

A conquista do novo Estatuto, agora em plena vigência, não faz, senão, traduzir a resposta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul ao clamor das reivindicações sociais do nosso tempo, diante das quais tanto mais efetiva será a nossa resposta quanto maior a excelência do conhecimento aqui produzido.

Tal observação leva-me a um outro campo que, quero crer, salientou-se na administração que ora se conclui.

Aprofundou-se a consciência da nossa responsabilidade num País cujo papel decisivo no cenário internacional será projetado na nova realidade do Cone Sul da América Latina.

Dai a abertura que se logrou fazer na área de convênios e acordos com instituições estrangeiras, tomando-se emblemática a visão de futuro de que é portador o Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados e o Projeto Tecnópole de Porto Alegre.

Podemos dizer que hoje a nossa universidade está em permanente e ativo diálogo com os grandes centros internacionais em todos os campos do saber.

É claro que isto não teria sido possível sem o correlato desenvolvimento dos nossos recursos infra-estruturais. Dai a permanente preocupação que sempre alimentamos não só com vistas ao reequipamento técnico nas áreas de informática e de telecomunicações, mas também na ampliação dos espaços físicos.

Como resultado desse continuado esforço aí estão os novos prédios da Escola Técnica, do Colégio de Aplicação, do Departamento de Bloquímica e do Departamento de Biofísica, do Instituto de Biociências, do Laboratório de Implantação Iônica do Instituto de Física, do Centro de Empreendimentos do Instituto de Informática e da Faculdade de Medicina, dentro de um planejamento global exercido a médio prazo.

As conseqüências visíveis espelham-se na mudança de patamar de excelência em todos os níveis de ensino, pesquisa e extensão, mantendo a Universidade Federal do Rio Grande do Sul na liderança de suas congêneres: desde a criação de duas novas unidades (o Instituto de Psicologia e a Escola de Administração), a implementação da avaliação dos cursos de graduação, das novas licenciaturas, cursos noturnos e das ativas políticas de formação de recursos humanos em todos os níveis até o avanço notável da pesquisa, triplicando as voças de iniciação científica, o dinamismo da extensão nos campos cultural e social e o salto de qualidade da pós-graduação com seus 12 novos doutorados sobre 24 preexistentes e o mais alto percentual de conceitos A do País.

Estou certo que o resultado final a que chegamos deve-se em grande parte às políticas institucionais estratégicas do Plano de Gestão que, no início de 1993, apresentamos aos conselhos superiores após memorável debate com a comunidade acadêmica.

Ao encerrar meu mandato tenho a satisfação de reeditar este plano inaugural acompanhado da Prestação de Contas, justamente para que os resultados sejam amplamente conhecidos e discutidos e para restabelecer o pleno sentido acadêmico social e ético da UFRGS no desempenho de sua missão pública.

Prestar contas à comunidade universitária e a sociedade que a mantém, tomou-se uma obrigação imperiosa aos dirigentes desta casa e um exemplo ético e pedagógico para a sociedade na reconstrução da dignidade da função pública tão vilipendiada nos dias atuais.

Sem pretender fazer um balanço exaustivo, menciono, com orgulho, alguns fatos e dados, porque as conquistas que obtivemos devem ser repartidas entre toda a equipe que participou da administração central da universidade e, numa perspectiva mais abrangente, entre toda a comunidade acadêmica que, sempre chamada a se pronunciar, jamais negou-se a participar com competência, consciência crítica e responsabilidade institucional.

No exercício dessa diretriz política e pedagógica transcorreu um período excepcionalmente fértil de aproximação entre a universidade e a sociedade.

Tivemos a grata oportunidade de criar diversos mecanismos de interrelação entre a esfera acadêmica e seus interlocutores sociais num largo espectro que vai do poder público às organizações empresariais e sindicais, culminando com a instituição do Conselho de Integração Universidade/Sociedade.

Tal esforço institucional freqüentemente nos confrontou com desafios e novas exigências no dramático contexto brasileiro da atualidade. Entretanto, foi também isto que funcionou como es-

ímulo à nossa capacidade de oferecer respostas criativas: desde a ação solidária com os movimentos sociais até à criação de um Centro de Integração Universidade/Sociedade para tornar-se o espaço simbolicamente concreto desses avanços.

Neste sentido, desejo ainda uma vez mais assinalar uma posição de serena e firme reafirmação da autonomia da universidade pública.

Ouvem-se novamente as mesmas vozes do passado, porventura disfarçadas em nova blindagem ideológica, para colocar sob dúvida não só os procedimentos estratégicos mas a própria natureza da autonomia universitária que não é um atributo a ser concedido pelo governo, mas um elemento constitutivo da própria essência do conceito de universidade.

Quero testemunhar que o convívio com a comunidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul não fez senão fortalecer a minha crença inabalável de que a conquista de um grau máximo de competência acadêmica há de coincidir sempre com o grau máximo de autonomia na gestão dos recursos humanos, financeiros e científicos que somos capazes de mobilizar.

Fora disso, o que se trata é a própria essência da universidade construída ao longo da história como o mais firme anteparo a todas as manifestações de obscurantismo, tirania e opressão.

Tal posição de princípio, porém, não nos deve afastar de uma atitude vigilantemente crítica com relação as propostas governamentais.

Ao se afastar do diálogo e da negociação construtiva essas propostas podem transformar-se em engenharias tecnocráticas que não conseguem dissimular a recusa do Governo em reconhecer na universidade pública a instituição crucial para o desenvolvimento brasileiro, onde se concentra 90% da pesquisa científica e tecnológica.

Autonomia que não assegure um orçamento de manutenção digno e regular e um plano estratégico de investimentos para o curto e médio prazos, é lançar as universidades públicas federais em uma aventura de alto risco.

Professora Wрана Panizzi, minha sucessora.

Esta é a universidade cuja direção passo à responsabilidade de Vossa Magnificência e este é o contexto de nossa luta, sob a liderança da Andifes, num diálogo aberto e crítico com o Governo Federal.

Seu brilhante currículo acadêmico e sua carreira docente tomaram-na digna do alto encargo. Sua eleição majoritária, concedeu-lhe a legitimidade de representar-nos a todos e governabilidade nos conselhos superiores.

Estou certo de que os princípios privilegiados e fortalecidos pela instituição, ao longo de uma trajetória já centenária, são também os seus.

Tenho a certeza de que estes mesmos princípios de competência docente, responsabilidade administrativa e defesa da autonomia universitária, encontrarão depositária fiel na pessoa de Vossa Magnificência, assim como, também, haverão de orientá-la diante das difíceis decisões que a aguardam no contexto brasileiro dos nossos dias.

Sobretudo, tenho certeza de que não lhe faltará, em nenhum momento, a resposta válida da comunidade acadêmica com a qual sempre contei em todas as conjunturas, fosse através do apoio ou recebendo a crítica altamente construtiva.

Por isto, meus votos de felicidade e minha confiança no mandato de Vossa Magnificência são também o meu mais profundo agradecimento aos nossos professores, estudantes e corpo técnico-administrativo e a todos os parceiros que interagem com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DISCURSO DE POSSE

PROFª WRANA PANIZZI

17-9-96

A história ensina que a grandeza das nações é o resultado do amadurecimento de suas instituições e que todo processo de desenvolvimento – social, cultural, econômico e político – passa necessariamente pela busca da consolidação institucional. Este é, sem dúvida, o princípio básico que deve nortear políticas e ações voltadas às instituições educacionais e, muito especialmente, às universidades.

Se fazemos tal afirmação é porque temos consciência do momento muito especial por que hoje atravessam as instituições públicas brasileiras e de seu significado para a própria Universidade. De fato, é no bojo de um amplo conjunto de reformas que as instituições públicas vivem um período de definição/redefinição de sua natureza e de seu papel.

É importante, portanto, indagar-se sob a égide de quais cenários e de quais processos vêm ocorrendo tais definições e redefinições, bem como indagar-se a respeito das características e especificidades que elas assumem. É somente a partir daí que se poderá pensar nas possibilidades das políticas públicas que queremos para a Universidade e o ensino superior no Brasil.

A constatação que se impõe aqui é a de que a sociedade brasileira começa a cumprir – do ponto de vista tecnológico, econômico e social – o destino traçado pela globalização e pela 3ª Revolução Industrial. As políticas públicas implementadas nos últimos anos refletem esse quadro, na medida em que buscam responder aos desafios da realidade dos novos tempos.

A última década foi particularmente difícil para o mundo e para o Brasil, com o aprofundamento de velhos problemas e a introdução de novas e perturbadoras questões, podendo ser aqui lembrado:

1) o caráter, ao que parece, inexorável do movimento de incorporação dos novos paradigmas tecnológicos e de competitividade internacional;

2) a constatação de que as relações econômicas dão-se, cada vez mais, entre blocos econômicos do que entre países;

3) os fortes impactos das tecnologias modernas no mundo do trabalho, com seu conhecido cortejo de transformações estruturais no volume e na estrutura do emprego. São traços inerentes a este contexto a eleva-

ção das taxas de desemprego e o favorecimento dos "mala aptos" ao mercado de trabalho, beneficiários que são de uma concorrência desigual fundamentada no monopólio da educação formal e no acesso privilegiado à cultura. E, mesmo entre os privilegiados, os conhecimentos específicos adquiridos durante sua educação formal ficam rapidamente desatualizados. Para os demais, que formam um enorme contingente da população, a realidade que se impõe é a de sua brutal exclusão do mercado formal de trabalho;

4) o atraso do País em termos da formação de mão-de-obra especializada, certamente um requisito essencial em qualquer padrão de desenvolvimento futuro;

5) a insuficiência e a deterioração do chamado capital social. Este forma a infra-estrutura básica do País se manifesta na carência de equipamentos e na precariedade das condições gerais de vida da população, resultado dos insuficientes investimentos realizados nos últimos tempos e até da sua falta de planejamento.

Do ponto de vista ético-social, o dinamismo da concorrência promoveu o avanço do utilitarismo, em detrimento de valores mais tradicionais, como os traços culturais regionais e nacionais. São efeitos diretos de um processo de globalização que os descaracteriza completamente, em especial no que se refere ao trabalho e ao conceito de nação.

A ruptura na crença dos mecanismos básicos de reprodução da sociedade – que, pressupostamente, assegurariam uma mobilidade social ascendente – produziu o que se vem chamando de cultura da violência. Na ausência de saídas, de falta de perspectivas mínimas para o futuro, o individualismo – e a sua apologia – acabam corroendo os laços mais elementares de solidariedade social.

É nesse contexto que temos a tarefa de pensar e de construir a Universidade que os tempos de hoje estão a exigir. Universidade essa que entendemos como um importante patrimônio social, que se caracteriza precisamente pela sua dimensão de universalidade na produção e transmissão da experiência cultural e científica da sociedade.

Ela é, por essência um agente constitutivo de um processo estratégico de construção de uma identidade social e de um projeto de nação. Nesse sentido, não é somente uma instituição social, mas um bem público a serviço da sociedade e que se afirma por sua capacidade de representação cultural, intelectual e científica.

E a condição básica para o desenvolvimento dessa representatividade está na capacidade de assegurar, por um lado, a formação dos recursos humanos técnica e cientificamente competentes e com capacidade ao exercício da cidadania. Por outro, coloca-se a questão de garantir a produção do conhecimento inovador e crítico, o que exige respeito à diversidade, à heterogeneidade e à pluralidade das idéias que convivem na Universidade. Se a

Universidade é o lugar de "pensar" o "pensar", então todos os "saberes" nela se encontram, o que equivale a dizer que a multiplicitude do saber nela precisa encontrar abrigo.

Não lhe compete, pois, somente reproduzir estruturas e valores, e sim acolher os elementos que possam contribuir para introduzir questionamentos críticos, que a configurem como um agente dinâmico na evolução histórica de nossa sociedade. Por isso, temos dito, e hoje reafirmamos, que a Universidade precisa não apenas ser uma instituição comprometida com seu tempo, como estar à frente do seu tempo.

Essa condição lhe atribui uma grande responsabilidade e a necessidade de responder, concretamente, a um triplice desafio:

1º) tomar socialmente relevante sua capacidade de criação cultural, de inovação científico-tecnológica e de formação de recursos humanos;

2º) buscar a "excelência" através da melhoria da qualidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, com a permanente atualização de seus currículos e a contínua qualificação de seus recursos humanos. Agilidade para cumprir adequadamente suas funções, qualidade de serviços e consciência de suas responsabilidades são requisitos para que a Universidade reforce seu caráter maior de instituição pública;

3º precisa garantir, todavia, esta "excelência" sem "excludência", o que significa atender a setores amplos da sociedade os conhecimentos gerados e acumulados. Este ponto é especialmente importante na medida em que, tendo herdado da ditadura uma estrutura autoritária, a Universidade soube reagir buscando formas alternativas de democratização da gestão, como a eleição de cargos diretivos dentro da estrutura acadêmica e administrativa. Para democratizar-se, no entanto, é preciso ir além da simples esfera da gestão, avançando no sentido de garantir o acesso da sociedade ao saber.

Se essas são algumas das questões básicas com que hoje se defronta a Universidade, a mais urgente é com certeza aquela relacionada à crise de legitimidade. A crise expressa-se também em nível interno, o que atribui a seus dirigentes a imensa tarefa de buscar a reconstrução da unidade de uma instituição, em muito, dilacerada.

Tal meta exige a coragem de redirecionar nosso olhar interno, no sentido de buscar avallar e valorizar o imenso potencial humano, científico, educacional e profissional disponível nesta Universidade, que precisa ser instalado a trabalhar na construção dessa unidade. Para tanto, é necessário romper com a fragmentação observada no conjunto de suas atividades e – a partir de uma adesão coletiva que comprometa professores, técnicos-administrativos e estudantes – elaborar um projeto comum. Que projeto é este? É a reedição de uma utopia, a de uma Universidade onde seja possível a realização coletiva e individual, isto é, de todos e de cada um de nós.

Do ponto de vista externo, a crise de legitimidade da Universidade manifesta-se, de modo especial, nas críticas daqueles que julgam estar ela alienando-se progressiva e perigosamente da realidade. Em um contexto de crescente isolamento, o conhecimento por ela produzido atenderia cada vez menos às demandas da sociedade, tornando-se conseqüentemente um organismo de pouca utilidade para o desenvolvimento do país.

É certo que nossa Universidade tem muitos problemas e, entre esses, inclui-se o da falta de um relacionamento mais orgânico com a sociedade. De certa forma, isto pode ser creditado à ausência de uma avaliação crítica – sistemática e criteriosa – de suas contribuições ao mundo da ciência, da tecnologia e ao próprio desenvolvimento econômico e social. Para que este problema possa ser superado, faz-se indispensável não só uma ampla divulgação dos trabalhos realizados, como também uma interlocução intensa entre o mundo acadêmico e os diferentes agentes que com ele interagem: os órgãos governamentais e não-governamentais, os movimentos sociais organizados e os setores empresariais.

Nesse sentido, ampliar os canais de comunicação e de interação com a sociedade apresentam-se como tarefas estratégicas, não apenas para o funcionamento da Universidade, como para a construção de um projeto de desenvolvimento científico e tecnológico para o País.

Somente o diálogo intenso entre as partes sinceramente interessadas em um projeto dessa natureza poderá fazer surgir a mediação adequada à superação dos dilemas que hoje nos afligem. Dilemas tais o que envolve, por exemplo a legítima demanda da sociedade por um conhecimento mais imediatamente aplicável ("menos teórico" ou "mais prático") e o reconhecimento da necessidade de manter sólidas estruturas capazes de criar condições para que seja seguido o longo, paciente e nem sempre bem sucedido caminho da descoberta e da investigação científica.

Um dos pontos de apoio para alcançar o reconhecimento pretendido sustenta-se sem dúvida nas relações universidade-mundo do trabalho em que a primeira – como formadora de recursos altamente qualificados e difusora de novos conhecimentos – precisa estar em permanente sintonia este mundo em mutação. É claro que nunca deve ser perdido de vista o fato de que tais relações precisam ser encaradas em termos amplos e dentro de uma perspectiva de longo prazo.

É nesse contexto que se exige da Universidade não só a constante atualização de seus currículos e atividades, como a contínua qualificação da totalidade de seus recursos humanos. Agilidade para cumprir adequadamente suas funções, qualidade de serviços, além de plena consciência de suas responsabilidades, são também requisitos para que a Universidade reforce a seu caráter de instituição pública e seu papel de agente de desenvolvimento regional e nacional.

Dois outros pontos merecem também especial atenção por parte de dirigentes e membros das Universidades Públicas Federais. O primeiro deles relaciona-se com o programa de avaliação

institucional em curso, de grande complexidade posto que o caráter próprio à estrutura universitária caracterizada uma instituição multifuncional, confrontada a desafiantes problemas de gestão e de planejamento em sua tarefa de alcançar níveis aceitáveis de exigência acadêmica.

A qualidade tornou-se nos dias de hoje um dos problemas centrais da universidade brasileira que precisa ao mesmo tempo, administrar a massificação da matrícula, a criação e a difusão da ciência, as interações entre processo científico e tecnológico e, sobretudo, rever suas relações com o Estado e a sociedade.

A avaliação institucional representa, nessa situação, um instrumento essencial para garantir padrões de qualidade acadêmico-científicos, indispensáveis ao planejamento e à definição de políticas estratégicas, isto sem falar em seu papel viabilizador das condições da própria gestão. Na verdade, nenhuma instituição poderá pensar em otimizar o uso de seus recursos e qualificar seus serviços e produto se não tiver coragem de avaliar a si própria e submeter-se à avaliação externa. O critério primeiro dessa avaliação deve ser norteado pela qualidade do ensino da pesquisa e da formação bem como pelo atendimento às demandas da comunidade. No entanto, levando-se em conta o atual contexto de liberação das relações econômicas, é preciso ter cuidado no sentido de evitar que a avaliação venha a ser encarada como um convite à instauração de um espírito de empresa que se sobreponha ao "espírito público".

A introdução da avaliação constitui, em realidade, um instrumento privilegiado de prestação de contas à sociedade, que traz à ordem do dia a questão do desempenho de uma Universidade que utiliza recursos governamentais para cumprir uma função pública. Se é certo que ela é o lugar do saber, onde se é pago para saber e se tem o direito de ser pago, não menos verdadeiro é o fato de que se tem o dever de produzir.

O segundo ponto a ser destacado diz respeito ao projeto da autonomia universitária, uma tradicional bandeira de lutas de todos nós, professores, técnicos-administrativos e estudantes. Sempre a encaramos, efetivamente, como a melhor forma de cumprir nossa função de produzir conhecimento e de formar recursos humanos.

A implantação da autonomia universitária deverá acarretar profundas mudanças, afetando as condições de financiamento da Universidade Pública Federal, de sua gestão administrativa, de sua estrutura organizacional, de seu regime jurídico e de suas relações com o Estado. Independentemente do que vier a ser definido, é evidente que o resultado final precisará favorecer o maior entrosamento com os setores produtivos e com a comunidade, de modo que a Universidade possa cumprir, de forma mais efetiva, os seus compromissos.

A história, em suas camadas mais profundas, é extremamente lenta e muitas vezes repetitiva, tal como nos ensinou Fernand Braudel. Cabe a nós hoje o chamamento para pensar e construir, conjuntamente, uma nova Universidade. Uma Universidade que goze dos princípios de liberdade acadêmica e autono-

mia institucional, mas que saiba responder às exigências da sociedade neste final de século.

Ao aceitarmos o desafio de ocupar o cargo de Reitora da UFRGS, assumimos como compromisso a construção de um programa denominado *Universidade Viva*. Este programa foi concebido de forma coletiva, com o envolvimento de um significativo grupo de professores, técnicos-administrativos e estudantes.

Conscientes da relevância da função, preenchida por homens que marcaram a história da educação no Rio Grande do Sul e no País, haveremos de honrar os grandes princípios que justificam a própria existência da Universidade: a formação de recursos humanos de alto nível, a busca da excelência acadêmica e profissional e a sua reafirmação como grande centro de produção e difusão de conhecimento filosófico, científico, tecnológico e cultural.

Daf nosso programa estar alicerçado em princípios que perpassam as diferentes atividades internas e externas da universidade, quais sejam:

- a) O desenvolvimento, expansão e consolidação – com base na sua indissociabilidade – das atividades de ensino, pesquisa e extensão, tendo como eixo norteador o princípio da excelência acadêmica sem "excludência" e com compromisso social;
- b) a valorização dos recursos humanos, partindo da profunda convicção que temos da importância de reconhecer as pessoas como o maior patrimônio da UFRGS;
- c) a agilização e reestruturação administrativa, com base em formas compartilhadas de tomada de decisões e que levem à efetiva divisão dos poderes e à co-responsabilidade na gestão.
- d) a prática de uma administração transparente, cujos resultados estejam associados à adoção do planejamento como forma de ação;
- e) a interação universidade-sociedade, através da qual possa a UFRGS não só difundir conhecimentos para a sociedade, como enriquecer-se com as práticas e experiências acumuladas por esta mesma sociedade;
- f) por último, a defesa da universidade pública autônoma e gratuita como um bem a serviço da sociedade.

Deve ser observado que, por mais importante que tenha sido a elaboração desse programa, assumem ainda maior relevância sua implementação e sua permanente revisão coletiva, já que só o trabalho em conjunto poderá assegurar seu sucesso diante das incertezas que o futuro nos coloca.

No contexto dos muitos projetos de sua implementação, promoveremos também uma reestruturação administrativa, criando a Pró-Reitoria de Pesquisa, desvinculada da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, e dividindo a Pró-Reitoria administrativa em duas Superintendências: a dos Serviços Administrativos e a dos Espaços Físicos.

A estrutura administrativa central será agora composta pelas Pró-Reitorias de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa, de Extensão, de Planejamento e de Recursos Humanos e Assuntos da Comunidade, além das já citadas Superintendência de Serviços Administrativos e Superintendência dos Espaços Físicos.

Essas alterações embora não suficientes, devem proporcionar maior dinamismo nos procedimentos e relações institucionais e, junto com a concretização de ações, programas e projetos específicos, haverão de alicerçar a longa trajetória seguida pela UFRGS. Trajetória, cujas origens remontam à Faculdade de Farmácia e à Escola de Engenharia, que já completaram os cem anos de existência. Somos, de fato, uma Universidade centenária.

Um século pouco significa certamente para os padrões internacionais, sejam os europeus – em que muitas universidades foram fundadas durante a Idade Média –, sejam os da própria América Latina – que abriga várias instituições criadas em pleno período colonial. Para os padrões brasileiros, todavia, cem anos de Universidade representam uma conquista digna de respeito e destaque.

A história da UFRGS confunde-se com a da própria cidade de Porto Alegre e a do Rio Grande do Sul. Desde a criação da primeira unidade, passando pelo período da dominância positivista durante a República Velha, cada geração fez sua parte, deixando um legado que é motivo de orgulho e que nos atribuiu uma grande responsabilidade.

Ao longo de sua caminhada, nossa Universidade já formou milhares de profissionais, cujos nomes estiveram e estão à frente da produção filosófica, tecnológica e cultural e da atuação empresarial e política no Rio Grande do Sul e também marcaram presença nos cenários nacional e internacional.

Temos hoje vinte e cinco unidades, entre Faculdades e Institutos, que desenvolvem cursos de graduação, e oitenta e oito cursos de pós-graduação. Este conjunto atua nas mais diferentes áreas do conhecimento, alcançando muitas vezes destaque em âmbito nacional e internacional através das pesquisas de ponta que realiza.

Considerando os professores, técnicos-administrativos e estudantes, inclusive os lotados no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, formando uma comunicação de quase 30 mil pessoas, superior à população de grande maioria dos municípios gaúchos. Soma-se a isto um grande conjunto de prédios, de laboratórios e equipamentos sofisticados e de bibliotecas. Tal patrimônio, produto do trabalho árduo de várias gerações, pertence a toda sociedade.

A consciência do passado e da trajetória que nos trouxe até aqui não apenas evidencia o peso da responsabilidade que sentimos, como representa o estímulo maior para o trabalho que ora iniciamos em conjunto com professores, alunos e quadro técnico-administrativo.

Assumimos esta responsabilidade, afirmando nossa disposição de prosseguir o trabalho dos que nos antecederam e nosso compromisso de inovar. Inovar posto que é da natureza de instituições voltadas à criação e difusão de conhecimentos estarem à frente de seu tempo, senão – como já afirmamos –, de antecipar o próprio futuro.

Mas, retomando ao passado, gostaríamos de prestar nossa homenagem àqueles que nos precederam e que nos herdam hoje com sua presença: os Magníficos Reitores Earle MacCarthy, Francisco Ferraz, Gerhard Jacob e Tuiskon Dick. Nossa homenagem especial a quem sucedemos, o Reitor Hélgio Trindade, e a toda sua equipe.

A partir deste momento, permitam-me que fale em primeira pessoa, para revelar meus sentimentos mais particulares no momento de assumir o posto mais alto desta Universidade.

Em primeiro lugar, quero agradecer a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que eu chegasse, hoje, aqui.

Quero agradecer aos meus colegas professores, meus colegas técnicos-administrativos e aos estudantes que escolheram meu nome, colocando-o em primeiro lugar na Consulta realizada.

Agradeço ao Colégio Eleitoral que, mantendo a tradição de nossa Universidade, respeitou a vontade da Comunidade Acadêmica, definindo meu nome como o primeiro da lista tríplice.

Não quero furtar-me de agradecer a sua Excelência, Professor Paulo Renato de Souza, Ministro da Educação e do Desporto, que me tomou Reitora desta Universidade, compreendendo o significado do Projeto UFRGS: *Universidade viva*.

Fui escolhida em um processo marcado pela legalidade e pela legitimidade, o que faz dessa escolha não a nomeação para um cargo, mas a atribuição de uma missão.

Essa confiança me faz passar à história da UFRGS como sua primeira Reitora.

Quero reafirmar a minha firme disposição de permanente diálogo com nossas entidades representativas de docentes, técnicos-administrativos e estudantes – ADUFRGS, ASSUFRGS, DCE, APG, Diretórios Acadêmicos – que considero e respeito como foros legítimos de representação das reivindicações da Comunidade Universitária.

Em âmbito maior e institucional, manifesto a firme disposição de, junto com a ANDIFES, trabalhar na defesa e consolidação das instituições federais de ensino superior.

A minha melhor forma de agradecer a todos e aos presentes é a de reafirmar a minha lealdade para com a educação, a minha lealdade para com a Universidade Pública e a minha lealdade para com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Não posso ser e pensar diferente. Sou uma professora e este sempre foi o objetivo de vida profissional que acalentei. Como tal, e com toda simplicidade, buscarei minha inspiração no texto denominado "A Aula", proferido por Roland Barthes quando passou a integrar o quadro de professores do Collège de France em 1977. Mais ainda, vou apropriar-me de algumas de suas palavras para que, associadas às minhas, reflitam meus sentimentos.

É pois, manifestamente, uma simples professora que é acolhida nesta Casa onde reinam a ciência, o saber, o rigor e a invenção disciplinada. Assim sendo, quer por prudência, quer por aquela disposição que me leva frequentemente a sair de uma embarras intelectual por uma interrogação dirigida a meu prazer, vou desviar-me das razões que levaram a UFRGS a escolher-me como Reitora, posto que elas são incertas a meus olhos. Falarei daquelas razões que, para mim, e aqui cito Roland Barthes, "fazem de minha entrada nesse lugar uma alegria mais do que uma honra; pois se a honra pode ser merecida, a alegria nunca o é". A alegria é a de reencontrar aqui a lembrança ou a presença de todos os que amo e que me ensinaram ou que ainda haverão de me ensinar.

Primeiramente, aquela que, alfabetizadora durante tantos anos, me propiciou, em casa, a emoção da descoberta da ligação entre letras e palavras na leitura e na escrita. A emoção que faz os olhos de uma criança ou de um adulto brilharem ao descobrirem um novo mundo e que faz da educação uma ação libertadora.

Em seguida, àqueles primeiros professores com quem, dos tempos da Escola Primária à adolescência adentro, aprendi que – além de libertadora – a educação é um investimento social. Depois, tempos mais recentes, àqueles que me fizeram acrescentar a estes atributos a crença de que a educação é a expressão maior da cidadania.

E, quanto ao presente, permitam-me lembrar especialmente aqueles que, acreditando em tudo isso e possuindo todas as qualidades que não possuo, associadas àquelas que tenho, apresentaram-me – com sua generosidade – à comunidade universitária da UFRGS e me fizeram sua Reitora. Refiro-me, em particular, ao grupo de Diretores que me instou a disputar este cargo.

Para concluir, quero expressar outra alegria que me vem, mais grave porque mais responsável: a de entrar em um lugar que pode ser dito fora do poder. Pois, se me é permitido interpretar, por minha vez, a Universidade Pública, diria que, na ordem das instituições, ela é como uma das últimas astúcias da história, porque um dos últimos refúgios de liberdade, onde é um privilégio ensinar e pesquisar. Que este continue sendo um lugar intocado.

É por isto que a alegria mais forte que sinto, hoje, é a de, ao entrar em lugar grave e responsável como a Universidade, sentir que esse lugar é mesmo grande, porque também não quer e não pode dispensar o sonho, a ilusão, a utopia.

Pois, como diz Mário Quintana

"Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas."

Wрана Maria Panizzi

Reitora da UFRGS

WRANA PANIZZI, A 1ª MULHER REITORA DO RIO GRANDE DO SUL

Nesta última terça-feira, em solenidade da qual tive a honra de participar, em Porto Alegre, a professora Wрана Panizzi tomou posse como Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para o período 1996-2000, sucedendo o Reitor Hélgio Trindade, que desenvolveu um excelente trabalho à frente desta instituição.

Prestigiada pela presença de autoridades federais, estaduais e municipais, dentre elas o Senador Pedro Simon, professores, estudantes, sindicalistas e amigos, a posse da nova Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul assinala o reconhecimento da sociedade riograndense à professora Wрана Panizzi, em primeiro lugar, mas também à mulher gaúcha, que marca mais um ponto na luta pela igualdade e, especialmente, à própria educação universitária.

Atualmente, professora da Faculdade de Arquitetura, onde dá aulas para o Departamento de Urbanismo, e candidata mais votada na eleição direta realizada para o cargo, realizada entre docentes, alunos e funcionários, em junho passado, Wрана Panizzi é a primeira mulher a dirigir a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a primeira reitora da história do Estado.

Além do voto direto, ela também contou com o apoio majoritário do colégio eleitoral da Universidade, tendo, por fim, sido escolhida pelo Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, com o re-

conhecimento de que seu nome foi confirmado devido ao apoio da comunidade e por ter comprovada capacidade pessoal e administrativa.

Natural de Passo Fundo, a atual reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem um extenso e bem sucedido currículo acadêmico, com formação em Filosofia, Direito, mestrado em Planejamento Urbano e Regional, na Universidade de Paris Cretéil, e doutorados em Urbanismo, na mesma Universidade, e em Ciências Sociais, na Universidade de Paris I – Pantheon – Sorbonne.

Antes de assumir a reitoria da principal instituição de ensino universitário do Estado, e uma das mais destacadas e reconhecidas instituições de ensino superior do País, a professora Wrana também exerceu duas pró-reitorias na própria Universidade Federal do Rio Grande do Sul e presidiu a Fundação de Economia e Estatística (FEE), durante o Governo de Pedro Simon.

A escolha da professora Wrana Panizzi, antes de mais nada, é fruto da luta da mulher que, com muito esforço, competência e desprendimento está ocupando cada vez mais o seu espaço na sociedade e, a partir de suas experiências e peculiaridades, dando a sua contribuição efetiva para o desenvolvimento global do País, em todos os campos da atividade humana.

A eleição de Wrana Panizzi para Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é também uma vitória da mulher-professora que, ao longo dos anos, tem sido fundamental para a educação dos filhos deste Imenso Brasil, mas que ainda enfrenta dificuldades e barreiras de toda ordem para ascender à funções mais elevadas, especialmente nas Universidades.

Destacando a experiência inédita de ser mulher e postular à Reitoria, a própria professora Wrana Panizzi, em matéria publicada pelo jornal *Zero Hora*, de 24 de julho passado, afirmou que, antes – ou apesar – desta condição, credenciou-se e está capacitada para exercer o cargo por "ter um programa capaz de mudar a estrutura desta universidade, tornando-a capaz de formar profissionais preparados para a exigência da sociedade atual".

Alguns dos pontos e compromissos do programa de trabalho, batizado de *Universidade Viva*, ela explicitou em seu pronunciamento de posse, entre os quais destacamos:

- 1 – O desenvolvimento, a expansão e consolidação – com base na sua indissociabilidade – das atividades de ensino, pesquisa e extensão, tendo como eixo norteador o princípio da excelência acadêmica sem "excludência" e com compromisso social;
 - 2 – A valorização dos recursos humanos, partindo da profunda convicção que temos da importância de reconhecer as pessoas como o maior patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
 - 3 – A agilização e reestruturação administrativa, com base em formas compartilhadas de tomada de decisões e que levem à efetiva divisão dos poderes e à co-responsabilidade na gestão;
 - 4 – A prática de uma administração transparente, cujos resultados estejam associados à adoção do planejamento como forma de ação;
 - 5 – A interação Universidade-Sociedade, através da qual passa a Universidade Federal do Rio Grande do Sul não só a difundir conhecimentos para a sociedade, como enriquecer-se com as práticas e experiências acumuladas por esta mesma sociedade;
 6. A defesa da Universidade Pública autônoma e gratuita como bem a serviço da sociedade;
- A responsabilidade assumida pela nova Reitora é imensa, considerando não apenas a dimensão pedagógica, mas também a administração patrimonial e funcional da Universidade Federal

do Rio Grande do Sul, com seus 17 mil estudantes, e atualmente passando por grandes dificuldades, como a maioria das Universidades públicas do País.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem hoje vinte e cinco unidades, entre Faculdades e Institutos, que desenvolvem cursos de graduação, mais oitenta e oito cursos de pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, que assegura à instituição um grande destaque à nível nacional e internacional, em razão das pesquisas de ponta realizados.

Associada a indústrias nacionais, no campo da Engenharia, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul desenvolve, através do Centro de Tecnologia, projetos para o desenvolvimento de novos materiais e de novos processos, e de melhoria da qualidade e produtividade na indústria metal-mecânica.

Também têm trabalhos desenvolvidos pelo Centro de Sensoriamento Remoto na área de Agrometeorologia e Aerofotogrametria, e pelo Centro de Ecologia na área ambiental, mais especificamente na emissão dos Relatórios de Impacto Ambiental e na análise da toxicidade em alimentos para exportação.

Ainda, no campo dos avanços tecnológicos conquistados, está o Centro Nacional de Supercomputação, onde funciona o Supercomputador Cray, o mais veloz e o mais moderno supercomputador do Brasil – pelo menos duas vezes mais rápido do que qualquer outro computador instalado atualmente no País.

E, com objetivo de estreitar as relações com os países do continente, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul está implantando o Instituto de Estudos Avançados da América Latina, para promover a formação de recursos humanos em alto nível, com perfil científico-profissional adequado às necessidades do desenvolvimento latino-americano e o incentivo interdisciplinar à pesquisa da realidade latino-americana.

Com um orçamento insuficiente para cumprir o conjunto de compromissos da instituição, a Universidade, enfrentou, e ainda enfrenta, problemas de toda ordem, como dificuldade para pagar fornecedores, para fazer a manutenção dos prédios ou manter os serviços essenciais de infraestrutura.

Apesar disso, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul oscila entre a segunda e a terceira colocação dentre as instituições de ensino superior mais importantes do País, com vários dos seus cursos também nas primeiras colocações de pesquisas e levantamentos realizados nos últimos anos, além de um grande número de professores reconhecidos à nível nacional e internacional.

No ano passado, por exemplo, o Professor Ivan Izquierdo, da Cadeira de Bioquímica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi laureado como o cientista brasileiro de maior renome internacional, com 1.349 obras citadas no estrangeiro, o que não apenas comprova a capacidade dos docentes da Universidade, mas, também, expressa o desenvolvimento científico acumulado pela instituição ao longo de sua história.

Segundo a nova Reitora, para quem a história da centenária Universidade Federal do Rio Grande do Sul confunde-se com a da própria Cidade de Porto Alegre e a do Rio Grande do Sul, "desde a criação da primeira unidade, passando pelo período da dominância positivista, durante a República Velha, cada geração fez a sua parte, deixando um legado que é motivo de orgulho e nos atribuiu uma grande responsabilidade".

Integrada neste contexto, assim como as demais universidades do País, a Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul – através de seu corpo docente, funcionários técnico-administrativos e alunos – diante da situação atual, tem procurado bus-

car soluções para as dificuldades verificadas, através do debate interno e com a sociedade.

A Universidade brasileira, especialmente a universidade pública além de superar os problemas verificados, como espaço privilegiado de produção e transmissão da experiência cultural e científica da sociedade, tem que afirmar definitivamente o seu papel e a sua presença no processo de construção da nacionalidade brasileira, em todos os seus aspectos.

Assim sendo é fundamental que o debate envolvendo este tema tão importante para os interesses nacionais, ocorra de uma forma ampla, integrando além das autoridades do Executivo e do Legislativo, a comunidade educacional, em todos os seus segmentos representativos, a meu ver condição indispensável para a construção de uma alternativa eficaz e democrática.

Nesse sentido, é importante destacar a atividade do ex-reitor Hélgio Trindade, que desenvolveu um intenso trabalho de aproximação entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a sociedade, através da criação de mecanismo de interrelação entre a esfera acadêmica e interlocutores de todos os setores organizados, e que culminou com a Instituição do Conselho de Integração Universidade-Sociedade.

Em torno destes debates, vale destacar a necessidade de se afirmar definições abrangentes e justas sobre alguns pontos, entre os quais a autonomia, a gratuidade e o critério de avaliação das universidades sem os quais o papel estratégico da universidade e do ensino superior no País pode ser comprometido.

Em relação à autonomia, temos lutado em defesa de uma Universidade que contemple, no seu caráter público, a gratuidade, a democracia e a qualidade, além da simples submissão à mera lógica de mercado, ao puro e simples empresariamento da educação superior e, ainda ao desvirtuamento da própria essência da Universidade, como muito bem registrou o ex-reitor Hélgio Trindade, em seu pronunciamento, que é a de amparo a todas as manifestações de obscurantismo, tirania e opressão.

A manutenção do sistema federal de ensino superior gratuito, que, em última instância, traduz o compromisso do Estado com a educação e com o avanço científico e tecnológico do país, por sua vez, é instrumento decisivo para sustentar o desenvolvimento de qualquer Nação do mundo, como muito bem identificou a Unesco, em trabalho recente, especialmente nos países em desenvolvimento, onde as universidades públicas produzem praticamente toda a pesquisa científica e tecnológica.

Ainda, sobre a avaliação das universidades, trago as palavras da nova Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que, em seu pronunciamento, destacou ser a avaliação institucional "instrumento essencial para garantir padrões de qualidade acadêmico-científico, indispensáveis ao planejamento e à definição de políticas estratégicas", ao mesmo tempo em que advertiu para a necessidade de "se ter cuidado no sentido de evitar que a avaliação venha a ser encarada como um convite à instauração de um "espírito empresa" que se sobreponha ao "espírito público".

É importante destacar, diante da situação atual e dos debates em curso no país a importância da rede pública de ensino superior, responsável por 25% das instituições e por 40% das matrículas, sendo que a rede federal, segundo dados do Ministério da Educação, conta atualmente com 39 Universidades, com aproximadamente 350 mil alunos na graduação, e 18 estabelecimentos isolados, com mais 13 mil alunos.

Além disso, a rede pública de ensino superior é responsável por 70% dos estabelecimentos que oferecem cursos de pós-graduação no país, respondendo também por 90% de toda a pesquisa científica e tecnológica feita no Brasil e seus inúmeros labo-

ratórios e quarenta e cinco hospitais universitários prestam enormes serviços à população carente brasileira.

Nesse sentido, é importante registrar algumas definições presentes no documento "Proposta da ANDES – Sindicato Nacional para a Universidade Brasileira" – no qual o Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior apresenta, com grande oportunidade e lucidez, um conjunto de proposta para a universidade brasileira.

Em seu documento, os docentes brasileiros, defendem que "a definição desta política institucional é urgente para que seja possível reverter o quadro atual no qual se vem procurando adequar a Universidade a um modelo econômico internacionalizado, concentrador e excludente, que consagra a racionalidade empresarial e a tecnocracia como valores absolutos".

Para a Andes, "levando em conta as suas funções básicas – como ensino, pesquisa e extensão – é preciso redimensionar a função social da Universidade, entendendo que é sua tarefa intervir nas transformações da sociedade, no sentido de propiciar uma estrutura social justa e que corresponda aos anseios majoritários da população".

Como tenho afirmado nesta tribuna, e em outros fóruns de debate sobre a educação nacional, às portas do Século XXI, o Brasil vive atualmente um momento decisivo em sua história, que passa pela determinação de avançar, afirma seu peso e sua importância mundial em todos os campos, ou submeter-se ao retrocesso, a aceitar a condição de país atrasado, dependente e predestinado à pobreza.

Durante os meus 23 anos de exercício do Magistério Estadual, militância sindical, atuação parlamentar e agora nesta Casa, como Senadora do Rio Grande, mas, acima de tudo, comprometida com o destino do país como um todo, tenho me somado àqueles que, no campo da educação, e em outros setores da vida nacional, têm lutado para fazer do Brasil um país livre do analfabetismo, com acesso ao conhecimento, às inovações tecnológicas e à cultura.

Nesse sentido, reafirmo que para que a educação seja de fato uma prioridade estratégica, é preciso que construamos uma Proposta Global de Educação para o país, que contemple todos os níveis, desde a pré-escola até o universitário, e responda a estes novos tempos de mudanças que o mundo moderno está exigindo dos povos, e particularmente do nosso país.

Para enfrentar com soberania o presente processo econômico em curso, é preciso dotar o país de um sistema educacional eficiente do ponto de vista técnico e científico, democrático e vinculado aos interesses coletivos da sociedade e ainda capaz de formar cidadãos brasileiros conscientes de seu papel na sociedade e no mundo e, acima de tudo, livres e críticos.

Concluo, desejando sucesso à professora Wlana Panizzi, nesta nova caminhada, agora à frente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, reafirmando total solidariedade a sua causa, que é a nossa causa, e deve ser a causa de todos os brasileiros, que é fazer não só da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mas de todas as universidades brasileiras, instrumentos de conquista do saber, desenvolvimento do país e promoção do homem.

* Pedir Inclusão nos anais de:

1 – Pronunciamentos da nova reitora, Wlana Panizzi, e do ex-reitor, Hélgio Trindade;

* Entregar para biblioteca do Senado Federal:

1 – Livro contendo "Plano de Gestão e Prestação de Contas – 1993/1996", da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – V. Exª será atendida, na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Joel de Hollanda.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, por iniciativa do vice-Presidente da República, Marco Maciel, estiveram no meu Estado, Pernambuco, no dia de ontem, S. Exª o Sr. Ministro das Minas e Energia, Dr. Raimundo Brito, e o Presidente da Petrobrás, Dr. Joel Mendes Rennó.

Naquela oportunidade, essas duas autoridades do Governo Federal anunciaram medidas, decisões importantes para o desenvolvimento do Nordeste, e particularmente para o desenvolvimento do estado que tenho a honra de representar nesta Casa, Pernambuco.

Entre as decisões anunciadas naquele encontro promovido na sede da CHESF, eu destacaria, em primeiro lugar, Sr. Presidente, o anúncio da construção do gasoduto que ligará o Município de Pilar, em Alagoas, ao do Cabo, em Pernambuco. Trata-se de uma antiga aspiração de toda a classe empresarial do meu estado e de suas lideranças políticas, conscientes de que é importante ampliar a oferta de gás natural não somente para as indústrias que hoje já funcionam no Estado de Pernambuco, mas sobretudo como forma de atrair outros empreendimentos industriais, para o meu Estado gerar emprego, renda e, assim, promover o desenvolvimento da economia pernambucana.

Foi, portanto, com muita alegria e contentamento que participamos, ao lado de lideranças empresariais, comunitárias, de políticos e prefeitos, enfim, de segmentos importantes da sociedade pernambucana, desse evento em que S. Exª o Sr. Ministro Raimundo Brito, juntamente com o Presidente Joel Mendes Rennó, anunciou a decisão de construir esse gasoduto.

Com 195 quilômetros de extensão, o gasoduto será extremamente importante para propiciar novas oportunidades de implantação de plantas industriais em nosso Estado e, com isso, volto a dizer, gerar mais empregos, renda, impostos, trazendo desenvolvimento para Pernambuco.

As obras estão orçadas, Sr. Presidente, em R\$50 milhões. Os recursos já estão definidos no orçamento da Petrobrás, devendo ser concluídas as obras o mais breve possível, o que se estima seja junho de 1998. Serão lançados brevemente os editais de licitação e durante todo o ano de 1997 será construído esse duto. Esperamos, com

certeza, a sua conclusão já no mês de junho de 1998.

Mas não ficou só nisso, Sr. Presidente. Foi anunciada também pelo Ministro das Minas e Energia a construção de um outro duto, desta feita ligando o município de Guamaré, no Rio Grande do Norte, ao de Fortaleza, no Ceará.

Com as obras desse segundo gasoduto, a região passará a contar com um total de 1450 quilômetros de dutos fazendo a interligação de todas as reservas de gás natural do Nordeste situadas entre os Estados do Ceará e da Bahia. Ao todo serão investidos nesses dois projetos nos próximos três anos recursos da ordem de R\$128 milhões, uma cifra expressiva, importante, que vai criar oportunidade, durante a construção desses dois gasodutos, de geração de emprego para a população nordestina nos Estados beneficiados.

O Estado de Pernambuco demanda atualmente 550 mil metros cúbicos de gás por dia e é atendido pelo Nordeste, gasoduto iniciado no Rio Grande do Norte, com capacidade, hoje, para mandar um total de 2 milhões de metros cúbicos para a região metropolitana do Recife. O gasoduto Pilar-Cabo, com 195 quilômetros de extensão, como já disse, terá a mesma capacidade do Nordeste, o que significa dizer que vamos duplicar a oferta de gás natural para as indústrias que já estão implantadas e para aquelas que estão em fase de implantação, bem como servir de atração para novos empreendimentos.

O Vice-Presidente Marco Maciel e o Ministro Raimundo Brito anunciaram também – este é um terceiro anúncio a que me refiro nesta tarde – a construção de uma linha de transmissão de energia elétrica com 180 quilômetros de extensão, que interligará as subestações de Messias, em Alagoas, e Recife II, em Pernambuco. Essa linha de transmissão também será extremamente importante para ampliar a oferta de energia elétrica na região metropolitana, que já começava a sofrer restrições em função do crescimento do consumo de energia nas residências e, também, nas indústrias que estão funcionando no meu Estado. A obra dessa linha de transmissão está orçada em R\$48 milhões e será realizada entre dezembro deste ano e dezembro de 1997.

Finalmente, eu gostaria de me referir, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a uma reunião de trabalho que foi mantida, com a presença do vice-Presidente Marco Maciel, entre o Ministro Raimundo Brito, o Presidente da Petrobrás, Joel Rennó, e o Presidente da Associação dos Produtores Autônomos de Alcool, Dr. Gustavo Maranhão, o Dr. Almiro Ferro, Presidente do Sindicato dos Produtores de Ál-

cool da Paraíba, o Dr. Luiz Carlos Queiroga, Presidente do Sindicato dos Produtores de Alcool da Bahia.

Essa reunião foi muito útil, muito importante, porque os representantes do setor alcooleiro do Nordeste tiveram oportunidade de discutir com o Ministro das Minas e Energia e com o Presidente da Petrobrás o relacionamento comercial entre as empresas e a Petrobrás, os atrasos que se vêm verificando na forma do pagamento de álcool, e de discutir também a desregulamentação e a modernização do setor, enfim, a parceria que deve ser feita, daqui para diante, entre a empresa privada que produz álcool e a Petrobrás. Tudo isso para fazer com que o álcool volte a integrar de forma efetiva a matriz energética do nosso País e possa continuar dando a grande contribuição que vem dando, gerando milhares de empregos no País, produzindo um combustível limpo, produzindo combustível que contribua para o esforço do Ministro Gustavo Krause de despoluição das nossas cidades, sobretudo dos centros urbanos e, sobretudo, Sr. Presidente, valorizando uma tecnologia que é nacional, a tecnologia de produção de álcool.

Por isso, esse encontro foi extremamente importante. De forma franca, aberta, sincera, os empresários do setor do álcool, de um lado, e do outro lado, o Presidente da Petrobrás, o Ministro das Minas e Energia, na presença do vice-Presidente Marco Maciel, puderam estabelecer uma discussão importante e produtiva no sentido da condução do Programa Nacional do Alcool e de como aperfeiçoá-lo, para que ele possa, cada vez mais, contribuir para o desenvolvimento nacional.

Por tudo isso, Sr. Presidente, quero, mais uma vez, nesta oportunidade, ressaltar o papel importante do Vice-Presidente da República, Marco Maciel, que sempre esteve atento às questões nordestinas, particularmente às de Pernambuco.

S. Ex.^a viabilizou a presença de altas autoridades naquela região, como, por exemplo, do Ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, que vem fazendo um trabalho excepcional à frente daquele Ministério. Trata-se de um Ministro que se dedica diuturnamente a estudar os problemas energéticos do nosso País, contribuindo, portanto, para a modernização e o aperfeiçoamento do setor, preparando-o para a competitividade dos novos tempos de economia globalizada e de concorrência internacional.

De outra parte, quero ressaltar também o papel importante da Petrobrás, através de seu Presidente, Joel Mendes Rennó, que tem muita sensibilidade em relação aos problemas do Nordeste e vem sendo um auxiliar dedicado, eficiente do Ministro das Minas e

Energia. S. S.^a tem conduzido todo o programa da Petrobrás, como a modernização e busca de produtividade, qualidade e menores preços para justamente poder competir com o novo cenário internacional do petróleo, que se delineia a partir da globalização da economia.

Portanto, quero dizer que foi importante a presença do Vice-Presidente, Marco Maciel, juntamente com o Ministro das Minas e Energia, Dr. Joel Mendes Rennó, e de empresários do setor sucroalcooleiro. Todos estamos confiantes de que, naquela oportunidade, foi marcado um grande passo, um novo diálogo, uma nova forma de abordagem dos problemas do setor que, com certeza, serão equacionados pelos demais Ministérios envolvidos: Ministério da Indústria e Comércio, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e Ministério do Meio Ambiente. Todos buscam fazer com que o Programa Nacional do Alcool se constitua numa nova alavanca para o desenvolvimento do nosso País, em todas as regiões onde a indústria sucroalcooleira vem dando, como eu disse, uma contribuição importante.

O Programa Nacional do Alcool gera mais de 1 milhão e 300 mil empregos diretos, desenvolve uma tecnologia própria, brasileira, para produzir um produto que serve inclusive de modelo para outros países do mundo. O Brasil tem recebido diferentes comitivas de países da Europa e dos Estados Unidos, que vêm verificar a tecnologia utilizada para a produção do álcool.

Esse fato é motivo de orgulho para todos nós, é motivo de alegria saber que temos uma fonte renovável de energia; energia limpa, energia que contribui para a despoluição das nossas cidades e que gera benefícios sociais incalculáveis não só no Sul e Sudeste, mas principalmente na Região Nordeste, que tenho a honra de representar nesta Casa.

Portanto, é importante que os Ministros e os auxiliares diretos do Presidente da República se desloquem para os Estados e dialoguem com as suas lideranças empresariais, porque vivemos um tempo de aperfeiçoamento da democracia, de uma democracia participativa, em que esse diálogo é construtivo e auxilia na busca de soluções comuns para os nossos problemas. A viagem a que me referi é o exemplo, porque foram anunciadas não promessas, mas providências efetivas do Presidente Fernando Henrique Cardoso, através do seu Vice-Presidente, Marcos Maciel, e do Ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, para a construção de gasodutos e aplicação de recursos superiores a

US\$200 milhões, quer em gasodutos, quer em linhas de transmissão para fortalecer a infra-estrutura do Nordeste.

Este é um registro que faço com muita alegria, parabenizando o Vice-Presidente, Marco Maciel, o Ministro Raimundo Brito e o Presidente da Petrobrás, Joel Mendes Rennó, mais uma vez, pela disposição e, sobretudo, pela forma como vêm conduzindo a Vice-Presidência, o Ministério, e a grande empresa petrolífera, trazendo de forma efetiva benefícios para os Estados nordestinos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao Senador Josaphat Marinho, por permuta com o Senador Bernardo Cabral.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço ao Senador Bernardo Cabral a bondade de permitir que falasse antes dele. Mas antecipo que, de qualquer modo, terei o prazer de ouvi-lo.

Sr. Presidente, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais, do Distrito Federal, requereu mandado de segurança contra a Medida Provisória nº 1.415, de 29 de abril, próximo passado, que determinou que os funcionários federais aposentados concorressem para a Previdência. A legislação anterior liberava os funcionários aposentados desse ônus.

O juiz, a quem foi distribuída a matéria, concedeu a medida liminar e, assim, determinou que o Governo suspendesse o desconto, que vinha sendo efetuado nos proventos dos servidores aposentados, como contribuição à Previdência.

A nota oficial, expedida pelo Ministério da Administração – parece-me que especialmente se pode dizer pelo Secretário de Recursos Humanos, para cumprimento da decisão – traz este esclarecimento:

"Em audiência do Secretário de Recursos Humanos e da Consultoria Jurídica desse Ministério, com o Exm^o Sr. Juiz Federal da 5ª Vara, da Seção Judiciária do Distrito Federal, ficou determinado que os órgãos e entidades integrantes do Sipec se absteriam de proceder ao desconto, a título de PSS, de todos os servidores aposentados, filiados ou não ao Impetrante, que percebem seus proventos no Distrito Federal."

A nota ainda esclarece:

"Diante da nova determinação emanada daquele Juízo, orientamos a esse órgão-entidade a proceder à restituição dos valores recolhidos, por força da Medida Provisó-

ria nº 1.415, a todos os servidores aposentados que percebem seus proventos no Distrito Federal, filiados ou não ao Sindsep-DF".

É claro que quero elogiar – embora o caso não seja nem de elogio, mas de reconhecimento do cumprimento do dever – a atitude do Ministério na decisão de cumprir, de pronto, a decisão da Justiça. Quero especificamente louvar sua atitude de estender a medida protetora do não-desconto a todos os funcionários federais do Distrito Federal, filiados ou não àquele sindicato.

Foi justa a extensão; porém, não foi completa. Os funcionários federais são iguais entre si em todo o Território nacional. Não há funcionários federais do Distrito Federal, do Estado do Amazonas, do Estado da Bahia ou de qualquer outra unidade da Federação; são todos servidores federais. Logo, se o Governo, pelo Ministério da Administração, estendeu a garantia do não-desconto e da devolução do que havia sido descontado aos servidores federais do Distrito Federal, pertencentes ou não ao sindicato, reconheceu a legitimidade da decisão, a segurança de sua determinação. Mas assim procedendo corretamente, precisa ampliar sua deliberação para ordenar por igual que não se faça mais desconto, para efeito de Previdência, de todos os servidores federais no País e que se lhes assegure a devolução do que foi descontado.

Os servidores federais, num assunto dessa natureza e que se estende a todos, não podem ter tratamento diferenciado.

O Sr. Bernardo Cabral – Até porque integram a Federação.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – O nobre Senador Bernardo Cabral adverte: sobretudo porque estamos no regime federativo.

Se o Governo manteve entendimento com o Juiz e, em consequência, determinou o cumprimento da decisão judicial, e estendeu essa decisão a todos os servidores federais do Distrito Federal, e mais: ainda complementou a sua orientação, autorizando que se devolvesse o que foi descontado deles, medida igual há de determinar com relação a todos os funcionários federais do País que sofreram o mesmo desconto. Não há como se justificar dois tratamentos. Ou o Governo não estenderia o resultado da decisão a nenhum funcionário que não fosse integrante do sindicato – e era um direito seu fazê-lo -, ou, estendendo a garantia da suspensão do desconto a todos os funcionários do Distrito Federal, há de fazê-lo necessariamente, por equidade irresistível e inegável, à comunidade de servidores federais no País.

É essa observação que venho fazer não em tom de crítica, antes na colaboração de quem solicita do Governo que resguarde a integridade de sua decisão, para ampliá-la a todos esses servidores.

O Sr. Bernardo Cabral – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Pois não.

O Sr. Bernardo Cabral – Senador Josaphat Marinho, estou lendo uma peça do nosso eminente colega e professor constitucionalista, Paulo Bonavides, feita por ocasião da entrega da Medalha Rui Barbosa recentemente ocorrida em Fortaleza. Assim como ele, V. Exª é um jurista de primeira linha, e já me considero um aprendiz de V. Exªs. No seu discurso de agradecimento pela Medalha, Paulo Bonavides escreveu uma página belíssima sobre o federalismo. V. Exª também o fez, de forma brilhante, em uma recente peça que foi dada à publicação. V. Exª oferece grande contribuição ao Governo Federal quando alerta para que não se incorra no equívoco, que é danoso, de dividir o País entre funcionários federais que estão sindicados em Brasília e aqueles outros que não são considerados como tal porque estão fora de Brasília, Capital da República. Se ousar apartear-lo, faço-o apenas para me solidarizar a V. Exª em relação ao argumento que manifesta. E, em me solidarizando, digo que está na hora de as pessoas que integram algumas repartições ouvirem aqueles que têm contribuição para dar, como V. Exª, que acaba de fazê-lo. Não estender a decisão a todos os funcionários federais é inequivocamente e indubitavelmente descumprir a orientação, o caminho, a solução indicada pelo Juiz Federal. Meus cumprimentos, Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Agradeço-lhe o aparte, nobre Senador Bernardo Cabral, sobretudo o reforço que traz à exposição que venho formulando. Permita, entretanto, observar-lhe que não recebo aparte de um aprendiz, mas de um douto jurista...

O Sr. Bernardo Cabral – Muito obrigado.

O SR. JOSAPHAT MARINHO ... que, além de tudo, foi o Relator-Geral da Constituição de 1988, que assinalará em outubro a data de sua promulgação. Mas é exatamente com fundamento na Constituição, em nome do princípio da igualdade: todos são iguais perante a Lei – na medida em que se igualam –, que faço o apelo ao Governo para que estenda a providência. Não se trata a essa altura de um favor. Se o Governo – repito – estendeu aos não-filiados aos sindicatos a garantia da decisão, ou seja, a garantia de não sofrer mais desconto de um servidor e a de lhe ser devolvida a importância des-

contada no Distrito Federal, cumpre adotar a mesma decisão com relação a todos os servidores federais do País que sofreram idêntica limitação. Tanto mais conveniente ou imperioso é que assim faça quando se sabe que em diversas Unidades da Federação, medidas judiciais e idêntica foi requerida e, ao que estou informado, deferida com liminar.

Se o Governo, portanto, estender desde logo a decisão, ainda protegerá a União, impedindo maiores ônus que podem advir inclusive do pagamento de honorários de advogados.

Não sei, Sr. Presidente, se seria demais, já que não há Líderes na Casa, pedir a V. Exª...

O Sr. Bernardo Cabral – Desculpe-me interrompê-lo, mas quero dizer que não existem Líderes de Partido. Líderes há, porque V. Exª exerce uma liderança nesta Casa, assim como o Senador Henriques de Loyola e o Senador Joel de Hollanda.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Já que não há – retifico – Líderes de Partido na Casa, não sei se seria demais pedir a V. Exª que, numa comunicação direta com o Ministro da Administração, lhe fizesse ver a inteira justiça da determinação de estender a todos os funcionários federais do País as mesmas garantias que acaba de dar, pelo Secretário de Recursos Humanos do seu Ministério, aos funcionários federais do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – V. Exª será atendido. A Presidência entrará em contato com o Ministro da Administração, Dr. Bresser Pereira, e irá expor a solicitação de V. Exª.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Agradeço a bondade de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de saudar a eminente Senadora Emília Fernandes e os nossos colegas, peço que registre que não existem Líderes de Partido no plenário. No entanto, V. Exª é Líder do PTB e está presidindo a Casa, razão pela qual não se pode manifestar.

Sr. Presidente, o tempo é a forma mais terrível de se chegar ao esquecimento. Há muitos anos saímos de uma excepcionalidade institucional para um reordenamento constitucional. E, nesse instante, a única instituição que foi convidada para participar dessa solenidade foi a Ordem dos Advogados do Brasil.

Estou fazendo uma viagem até 1945, ao término da Segunda Guerra Mundial, quando os ares da

democratização no mundo inteiro clamavam pelo término de ditaduras. Com a queda de Getúlio Vargas se fez a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Foi chamado o então Presidente do Supremo, Ministro José Linhares, para ocupar a Presidência da República, e aí, nesse instante, a Ordem dos Advogados do Brasil foi convidada.

Disso resultou a Constituição de 18 de setembro de 1946. Meio século decorrido e ninguém se lembra mais, a não ser os que aqui estamos. Ainda há pouco registrado pelo Senador Josaphat Marinho, que tendo sido eu o Relator da Constituinte que resultou na Constituição de 1988, promulgada no dia 5 de outubro, espero, Sr. Presidente, que daqui a muitos anos essa nossa de 1988 não esteja tão mutilada que dela se tenham esquecido.

Sr. Presidente, venho com o propósito, já que falei na Ordem dos Advogados do Brasil, de trazer para os Anais da Casa – peço, aliás, a V. Ex^a que determine a transcrição na íntegra, porque irei ler apenas alguns tópicos – a homenagem ao Professor Catedrático de Direito Constitucional, Paulo Bonavides, cearense, mas que ultrapassou as fronteiras do Brasil, pois é Professor na Alemanha e recebeu a maior láurea que a Ordem dos Advogados do Brasil dá a um seu integrante, que é a Medalha Rui Barbosa.

Para que V. Ex^a faça chegar ao conhecimento de S. S^{as}, já deixo de logo registrado, para a Secretaria Geral da Mesa não ter maior dificuldade, que o Professor Paulo Bonavides reside na Avenida Curú, nº 2.810, Casa nº 281, Lagoa Redonda, Fortaleza, Ceará. CEP: 60831-370.

Sr. Presidente, quando, no dia 2 de setembro, que está a terminar, o eminente Professor Paulo Bonavides recebia, em uma solenidade em que acorreram três mil advogados inscritos, e eu lá me encontrava, a láurea da Medalha Rui Barbosa, proferiu este discurso, que ainda há pouco acabei de pedir a V. Ex^a que determinasse a transcrição nos Anais. O discurso tem sete laudas. Entre alguns tópicos, quero mostrar aos eminentes Senadores e à Senadora que nos honra com a sua presença o que diz o Professor Paulo Bonavides:

"Ao receber esta honrosíssima láurea da Ordem dos Advogados do Brasil, ao transcurso da XVI Conferência Nacional dos Advogados, vejo, com júbilo, que Rui Barbosa, na memória cultural da nacionalidade, é o vulto mais presente.

Tenho-lhe a devoção de velho e fiel discípulo, pois faço o apostolado de sua doutrina do direito e da liberdade, desde 5

de novembro de 1949, quando, nas festas de seu centenário, paraninfo em cidade do interior nordestino uma turma de ginasianos que homenageavam o insigne baiano.

A seguir, reencontro o mestre, de cujas leituras jamais me apartei, ao ensejo de minha investidura na Academia Cearense da Língua Portuguesa. Ali, sócio fundador, entrei a ocupar a Cadeira nº 29, cujo patrono vinha a ser Rui Barbosa. Agora subo à tribuna desta assembléia de advogados e me ponho novamente diante do brasileiro cujo nome o País todo venera."

E continua, Sr. Presidente... e lá pelas tantas do seu discurso – e era o que eu dizia ainda há pouco no meu aparte ao Senador Josaphat Marinho – registra Bonavides:

"O federalismo desfigurado, o nobre baiano já o invectivara com a tristeza dos publicistas amargurados, e dele nos deixou em sua obra fragmentos cáusticos de crítica fulminante e admoestação severa.

Sustentando o mesmo estandarte, lendo na mesma gramática de seu federalismo, me fiz soldado dessa causa que na antevéspera e no berço da República pertenceu a Nabuco e aos grandes marechais do civismo brasileiro.

Não resulta difícil averiguar, ao ocaso deste milênio, donde se divisa a enorme distância que a Nação ainda há de percorrer para lograr a regeneração de seus costumes políticos, quanto o princípio federativo cobra atualidade na definição contemporânea dos rumos Institucionais do Brasil.

Ninguém pode silenciar a reforma da federação, senão contribuindo para sufocar o regime ou despedaçar a unidade nacional".

E mais adiante diz Bonavides:

"Rui foi homem de dois séculos.

Ao século XIX pertenceu pelo papel que desempenhou na crise das instituições imperiais.

Ao século XX, que é o nosso século, pelas lições de um federalismo, um presidencialismo e um republicanismo escarmentados.

Durante o século passado a sua voz desde os comícios decretou o fim da escravidão e a sua pena nos jornais derrubou um Império".

Sr. Presidente, na última folha, Paulo Bonavides faz esta declaração:

"Tamanhos são, de último, os sofrimentos, as amarguras e as inquietudes do momento social, com a classe média pauperizada e o salário do trabalhador congelado, que eu, entrando na posse desta Medalha, a mais alta comenda honorífica da Ordem dos Advogados do Brasil, me sentiria infiel a Rui Barbosa se ao fecho desta oração de agradecimento calasse, porventura, o apelo dirigido aos governantes da República, na heróica cidade de Frei Caneca".

E aqui está o apelo, Sr. Presidente:

"Senhor Presidente da República!

Siga o exemplo dos Constituintes de 1823, dando emprego ao povo e aos trabalhadores.

Não feche as fábricas de São Paulo.

Não aprofunde os desequilíbrios sociais.

Não desnacionalize a economia brasileira.

Não sufoque as indústrias do Nordeste nem as empresas da Amazônia e do Brasil Central.

Não negue ao estudante o acesso à escola pública.

Não casse a autonomia das universidades.

Não permita que as suas reformas destroem a Constituição de 1988.

Não fique 173 anos – quase dois séculos! – aquém dos Constituintes de 1823, que tinham mais consciência social e mais sensibilidade democrática que os desnacionalizadores da globalização e do neoliberalismo.

O Brasil é maior do que todas as reeleições presidenciais!"

O Sr. Josaphat Marinho – V. Exª me permite um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Com muita honra, V. Exª enriquece o meu discurso.

O Sr. Josaphat Marinho – Senador Bernardo Cabral, sou extremamente grato pela referência a meu nome feita no seu pronunciamento. Mas me sinto muito contente e tranquilo, quando vejo, no seu discurso, e com o reforço da palavra do Professor Bonavides, a defesa da Federação. Eu a tenho defendido quanto posso, já tenho até certa cerimônia de repetir o conceito que, de quando em quando, reproduzo: não há União forte com Estados enfraque-

cidos. E o que está ocorrendo no Brasil é exatamente a quebra do espírito federativo. Os Estados, quase todos, estão fracos e a União não se preocupa com essa degradação. Parabéns a V. Exª pela iniciativa desse pronunciamento.

O SR. BERNARDO CABRAL – Eu é que agradeço a V. Exª, eminente Senador Josaphat Marinho, não só pela oportunidade do aparte, mas também porque ele engrandece o pronunciamento que faço, na medida em que as linhas do raciocínio de V. Exª se ajustam, sem nenhuma dúvida, àquelas que estou trazendo para esta Casa.

Ao ecoar as palavras de Paulo Bonavides, quero, sobretudo, Senador Josaphat Marinho, dizer a V. Exª que o País começa a se empobrecer quando ocorre a omissão, ou a fuga, ou o cerceamento, no desejo de que aqueles que são fiéis seguidores sejam os que se acocoram, e não os que manifestam a sua opinião construtiva. Vejo que o nosso País começa a abdicar de uma das maiores conquistas que teve até hoje, o seu princípio federativo.

O mais grave é que os Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste começam a se preocupar, de um lado, com a chamada guerra fiscal, que ainda há pouco foi soçobrada porque os Governadores entenderam que, unidos, terminariam com isso.

Ficou no ar uma lição danosa para este Senado, o qual, ao invés de emendar o projeto, como deveria fazê-lo, devolvendo-o à Câmara, para que o princípio das duas Casas estivesse sendo exercido com ativez, preferiu, em acordo de lideranças, utilizar-se de uma delegação – a qual, ainda que não condenada pela Constituição, não deveria ter sido dada –, para que o Presidente da República vetasse aquilo que deveria ter sido modificado por esta Casa.

É de passo em passo, é com medidas como essas que acabamos tendo dificuldade no exercício de um mandato que não nos foi conferido para concessões. Tenho dito sempre que o Poder Legislativo é, inequivocamente, o mais sagrado, senão o mais autêntico dos Poderes, porque aqui ecoam todas as angústias e o clamor popular vem desaguar. Ao abdicarmos disso, estaremos notando algo que começa a alcançar este País. Nas ditaduras, em primeiro lugar, promove-se o enfraquecimento do Legislativo e a desmoralização do Judiciário.

De qualquer forma, hoje, estamos aqui em plena democracia.

Ouvi, pela manhã, em um programa de televisão, uma verdadeira e cáustica afirmação contra a Justiça Trabalhista, que não deixa de ser um órgão

integrante do Poder Judiciário, tal qual definido no texto constitucional.

Sr. Presidente, quando faço ecoar, nesta tribuna, as palavras de um Professor de Direito Constitucional – refiro-me, mais uma vez, a Paulo Bonavides –, é para que a Nação tenha idéia de que o Poder Legislativo não pode ficar equidistante, muito menos indiferente, ao que se passa lá fora, sob pena de, amanhã, perdermos a representatividade e a autenticidade.

Requeiro novamente a V. Ex^a que dê conhecimento das minhas palavras ao Professor Paulo Bonavides, que nesta hora deve estar sentindo a alegria de, no dia em que solicitei essa medida, estarem sendo presididos os trabalhos do Senado Federal por um conterrâneo seu, também cearense, como V. Ex^a.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. BERNARDO CABRAL EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO:**

EXM^o SR. PRESIDENTE DO EGRÉGIO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.

Senhores participantes da XV Conferência Nacional de Advogados.

Minhas Senhoras, meus Senhores:

"A verdadeira impetrante deste habeas corpus é a Nação", disse Rui Barbosa, o Patrono dos advogados brasileiros num ato de coragem e protesto em face dos sobressaltos que acabruham o País diante dos atos de força consumados pela ditadura militar de Floriano contra as vítimas de Cucuí e Laje. Sua palavra significava não haverem ressequido as fibras cívicas de nosso povo.

Era o fim de um século que testemunhara primeiro a jornada republicana de 1817 em Pernambuco; a seguir, a dissolução da heróica Constituinte de 1823, acompanhada no ato subsequente do levante constitucionalista das Províncias confederadas do Nordeste; depois, o 7 de abril de 1831 com o Imperador impopular descendo os degraus do trono para abdicar; logo mais, a Constituinte de Alegrete coroando a rebelião anti-imperial dos Farrapos riograndenses; em seguida, o movimento da Maioridade e, de último, a cruzada dos tribunos da Abolição, entre os quais figuravam Nabuco e o próprio Rui.

No impetrar daquele habeas corpus um povo recém-saído das senzalas sociais da escravidão postulava, em termos memoráveis, a certidão de sua liberdade política. Órgão dessa causa, Rui Barbosa se houve qual um símbolo dos naufragos que não se desprendem das tábuas da Lei, por intuírem na Justiça a esperança derradeira do respeito à inviolabilidade de seus direitos; e quando esta lhes falta, contempla na imagem tutelar do advogado dos escravos e dos perseguidos o exemplo histórico da perseverança e da retidão com que defendia a liberdade, que é o mais alto valor constitucional de nossa existência.

Ao receber esta honrosíssima láurea da Ordem dos Advogados do Brasil, ao transcurso da XVI Conferência Nacional dos

Advogados, vejo, com júbilo, que Rui Barbosa, na memória cultural da nacionalidade, é o vulto mais presente.

Tenho-lhe a devoção de velho e fiel discípulo, pois faço o apostolado de sua doutrina do direito e da liberdade, desde 5 de novembro de 1949, quando, nas festas de seu centenário, parainfel em cidade do interior nordestino uma turma de ginásianos que homenageavam o insigne balano.

A seguir, reencontro o Mestre, de cujas leituras jamais me apartei, ao ensejo de minha investidura da Academia Cearense da Língua Portuguesa. Ali, sócio fundador, entrei a ocupar a Cadeira nº 29, cujo patrono vinha a ser Rui Barbosa. Agora subo à tribuna desta assembléia de advogados e me ponho novamente diante do brasileiro cujo nome o País todo venera.

Com efeito, a recepção da Medalha Rui Barbosa, que Ernando Uchoa e o egregio Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil me outorgaram, é Rui, mais uma vez, inspirando os meus passos, espargindo luz na minha caminhada.

Mas o Rui que hoje cumpre enatecer, acima de tudo, é o da dimensão forense, a saber, o advogado da liberdade, o fundador da Federação, o causídico, por excelência, do federalismo, tanto nas regiões abstratas da doutrina como nas esferas palpáveis e pragmáticas da concretude política e institucional.

Este Rui Barbosa eu gostaria assim de colocá-lo diante de um espelho: o espelho do civismo e da cidadania, a fim de que sua effigie de batalhador de princípios avulte no tamanho a que ele faz jus nos fastos desta nação cujos alicerces continuamente se reforçam com o cimento de suas idéias.

Do Patrono dos advogados brasileiros, ao qual, repito-me sinto outra vez ligado por este galardão, que é a Medalha Rui Barbosa, me veio também a sugestão dos valores pelos quais desde muito tenho porfiado com fé, tenacidade e ânimo inquebrantável: os valores que envolvem as bases pertinentes ao estabelecimento de um novo sistema de autonomia dos entes constitutivos da organização nacional.

Semelhantes bases, em essência, outra coisa, não têm sido senão aquelas mesmas da bandeira descentralizadora, do germe federativo semeado por Rui na polémica do Império, às vésperas de um Terceiro Reinado que não se inaugurou; germe que acabou brotando mutilado nas instituições republicanas e que ficou exposto, em distintas fases, ora à desagregação das autonomias estaduais dissolvidas pelo poder dos oligarcas, ora às incertezas de fórmulas atrozmente unitaristas e centralizadoras, condensados nas prerrogativas de um Poder presidencial de todo inclinado a ignorar os limites constitucionais postos ao exercício de sua autoridade.

O federalismo desfigurado, o nobre balano já o invectivara com a tristeza dos publicistas amargurados, e dele nós deixou em sua obra fragmentos cáusticos de orfica fulminante e admoestação severa.

Sustentando o mesmo estandarte, lendo na mesma gramática de seu federalismo, me fiz soldado dessa causa que na antevéspea e no berço da república pertenceu a Nabuco e aos grandes marechais do civismo brasileiro.

Não resulta difícil averiguar ao acaso deste milênio, donde se divisa a enorme distância que a nação ainda há-de-percorrer para lograr a regeneração de seus costumes políticos, quanto o princípio federativo cobra atualidade na definição contemporânea dos rumos institucionais do Brasil.

Ninguém pode silenciar a reforma da federação, senão contribuindo para sufocar o regime ou despedaçar a unidade nacional.

Questões regionais, como a recente Medida Provisória sobre a indústria automotiva demonstrou sobejamente, tendem a tomar-se graves questões nacionais, podendo gerar tensões, provocar desequilíbrios, fomentar ressentimentos, que passam pelos subterrâneos do poder.

Antes que instalem uma crise de proporções incontroláveis, faz-se mister conduzi-las, no interesse do bom funcionamento das estruturas políticas do sistema, a uma alçada onde possam ser dirimidas e, obter, em âmbito constitucional, a solução legítima. Quem não vislumbrou naquele episódio que esteve a ponto de por em pé de guerra as cinco Regiões do País a crise da legitimidade do atual modelo de Federação e de sua representação partidária nas duas Casas do Congresso?

Deputados e senadores, com raras exceções, já não aca- tam determinações de partidos ou lideranças, se contrariarem interesses regionais de maior tomo e envergadura.

A desobediência dissolve, assim, com a formação de blocos regionais no seio da representação nacional, a autoridade dos partidos, minando pois a força política dos governantes que, por inércia e omissão, não fazem a reforma federativa.

A geografia regionalizou este País de dimensões continentais e, enquanto geografia política, nos preconiza a trilha de um federalismo regional, pelo qual nos batemos com sensibilidade patriótica, com denodo e convicção profunda, há mais de trinta anos.

Nem é preciso reformar a Constituição para introduzi-lo; esse federalismo não afeta as autonomias federativas estabelecidas, e, se tivéssemos que emendar a Carta Magna, não tropeçaríamos sobre os obstáculos do parágrafo 4º do art. 60 da Lei Maior.

Em verdade, o federalismo das Regiões já está em oito artigos da Constituição, sendo suficiente concretizar o texto do Estatuto Fundamental para fazê-lo de imediato realidade em nossas instituições. Basta, apenas empregar juridicamente o verbo concretizar no sentido constitucional que lhe empresta a Teoria Estruturante do Direito, da qual eu vejo aqui entre nós, nesta cerimônia, o seu autor, o Professor Friedrich Mueller, o criador da teoria hermenêutica da norma jurídica, aquele em cuja obra, agradecidos, hão de completar e aperfeiçoar sua formação os juristas das gerações presentes e vindouras. Em rigor, Mueller reconstruiu as bases teóricas da normatividade jurídica, fazendo a Ciência do Direito dar um largo passo à frente, mediante o qual se reconciliou a norma com a realidade, o ser com o dever ser, e se fez metodologicamente possível e científica uma teoria material da Constituição inserida no universo palpável e concreto da liberdade.

Obviamente, a liberdade fora dos textos e das pompas formais com que ela sempre ocupa espaço nas declarações solenes, nas convenções, nos pactos, nos congressos, nas tribunas, nas promessas, nos tratados, que não se ratificam, nas plataformas presidenciais e nas campanhas eleitorais de governos do Primeiro Mundo, sempre em nível programático, enquanto na orla da miséria e do subdesenvolvimento jazem, esquecidos, os povos atados à maldição do colonialismo.

Ora, o tema liberdade, liberdade-norma, liberdade amparada em garantias jurisdicionais efetivas, liberdade na concretização constitucional, vista pelo prisma da realidade, é tema que já se não confunde com o da liberdade-texto, liberdade formal, liberdade das especulações abstratas e metafísicas dos filósofos de gabinete e dos estadistas de ocasião. A primeira foi a liberdade que Rui Barbosa advogou nos tribunais e trasladou da Constituição para as razões forenses, iluminando os seus Pareceres monumentais.

Rui foi homem de dois séculos.

Ao século XIX pertenceu pelo papel que desempenhou na crise das instituições imperiais.

Ao século XX, que é o nosso século, pelas lições de um federalismo, um presidencialismo e um republicanismo escarmentados.

Durante o século passado, a sua voz desde os comícios decretou o fim da escravidão e a sua pena nos jornais demudou um império.

O advento da República e da Federação, sem a colaboração desse nome, teria sido um traumatismo muito maior em nossa história e em nossa sociedade, regado talvez no sangue, na dor, e no luto e nas comoções da guerra civil. O gênio político do balanço suavizou a transição e verdadeiramente abriu; capinou e as largou a suposta estrada, que não passava sequer de uma picada e não conduzia com certeza a lugar nenhum.

Ao perpassar das primeiras décadas deste século, a pedagogia do civismo, de que Rui se nos afigura o mais proveito Mestre nas tradições de nosso povo, toma vulto em sua biografia política, cresce e documenta a profundidade de suas convicções, compondo o traço de caráter que assinala uma superioridade moral, capaz por si só, de marcar no calendário um minuto de soberania e, nesse apertado espaço de tempo, galvanizar um povo, ressuscitar uma nação, republicar um império, erguer um apólis, fazer uma revolução participativa e promover a cidadania.

O magistério daquele civismo, em verdade buscava transformar servos e súditos em homens livres e cidadãos, tomando-os conscientes de que só a cédula nas umas liberta o povo, legítima o poder e faz a democracia.

Representou a Campanha Civilista um punhal, cravado nas entranhas do militarismo, essa praga das ditaduras que a vocação imperial do colonialismo alimenta nas terras do Terceiro Mundo, com o fim de perpetuar hegemonias injustas e dar alento a sujeições intoleráveis.

Ficou-nos também de Rui Barbosa a lição dos direitos fundamentais, lição ministrada no campo de batalha, impetrando *habeas corpus* ou valendo-se de todos os instrumentos e meios ao seu alcance para defender com zelo e fervor, perante os tribunais, a imprensa e as casas legislativas, a causa das vítimas que a injustiça perseguiu e a tirania encarcerava.

De Camilo Castelo Branco se disse que foi o maior polemista de todas as literaturas.

De Rui Barbosa, poder-se-á dizer, com mais razão, que foi o maior advogado de todos os tempos e de todas as nações.

Com efeito, não há exagero em tal asserção, se a conferirmos com as circunstâncias da época e do ordenamento em que ele atuou. Basta, considerando a ambiência histórica, compará-lo à imagem com a de Cícero, o tribuno romano das catilinárias mortais.

Fazendo-se o cotejo, por sobejas razões não resta dúvida acerca da primazia do autor da Constituição de 1891. Professava Cícero o Direito e abraçava a causa da república numa sociedade de vanguarda, com elevados padrões de cultura e civilização, numa idade em que o mundo todo se prostrava aos seus pés, ao passo que Rui, batalhando por implantar aqui os direitos da primeira geração, ensalava redimir e educar no Direito um povo recém-egresso das instituições servis e que conservava ainda na fronte o ferrete dos estigmas e das taras do colonialismo.

A luz descortinadora de seu gênio alcançou também a altitude teórica e abstrata dos direitos da segunda geração, os direitos sociais, cujo a introdução no País ele pressentiu e antecipou

em formulações admiráveis constantes dos últimos trabalhos que produziu.

Nas derradeiras peças de sua eloquência política se criticam, pois, todos os princípios e se condensam todos os valores, sem os quais não há justiça na sociedade nem paz nas relações humanas.

A Ordem dos Advogados do Brasil tem sido fiel ao seu Patrono.

Esta Casa é o fórum da dignidade nacional e esta Medalha não poderia ter outro nome senão o daquele cuja vida simboliza a expressão de consciência de uma classe, que elaborou ao redor do tema – Direito, Advocacia e Mudança – o temário do XVI Congresso Nacional de Advogados; Congresso de unidade e congraçamento, Congresso onde o culto de Rui Barbosa, durante a solenidade de outorga deste Prêmio, aquece aos nossos Ideais e, ao mesmo passo, robustece a fé dos juristas brasileiros na espiritualidade dos valores e na perpetuidade de conceitos como os de Democracia, Justiça e Liberdade.

Há poucos dias no Recife em Congresso Internacional de Direito Constitucional, onde tive a honra de participar de um Painel sobre direitos fundamentais, discorri acerca do constitucionalismo luso-brasileiro do século XIX. E me surpreendi ao verificar o grau de atualidade do artigo 173 da Constituição de 1824. Esse artigo, em seus enunciados sociais, formava já o embrião de um futuro estado social, desbravando caminhos que o retrocesso contemporâneo do estado recessivo está paradoxalmente obstruindo.

Efetivamente, a Constituição outorgada do Império, de 1824, na sequência dos Incisos XXXI, XXXII e XXXIII, trasladados também para a Carta de Portugal de 1826, garantia os socorros públicos, tornava gratuita a instrução primária a todos os cidadãos, e previa colégios e universidades para o ensino das ciências, belas-letas e artes.

Todavia, o maior avanço daquela época constitucional residia no art. 255 do Projeto de Antonio Carlos, que há 173 anos precisamente, inseria já um dispositivo de combate ao desemprego e proteção aos desempregados.

Estava vazado nestes termos: art. 255. Erigir-se-ão casas de trabalho para os que não acham emprego (...).

Tamanhos são, de último, os sofrimentos, as amarguras e as inquietudes do momento social, com a classe média pauperizada e o salário do trabalhador congelado, que eu, entrando na posse desta Medalha, a mais alta comenda honorífica da Ordem dos Advogados do Brasil, me sentiria infiel a Rui Barbosa se ao fecho desta oração de agradecimento calasse, porventura, o apelo dirigido aos governantes da República, na heróica cidade de Frei Caneca. Apelo que flui da primeira lição de nosso constitucionalismo social, aquele estampado no art. 258 do Projeto de Constituição de Antonio Carlos.

"Senhor Presidente da República!

Siga o exemplo dos constituintes de 1823, dando emprego ao Povo e aos trabalhadores.

Não feche as fábricas de São Paulo.

Não aprofunde os desequilíbrios sociais.

Não desnacionalize a economia brasileira.

Não sufoque as indústrias do Nordeste nem as empresas da Amazônia e do Brasil Central.

Não negue ao estudante o acesso à escola pública.

Não casse a autonomia das universidades.

Não permita que as suas reformas destroem a Constituição de 1988.

Não fique 173 anos – quase dois séculos – aquém dos constituintes de 1823, que tinham mais consciência social e mais sensibilidade democrática que os desnacionalizadores da globalização e do neoliberalismo.

O Brasil é maior do que todas as reeleições presidenciais!

Sigam, meus amigos, jovens advogados, estudantes, membros da classe política, o caminho que Rui percorreu na vida, quando disse: "Toda a minha carreira pública é uma contínua advocacia pelos escravos, pelos oprimidos, pelos humildes, pelas vítimas da injustiça, pelos rejeitados da sorte, pelos proscritos do poder, pelos reivindicadores da instrução, pelos amigos da ciência, pelos apóstolos e mártires do trabalho".

Enfim, Rui Barbosa foi o Direito, a Justiça, a Liberdade, e foi por igual a Nação, a Independência e a Cidadania. Sem os princípios morais e sem a fé desse luminar da nacionalidade jamais seremos um povo livre. Esta Medalha tinha que ser institucional!

Paulo Bonavides

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Muito obrigado, nobre Senador Bernardo Cabral. A solicitação de V. Ex.^a será atendida, na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Loyola, que dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. HENRIQUE LOYOLA (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, peço a palavra para fazer um pedido de registro nos Anais de um acontecimento extremamente importante, ocorrido em nosso Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, patrocinado pelo Governo Federal, pelo Governo do Estado e, principalmente, acolhido pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, reunindo 34 países – dos quais, 27 presentes –, visando reunir o mercado de todas as Américas num movimento econômico que abrangeria um valor da ordem de US\$7,9 trilhões, desde o Alasca até a Terra do Fogo, com um mercado abrangendo 814 milhões de consumidores.

Trata-se, portanto, de um fato relevante para o Brasil, tendo em vista que a Alca – Área de Livre Comércio das Américas – teve a sua reunião realizada no ano de 94, na cidade de Miami, propondo a constituição desse mercado, que acabará superando, se concretizado, a própria União Européia.

Será formado um grupo com um Produto Interno Bruto, como já disse, superior ao da União Européia, o qual fica em torno de US\$7,3 trilhões. No entanto, as exportações e as importações do bloco, no momento, são inferiores às da União Européia. O bloco americano exportou US\$1,1 trilhão e importou US\$1,2 trilhão em 1994, segundo dados divulgados pela Federação das Indústrias. Já o bloco europeu

exportou US\$1,7 trilhão e importou US\$1,6 trilhão, no mesmo período.

Entre os blocos americanos que vão compor a Alca* – destaca o noticiário de ontem do **Estado** –, o Mercosul é o segundo mais forte. Com uma corrente comercial de US\$140 bilhões, perde apenas para o Nafta (North American Free Trade Agreement), composto pelo Canadá, Estados Unidos e México, que atinge US\$2,1 trilhões. A Comunidade Econômica do Caribe (Caricom) teve uma corrente comercial de US\$10,8 bilhões no ano passado, o Mercado Comum Centro Americano US\$14,6 bilhões, e o Pacto Andino uma corrente comercial de US\$59,8 bilhões.

De forma que esse evento traz um novo aspecto econômico a ser examinado pelas autoridades econômicas do nosso País. É mais um passo na globalização, é mais um passo na defesa de interesses do bloco das Américas, é mais um passo a criar situações eventualmente antagônicas e, até mesmo – por que não dizer –, em algumas circunstâncias, preocupantes.

Isso se evidencia, inclusive, pelas posições tomadas nesse evento pelos representantes dos diversos países. Entre eles, temos aqui as manifestações dos representantes do Brasil, das autoridades do Mercosul, em que se destaca uma preocupação quanto à data da sua consolidação, entres os anos 2000 e 2005. Esse diferencial de cinco anos é uma das questões que está a preocupar os representantes dos diversos países.

As autoridades do Mercosul consideram que a abertura econômica gradual é fundamental. Da mesma forma pensa o Embaixador Sebastião do Rego Barros, que diz que "há um empenho muito grande das autoridades brasileiras para que o acordo se concretize". No entanto, destaca a sua preocupação quanto ao cumprimento dos prazos previstos, inicialmente, no Encontro de Miami. Os Estados Unidos, por sua vez, "acreditam que acordos em certas áreas como meio ambiente, transporte aéreo e compras governamentais, podem ser implantados com maior rapidez". Já o Presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina, Estado que sediou o evento, Sr. Osvaldo Moreira Douat, considera que uma aceleração poderia levar o Brasil e a América Latina a uma posição menos destacada no processo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o objetivo da minha palavra era apenas para fazer registro desse evento – que me parece um fato novo no Brasil –, que congregou 34 países e cujo assunto deve merecer a preocupação de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recentemente, desta tribuna, registrei minha estranheza em face da informação de que o Ministério da Educação estaria adquirindo, por meio bilhão de reais, 300 mil computadores, que seriam distribuídos às escolas públicas de todo o País para o aprendizado da informática.

Deixei bem claro, na ocasião, que não era contrário a tal aprendizado. É evidente que nossos jovens não podem ficar à margem dos avanços da tecnologia.

Também deixei claro que me parecia incongruente, e até mesmo absurdo, que se pensasse em computadores nas escolas públicas, quando um número considerável delas não têm sequer carteiras escolares onde se assentem os alunos, outras não contam com energia elétrica nem com água corrente. Isso sem falar nos baixíssimos salários pagos ao professorado em vários Estados brasileiros.

Essa, na verdade, a nossa triste realidade. Diante desse fato sabido e comprovado, parece-me de elementar bom-senso que o Poder Público, antes de pensar em computadores nas escolas públicas – o que implicará, inclusive, na formação de professores especializados –, devia atuar energicamente para suprir as escolas públicas das carências que fragilizam inclusive o seu ensino e o aprendizado elementar dos que nelas estudam.

Em resposta ao meu discurso, recebi do Ministério da Educação e do Desporto, através do Chefe de Gabinete do Ministro, um relatório sobre o assunto. Não altero uma vírgula dos meus pronunciamentos anteriores, mas creio ser útil que o documento do Ministério conste de nossos Anais, até mesmo para análises futuras.

O documento, que me foi enviado pela Assessoria Parlamentar do referido Ministério, tem o seguinte teor:

"Inicialmente, considero oportuno agradecer ao Ilustre Senador pelo pronunciamento, no qual reconhece a importância das ações desenvolvidas por este Ministério, no âmbito de novas tecnologias nas escolas públicas.

A atual administração do Ministério da Educação e do Desporto está segura de que os atuais indicadores de desempenho da educação brasileira não se coadunam mais com as exigências da modernidade e da ci-

dadania. Reconhecendo o grande descompasso existente entre a escola, o cidadão e o mundo no qual ele vive, e comprometida com o urgente e grande desafio de elevar o padrão da educação para todas as crianças, o Programa Nacional de Educação a Distância pretende contribuir para a mudança que atinja a radicalidade necessária que possa destruir os preconceitos arraigados em nossa sociedade.

Opiniões largamente difundidas afirmam que a tecnologia educacional aplicada ao processo de ensino/aprendizagem permite atalhos para que os países em desenvolvimento atinjam mais rapidamente o caminho da modernidade e diminuam as diferenças sociais. Redes de computadores, por exemplo, podem permitir que regiões atrasadas tenham acesso a todo vasto mundo e que metodologias de ensino ultramodernas estejam ao alcance de todos. Evidentemente, o Ministério da Educação e do Desporto endossa algumas dessas afirmações e ao invés de deter-se muito mais na aquisição de equipamentos, dirige seu enfoque para as necessárias mudanças, o que conduzirá, conseqüentemente, à redução das diferenças sociais.

O Programa de Informática Educativa do MEC responde não apenas ao desafio de elevar a qualidade de ensino, mas de promover a equidade, que se traduz num compromisso efetivo de superar as barreiras que excluem do direito à educação básica os jovens e adultos, os meninos das ruas, os portadores das necessidades especiais e os trabalhadores migrantes. Numa sociedade desigual, como a brasileira, com grandes bolsões de pobreza e miséria, a escola deve estar comprometida com o sucesso escolar da criança, independente de sua origem e condição sócio-econômica.

A meta física de instalação dos trezentos mil computadores, nas escolas de primeiros e segundo graus, será atingida em prazo superior ao previsto no início, dadas as dificuldades físicas de instalação imediata nas escolas construídas para ministrar aulas com o auxílio apenas de quadro de giz, bem como devido aos problemas operacionais previstos numa única compra e, ainda, os decorrentes de estruturas locais de

apoio técnico e à capacitação dos docentes na escala necessária. Dessa forma, o prazo de viabilização da meta física inicialmente proposta será ditado sem prejuízo da data para o início de sua implantação, ou seja, o próximo ano.

O projeto deverá prever um contrato de adesão com as escolas que apresentarem as necessárias condições técnicas para desenvolver o programa, cujo teor deverá definir claramente o plano de utilização dos equipamentos. Os Governos Estaduais apresentarão os pedidos de adesão que consolidados serão repassados a este Ministério para a devida análise final. Negociações com as Secretarias Estaduais de Educação serão iniciadas brevemente, na tentativa de conformar os recursos didáticos da Informática aos interesses regionais e às limitações específicas de toda natureza: social, econômica, financeira, pedagógica, de capacitação e outras. O Programa de Informática Educativa não se coloca substitutivo das iniciativas dos Estados. Sua atuação é de complementariedade.

A introdução do recurso didático da informática em, pelo menos, parte das escolas é urgente, não podendo ser protelada. A solução a ser dada à situação calamitosa descrita pelo Senador, a respeito da realidade de grande número das escolas de nosso País, não é tarefa única do Governo Federal. É importante desatrelar a exigência da superação do atraso, situação infelizmente reconhecida não somente pelo ilustre Parlamento, ao incremento de novas tecnologias. A modernidade deve ser usada não como um fim em si mesma, mas como um instrumento de conquista da cidadania. O progresso tecnológico em curso, cada vez mais deixa de ser um privilégio de poucos e introduz-se em nosso cotidiano. A educação, portanto, está frente a uma totalidade muito mais ampla e exigente. O novo enfoque da moderna pedagogia deve oferecer instrumentos que permitam ao cidadão a satisfação de suas necessidades básicas de aprendizagem, o domínio da tecnologia que permeia o seu cotidiano, o pensamento crítico, o aprendizado constante, a escolha consciente, a melhoria de sua qualidade de vida, enfim, a participação plena na constru-

ção do processo do seu próprio desenvolvimento e de toda sociedade.

Vale ressaltar a corajosa e ambiciosa decisão do Ministro da Educação e do Desporto, em uma de suas mais importantes ações, ao assumir a atual administração, no sentido de desenvolver um amplo programa de valorização das escolas públicas de ensino fundamental, quando, entre outras importantes ações, promoveu a implementação do Programa de Treinamento de Professores, por meio da TV Escola, a implantação do Guia Nacional do Livro Didático, a elaboração dos Parâmetros Nacionais de Currículos, a Pesquisa Nacional de Avaliação das Escolas e a Emenda Constitucional do Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, já enviada ao Congresso Nacional.

As ações desenvolvidas pelo FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, têm permitido que as verbas concedidas pelo Governo Federal cheguem diretamente às escolas, sem burocracia, evitando, assim, os desvios dos recursos. Todas as escolas serão atendidas, inclusive aquelas localizadas nas regiões carentes e desprovidas de agências bancárias. Com esse novo sistema de liberação de verbas, vinte e sete milhões de brasileiros em idade escolar já estão sendo beneficiados. Nessa mesma linha de democratização e universalização do ensino, a Secretaria de Educação a Distância pretende desenvolver o Programa de Informática Educativa. Não dá mais para fechar os olhos diante da realidade de que estamos entrando numa era onde quem não souber operar um computador ficará marginalizado. As crianças que estudam nas escolas públicas não podem ficar com desvantagem em relação às que estudam nas escolas privadas, que já têm acesso à informática.

Ao Ministério da Educação e do Desporto cabe a tarefa dirigente e propositiva e a de subsidiar financeiramente os sistemas estaduais e municipais para o desenvolvimento do grande projeto nacional da educação. Nesse sentido, o MEC tem perseguido cotidianamente a sua meta de investir na melhoria da qualidade da educação básica, prosseguindo firmemente no caminho da

universalização do atendimento à faixa etária de sete a catorze anos e corrigindo os mecanismos regionais de cobertura. O Governo Federal não pode resolver sozinho todos os problemas. Muito menos, todos ao mesmo tempo. Ao esforço governamental devem somar-se o apoio e a participação dos governos estaduais e municipais e do Congresso Nacional, sempre sensíveis às necessidades da sociedade.

A discussão das estratégias de sustentação e continuidade dos projetos do Programa Nacional de Educação a Distância reveste-se de extrema importância nesse momento. Seguramente, a recuperação da escola pública será obra de vários governos. Em educação, quase sempre, são necessários vários anos para se consolidar uma mudança ou uma inovação. Os programas desenvolvidos pela Secretaria de Educação a Distância, por sua própria concepção metodológica, têm condições de adequar-se às necessidades de formar as crianças e aperfeiçoar os professores de rede pública do País. A expectativa de continuidade está centrada na prioridade adotada pela atual administração — educação de qualidade para todos.

Atenciosamente, **Cícero Silva Júnior**,
Chefe de Gabinete"

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que vemos é o Ministério da Educação confirmar as preocupações que aqui foram expostas desta tribuna, não apenas por mim, mas por diversos outros Srs. Senadores, quanto aos riscos de serem, de uma só vez, adquiridos trezentos mil computadores para todas as escolas públicas do Estado brasileiro, sabendo-se que muitas dessas escolas não possuem, ainda hoje, energia elétrica, água corrente, nem mesmo carteiras onde possam sentar-se os estudantes.

Ora, como seriam instalados tais computadores, se nessas escolas não existe energia elétrica? O que propugnamos desta tribuna é que, antes de adquirir e dotar tais escolas desses terminais de computador, todas elas fossem atendidas com essas necessidades básicas, sem as quais não deveriam sequer estar abertas.

Quanto ao mais, cumprimentamos o Ministro da Educação por seus cuidados, por sua ação, por sua competência e por seu interesse com a modernização da escola em nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Waldeck Ornelas, como último orador inscrito.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, inscrevo-me entre aqueles que defendem a reforma do Estado e devo dizer que não tenho nenhum preconceito contra a extinção de órgãos e entidades. A pergunta que me faço é sempre se se trata de função pública, se é papel do Estado exercer determinadas funções.

Em face das notícias que ontem e hoje vejo nos jornais a respeito da extinção de órgãos e entidades pelo Governo Federal, refiro-me especialmente a questões relacionadas com o desenvolvimento do Vale do São Francisco, tema ao qual dediquei boa parte do primeiro ano de meu mandato, propondo aqui a criação de uma comissão especial para estudar o desenvolvimento do Vale do São Francisco, comissão esta da qual vim a ser relator.

E qual a importância do Vale do São Francisco? Trata-se exatamente do principal caudal hídrico do Nordeste brasileiro e, por isso, com potencial de desenvolvimento, que vem merecendo a atenção desde a Constituição de 1946, mas que não tem tido a prioridade devida nas ações que devem ser empreendidas na sua área.

Vejo citadas entre as empresas que devam ser extintas, liquidadas, vendidas ou transferidas a Estados e municípios, duas agências relacionadas a essa região. Refiro-me à Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf – e à Companhia de Navegação do São Francisco – Franave. O fato de gerarem déficit ou de não cumprirem seus objetivos estratégicos seria o critério para elas ingressarem no lixão das estatais.

O Sr. Edilson Lobão – Permite-me V. Exª um aparte, logo no início do seu discurso?

O SR. WALDECK ORNELAS – Pois não, Senador Edilson Lobão.

O Sr. Edilson Lobão – Só para dizer que as preocupações que assaltam V. Exª são as mesmas que me afetam neste momento. Em verdade, a extinção da Companhia do Vale do São Francisco, que presta relevantes serviços a toda a Região nordestina, será um grave precedente. Vamos extinguir uma empresa, uma companhia que, ao longo de tantos e tantos anos, foi responsável pelo desenvolvimento dessa Região inteira. Temos aí os exemplos em Pernambuco, na Bahia mesmo, em vários Estados, da importância da presença da Companhia do Vale

do São Francisco. Mas, entre as empresas que estão arroladas para a extinção, está também a Valec, que se incumbiu da construção da Ferrovia Norte-Sul, que considero hoje uma das principais obras em andamento neste País. Com a construção da Ferrovia Norte-Sul, vamos como que promover um abraço ferroviário no Brasil, fazer uma interligação completa de todo o sistema ferroviário e permitir que as riquezas do Centro-Oeste e de uma parte do Norte do Brasil e até do Sul possam trafegar por essa ferrovia, chegando ao Porto de São Luís, que é o melhor porto brasileiro hoje e o mais próximo do mercado consumidor internacional. Enxugar o Estado é providência que até já está tardando. Nenhum de nós se levanta contra isso, mas é preciso fazê-lo com critério, com cuidado, e não movido por uma mania, por uma fobia reformista. Cumprimento, portanto, V. Exª por abordar essa questão hoje na tribuna do Senado, seguro de que, se não vamos impedir a extinção de muitas dessas companhias, que, aliás, devem ser extintas mesmo, vamos, pelo menos, com a presença de V. Exª na tribuna, fazer com que o Governo medite um pouco mais sobre algumas que não devem ser extintas neste momento.

O SR. WALDECK ORNELAS – Senador Edilson Lobão, V. Exª, ao fazer esse aparte, logo no início do meu pronunciamento, precipita que eu antecipe a minha conclusão.

Vejo que V. Exª acaba de se referir à Valec, empresa encarregada de executar a ferrovia Norte-Sul, coincidentemente, projeto que constitui uma das 42 metas do Programa Brasil em Ação. Então, a minha preocupação é exatamente essa, e por isso vou falar sobre o Vale do São Francisco, sem apego a órgãos, mas à necessidade de que o Poder Público tenha uma definição clara e prévia de como vai tocar as funções que lhe dizem respeito.

Não tenho dúvidas de que a Codevasf é uma empresa deficitária e de que não se recuperam os investimentos que são feitos nela. No entanto, quero enfatizar que isso não decorre, não resulta, em absoluto, de uma iniciativa da empresa, mas basicamente de um equívoco do modelo que, infelizmente, ainda hoje orienta a política de irrigação no Nordeste. A lei que regula a política de irrigação prevê projetos de interesse social. Ao regulamentá-la, o Executivo definiu como de interesse social todo e qualquer projeto de irrigação localizado no Nordeste brasileiro.

Foi, portanto, o Poder Executivo que estabeleceu um modelo de ocupação, que atribui aos projetos de irrigação função social e não econômica no

Nordeste. Ou seja, foi o Poder Executivo que, equivocadamente, optou por um modelo assistencialista que está traduzido no padrão de ocupação desses projetos onde se estabelece a ocupação por colonos, com lotes no tamanho mínimo, proibindo inclusive – e isso é um absurdo – que o colono possa ter áreas maiores, acima do mínimo, ou seja, que ele possa se transformar num pequeno empresário, proibindo até que ele possa gerar empregos. Ele tem que trabalhar apenas, única e exclusivamente, com a mão-de-obra familiar: a sua mulher e os seus filhos, numa prática que, hoje, inclusive, é condenada pelo próprio Executivo, que, muito corretamente, quer tirar as crianças do trabalho para colocá-las na escola, praticando em relação a isso até um programa de renda para as famílias dessas crianças.

O que estranho é que esse modelo é um modelo definido pelo Executivo. Não é um modelo definido pela empresa e não precisa sequer de lei para ser modificado: basta um decreto que corrija essa grave distorção na política de irrigação do Nordeste.

O Sr. Josaphat Marinho – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. WALDECK ORNELAS – Pois não, nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho - Quero apenas declarar-me inteiramente solidário com a defesa que faz da manutenção da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Lembre-se de que esse esforço em favor do desenvolvimento do Vale começou com a Comissão do Vale do São Francisco e se revelou tão necessário que da criação de uma comissão marchou-se para a criação de uma Companhia de Desenvolvimento. Trata-se, conseqüentemente, de um instrumento de ação administrativa que visa a promover o aperfeiçoamento de todas as atividades ao longo de um grande rio, para o aproveitamento de todas as riquezas que daí possam advir. V. Exª, com a preocupação, que tem sido, aliás, sua, de estudo de problemas econômicos, traz, neste instante, uma justa ponderação ao Governo. Não basta privatizar: é preciso fazer a devida seleção do que se vai privatizar, para não prejudicar o desenvolvimento social e econômico do País.

O SR. WALDECK ORNELAS – Agradeço a contribuição de V. Exª, nobre Senador Josaphat Marinho, que me permite enfatizar dois aspectos: um é que a Comissão do Vale do São Francisco teve uma importância tal, capitaneada pelo saudoso Deputado Manoel Novaes, que era vinculada diretamente à Presidência da República; o outro é que os esforços iniciais no desenvolvimento do Vale do São Francis-

co voltaram-se para a geração de energia elétrica, seja por meio do sistema de Paulo Afonso, seja por meio do sistema de Três Marias, só mais recentemente vindo a enfatizar a atividade de irrigação.

Eu dizia que não é preciso lei, mas ainda assim, como fruto dos trabalhos da Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, no Senado, no ano passado, temos em tramitação, de iniciativa dessa Comissão, projeto de lei que atualiza a política de irrigação e drenagem no País.

É preciso, sem dúvida, mudar o modelo de ocupação, porque os colonos, sozinhos – e isto tem sido demonstrado pela experiência – não podem ir adiante. Eles se perdem e perdem a capacidade de ganhar e de crescer, fundamentalmente, no momento da comercialização da sua lavoura, da sua produção.

A esse respeito é preciso que se diga que o pólo Juazeiro-Petrolina, que é sempre citado como exemplo de êxito, só deu certo na medida em que empresas privadas também fizeram projetos de irrigação, associaram-se com as cooperativas de colonos e montaram estruturas ágeis de comercialização, principalmente através da ValeExport, que opera nos mercados do Primeiro Mundo, exportando uva e manga para a Europa e disputando, já agora, os mercados dos Estados Unidos e do Japão.

Essa modificação no modelo de ocupação dos perímetros públicos de irrigação do Nordeste é fundamental para que se possa dar um outro passo, que é modificar, atualizar o modelo de operação desses perímetros.

Para tanto, e simultaneamente ao funcionamento da referida Comissão do Vale do São Francisco, apresentamos emenda à medida provisória que regulou as concessões públicas, incluindo, entre os casos passíveis de concessão, os sistemas de irrigação.

Até hoje, contudo, não houve nenhum movimento na área do Executivo, do Ministério próprio, para utilizar o mecanismo das concessões públicas, seja para operação, seja para implantação dos sistemas de irrigação no Nordeste.

Ora, Sr. Presidente, na medida em que se ajusta o modelo de ocupação e se ajusta o modelo de operação desses sistemas, teremos plena capacidade de obter a recuperação dos investimentos dos recursos públicos aplicados nesses projetos, que é hoje a fonte do déficit apresentado pela Codevasf.

O Sr. Josaphat Marinho – Permite-me nova intervenção?

O SR. WALDECK ORNELAS – Pois não, Senador.

O Sr. Josaphat Marinho – V. Ex^a desenvolve com tanta precisão o problema, que me faz lembrar que, precisamente, neste momento, quando tem ocorrido a baixa das águas do São Francisco e as dificuldades se multiplicam na sua navegação, é extremamente perigoso subtrair-se de atividade um órgão como a Codevasf. O que virá depois e com que capacidade de ação?

O SR. WALDECK ORNELAS – Esse é o ponto central sobre o qual devemos trabalhar. Há necessidade de ter-se uma definição clara quanto à condução da política de irrigação no Nordeste.

Não basta reconhecer-se que a fruticultura irrigada é uma das opções estratégicas para o desenvolvimento do Nordeste, mas é preciso que se tenha clareza de como vai ser conduzido e como vai ser gerido o Programa de Irrigação no Nordeste. Se é certo que a Codevasf é uma empresa deficitária, na medida em que vive da transferência de recursos públicos, de outro lado, é certo que ela cumpre, sim, o seu objetivo estratégico que é o de promover a irrigação nas terras semi-áridas banhadas pelo São Francisco.

Não basta, portanto, reconhecer-se o êxito da fruticultura irrigada. É preciso que se assegurem os meios por intermédio dos quais a fruticultura irrigada vai poder continuar crescendo e progredindo no Nordeste brasileiro, para permitir geração de emprego, elevação dos níveis de renda e melhoria das condições de vida das populações.

O segundo segmento a que quero me referir é exatamente o da navegação. Não tenho dúvida de que a navegação não deve constituir-se em função do Estado. Uma vez que a Franave não encontra valor de mercado, é, sem dúvida, aconselhável e previsível a sua liquidação. O que me move, o que me preocupa é que uma liquidação pura e simples da Franave venha a matar com ela a navegação do São Francisco. É preciso que a liquidação da Franave seja precedida da alienação dos ativos representados pelas suas embarcações, que constituem hoje todo o universo das embarcações disponíveis para o transporte de carga na baía do São Francisco.

É preciso que se registre que, este ano, já vamos ter, antes de qualquer investimento público na hidrovia, o volume de carga transportado da ordem de 200 mil toneladas/ano, o que é mais do que o máximo que conseguiu alcançar a Franave no seu apogeu: 120 mil toneladas/ano. Isso resulta do fato de que hoje, graças à irrigação, graças à lavoura de

grãos no nordeste da Bahia, o vale do São Francisco tem produção a ser transportada.

É preciso que esses ativos sejam previamente vendidos ou transferidos a outro ente público para permitir que a navegação possa continuar prosperando, independentemente da presença do Poder Público como gestor do programa de navegação. Isso é tanto mais importante no momento em que a hidrovia do São Francisco consegue ingressar como uma das 42 prioridades do Programa Brasil em Ação, recentemente anunciado pelo Governo Federal.

Ora, a esse respeito devo dizer que, embora os recursos para a hidrovia, da ordem de R\$9 milhões, tenham sido alocados pelo Congresso Nacional, por meio de emenda de iniciativa minha, da Bancada da Bahia e da Comissão de Infra-Estrutura do Senado, esses recursos encontram-se hoje, paradoxalmente, contingenciados em mais de 50%; e, embora já estejamos no final de setembro, ou seja, no final do terceiro trimestre do ano, nenhum tostão foi ainda transferido, nenhum tostão foi ainda aplicado na implantação da hidrovia com os recursos orçamentários deste ano.

De modo que é preciso que tenhamos clareza. Se a baía do São Francisco constitui vetor importante de desenvolvimento para o Nordeste, constitui área privilegiada na medida em que, embora percorra uma região semi-árida, vítima das secas, com forte contingente demográfico e baixos níveis de renda, apresenta grande potencial econômico. É vizinha à área do chapadão ocidental da Bahia, que constitui a fronteira de expansão agrícola do Nordeste, junto com o cerrado do sudoeste do Piauí, do sul do Maranhão e do Estado do Tocantins, possibilitando assim uma válvula de escape até para gerar empregos para a população do semi-árido, que não precisaria, assim, migrar para o Sul e Sudeste.

De maneira, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que socorro-me das palavras do próprio Presidente da República, que, anteontem, em solenidade no Palácio, ao falar sobre a implantação de projetos econômicos, disse ao Governador de São Paulo que ficasse tranquilo porque o rio corre sempre para o mar.

Isso é verdade, mas essa frase só me faz sublinhar, salientar e enfatizar a importância do papel e da presença da União, seja para aproveitar as oportunidades endógenas que o Nordeste apresenta, oferece e proporciona, como é o caso da baía do Vale do São Francisco, seja para conduzir aqueles projetos que são necessários, pela ação do Governo Federal, para desconcentrar a economia nacional. Entre eles, insere-se a necessidade imperiosa de o

Nordeste vir a ter a oportunidade de disputar a implantação de indústrias automobilísticas, objeto de medida provisória que ainda hoje se discute com o Executivo. Sobre isso, há compromisso claro do Presidente da República no sentido de editar, num prazo de 15 dias, medida provisória para o Nordeste, embora já tenham se passado cerca de 70 setenta dias que esse compromisso foi assumido.

Entretanto, tenho acompanhado as discussões junto ao Executivo sobre esse assunto e, tenho certeza, continuo confiante, crente que a palavra do Presidente da República será honrada e cumprida por seus auxiliares, que levarão a Sua Excelência, sem dúvida alguma, uma minuta a ser assinada, para que se tenha uma sinalização clara do propósito do Governo Federal de desconcentrar a economia. E que possamos valorizar essas oportunidades que o Nordeste apresenta, como é o caso da fruticultura, da agricultura irrigada de que o São Francisco constitui, sem dúvida, o exemplo mais pronto e acabado, expandindo-se também ao Vale do Rio Paraíba, entre outros.

O Sr. Josaphat Marinho – Permite-me V. Ex^a nova intervenção?

O SR. WALDECK ORNELAS – Pois não, Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho – A lucidez dos seus argumentos, nobre Senador, nos leva a insistir, por assim dizer, em uma indagação: o que será feito dos recursos orçamentários e dos programas relativos ao São Francisco, se se efetivar em breve prazo essa privatização? Que será, portanto, do destino da região, entregue à iniciativa privada, que não tem obrigações com o interesse coletivo?

O SR. WALDECK ORNELAS – A preocupação de V. Ex^a é tanto mais grave porque sabemos que a irrigação no Vale do São Francisco demanda obras onerosas de engenharia com prazos de retornos mais longos.

De modo que temos entendido que constitui inalienável dever do Poder Público a implementação desses projetos.

É evidente que nós precisamos, sim, recuperar os investimentos no prazo compatível com a sua viabilidade econômica estudada caso a caso. É evidente que é preciso ter uma política de operação que otimize a utilização dessa infra-estrutura, e é preciso que se tenha um modelo de ocupação que torne factível a maximização, a otimização da produção desses perímetros. Tudo isso é possível fazer. Existem modelos. Estudamos o assunto na Comissão do São Francisco, temos discutido isso com as áreas pró-

prias do Executivo, mas é preciso que as decisões sejam implementadas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Os Srs. Senadores Júlio Campos, Romeu Tuma, Odacir Soares e Valmir Campelo enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno desta Casa.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a economia brasileira é, de longe, a mais enigmática dos países do ocidente. Aqui convivemos com um sistema que está entre os dez mais ricos do planeta e, ao mesmo tempo, com uma sociedade que tem níveis africanos de distribuição de renda. O abismo entre o rico e o pobre, entre o assalariado e o profissional liberal costuma ser profundo. As disparidades são imensas, o desemprego é enorme, a fome é grande. Tudo isso ocorre numa terra maravilhosa, livre de acidentes naturais, com uma costa marítima de mais de oito quilômetros e fronteiras agrícolas que ainda podem se expandir por milhares de hectares.

Esse panorama faz pensar. O país que consegue se incluir entre o grupo dos dez mais ricos do Planeta, se insere, ao mesmo tempo, no mesmo período e na mesma época, entre as nações mais pobres da África. Os níveis elevados de renda nas manchas de riqueza existentes no sul do país e nas regiões onde a agricultura já possui traços modernos é equivalente a de países desenvolvidos. A periferia das grandes cidades, no entanto, apresenta o quadro desolador do desemprego, da doença, da miséria e do desamparo. É o país em que notícias, numa mesma página de jornal, podem informar sobre progressos na alta tecnologia e a ocorrência de epidemias de dengue. Esse é o retrato do paradoxo brasileiro, do contraditório nacional e do enorme enigma verde e amarelo.

Ao lado desse cenário perturbador, o País convive com uma certa paranóia de economistas que insistem em falar, ensinar e produzir recessões econômicas. A renda, em média, é baixa, mas alguns, assim chamados, especialistas continuam a pregar a recessão, para reduzir o consumo interno, fazer cair o preço da mão-de-obra e baratear os produtos exportáveis. Esse aspecto, tomado em separado, já mereceria um longo estudo. Mas, além de não haver uma política de emprego, que concorreria para reverter, ao menos em parte, as diferenças de renda, o Governo aplica sobre o salário uma série de im-

postos, o que torna absurdamente elevado o custo unitário do empregado para qualquer empresa. OU seja, ao invés de facilitar a política de mais empregos, a ação do Governo inibe o empresário no momento de fazer contratações.

As empresas intensivas de mão-de-obra estão sendo substituídas no mundo inteiro por empresas intensivas de capital e de tecnologia. O notável avanço da informática em praticamente todos os setores permite milagres se as atividades de hoje forem comparadas com iniciativas idênticas há pouco mais de dez anos. Hoje o profissional pode trabalhar mais em sua própria residência, utilizando computadores, aparelhos de fax, fazendo consultas a bancos e escritórios. Em vários países do primeiro mundo, os profissionais estão sendo convidados a trabalhar mais em suas casas, fato que pode aumentar a produtividade, a qualidade do trabalho e descongestionar ruas e escritórios. O computador substitui mão-de-obra em larga escala. Os robôs que substituem operários nas fábricas são filhos da informática.

É, portanto, difícil imaginar hoje a criação de uma empresa intensiva de mão-de-obra. O mundo moderno aponta na direção contrária. Contudo, no Brasil, com seus contingentes famélicos, desempregados ou desassistidos, é urgente e fundamental criar uma política de emprego. E a mão-de-obra é barata se comparada com os preços pagos nos países desenvolvidos. Toma-se mais cara na medida em que o governo da República impõe os chamados encargos sociais sobre a folha de pagamento. Um operário que ganhe, vamos supor, mil reais custa para a empresa 1.600 reais. Ou seja, a empresa paga sessenta por cento e mais, sobre o valor do salário, para poder dar emprego a uma pessoa que vai sustentar a família, comprar, vender e movimentar a economia.

Os encargos incidem sobre o salário de várias maneiras. Vamos pegar o exemplo de um trabalhador que ganhe o salário mínimo por mês. A empresa pagará 26,80 por cento de contribuição previdenciária, mais oito por cento de Fundo de Garantia, mais 14,78 por cento de férias, acrescidos de 11,01 por cento referentes ao décimo terceiro salário. Sem mencionar vale-transporte, refeições e outras vantagens e, também, sem mencionar os custos decorrentes da demissão. Ou seja a empresa paga, além do salário, mais 60,59% a título de encargos sociais. Esses números são eloquentes. Constituem o retrato do desestímulo ao emprego no Brasil.

O outro lado dessa política aponta no sentido da sonegação de impostos, Sr. Presidente, Srs. Se-

nadores. Desde há muito, nesta terra, a ganância de governos produziu sonegação e revolta. O movimento libertário de Tiradentes, em Minas Gerais, começou pela cobrança da derrama. Depois se transformou em revolta contra o domínio português. Hoje temos esse verdadeiro escândalo que é o desestímulo ao emprego. O empresário tem, diante de si, a efetiva possibilidade de não pagar os impostos – mesmo que conceda uma elevação de salário ao trabalhador – e ainda gastará menos que se agir dentro da lei. É um estímulo muito forte à prática da sonegação fiscal. Os homens que lidam com o sistema tributário brasileiro, aparentemente, não percebem essa realidade: quanto mais altos são os impostos, menor o número de pessoas que os pagam e maior é a sonegação.

A chamada economia informal domina quase a metade da economia brasileira. Quer dizer, somente é visível cinquenta por cento da verdade. E da metade escura e não revelada da renda brasileira são conhecidas apenas informações não confiáveis. Apesar disso, o País figura entre os dez mais ricos do Ocidente. Como trazer à luz, no todo ou em parte, essa metade desconhecida da sociedade brasileira e como reduzir os custos pagos pelos outros cinquenta por cento que honram os impostos? Não é difícil perceber, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que a solução está na redução dos impostos e no alívio dos encargos colocados sobre a folha de pagamento. É preciso que o País se conheça como uma estrutura inteira. É necessário que empresários deixem de pagar impostos especialmente elevados quando uma substancial fatia da sociedade ignora a mesma obrigação.

A economia informal é a resposta da sociedade à elevação de impostos. Ou seja, lá na ponta da linha, longe da fiscalização e do rigor excessivo dos economistas, o empresário abre o mercado e dá empregos, que, no entanto, não são computados no sistema nacional. São empregos que, do ponto de vista formal, não existem, porque, em verdade, não geram impostos. Geram apenas a melhoria da renda individual, o que, convenhamos, não é pouco. Esse é o verdadeiro dilema nacional. É preciso criar empregos, fazer o País sair dessa situação incrível em que se meteu: país rico e país pobre, os dois convivem no mesmo espaço, ao mesmo tempo. E cada vez mais o país rico se distancia do país pobre. No entanto, o Governo insinua, ao impor encargos sobre as folhas de pagamento, que essa situação vai perdurar.

Quero lembrar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que estamos vivendo, neste final de século, um dos

últimos momentos em que se poderá mexer significativamente na política de empregos por intermédio do sistema tributário. O mundo do século 21 será certamente mais automatizado, mais informatizado e prescindirá da mão-de-obra não qualificada. Nesse sentido, as máquinas deverão substituir o trabalho do homem. E sobre o trabalho de computadores não existe incidência de impostos. A tecnologia já produziu e continua produzindo máquinas maravilhosas capazes de proezas imagináveis tempos atrás. O mundo do futuro chegou.

Robôs produzem automóveis, navios, aviões. Computadores fazem cálculos precisos com a rapidez de segundos. As comunicações tomaram o mundo pequeno. E para coroar tudo isso, o homem colocou no espaço um supertelescópio, o **Hubble**, que devassa o horizonte e os mistérios do universo. Tudo será diferente no século 21. E tudo será substancialmente diferente nas relações entre o capital e o trabalho. A mão-de-obra não qualificada tende a perder a importância na construção de custos de empresas. O nível tecnológico do empreendimento caminha, a passos largos e com alta velocidade, para se tornar o item mais importante na organização de um empreendimento.

Estamos, no final do século, vivendo em um país de paradoxos. A taxa de natalidade está caindo de forma acentuada. A média de vida do brasileiro está subindo de maneira notável, hoje pela casa dos 57 anos. Isso significa que, já nas próximas gerações, teremos mais gente, durante mais tempo, a demandar empregos. É essencial construir desde já uma política de emprego, ao lado de uma política de renda, para reduzir as disparidades e incentivar a utilização de mão-de-obra.

O caminho para que seja alcançado esse objetivo passa, sem dúvida, pela imediata redução dos encargos sociais do trabalho. É preciso incentivar o empresário a abrir suas portas, de maneira legal e ostensiva, ao trabalhador. Essa é maneira mais simples, menos burocrática e mais eficaz para reverter a atual política de incentivo à sonegação de impostos e à automação das empresas.

Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PL – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para comunicar que nos dias 2 e 3 deste mês, aqui em Brasília, foi realizado o 5º Encontro IBAE/SER. Os encontros entre o IBAE – Instituto Brasileiro de Assuntos Estratégicos, do qual sou Presidente, e o SER – Seguridad Estratégica Regional, que corres-

ponde ao IBAE na Argentina, vêm ocorrendo regularmente todos os anos entre brasileiros e argentinos.

Em 1995, estive participando do 4º Encontro IBAE/SER, em Buenos Aires, a convite do Senado da República Argentina e representando a Presidência desta Casa. Naquela ocasião os temas apreciados pelos grupos de trabalho giraram em torno do "controle e fiscalização dos órgãos e atividades de segurança interna e de inteligência".

Neste quinto encontro, encerrado a semana passada, elegemos três temas da Pauta IBAE/SER e que foram:

- Mercosul e Segurança Regional, onde o primeiro grupo de trabalho Brasil/Argentina debateu políticas de cooperação, em razão do ambiente de afinidades criado pela institucionalização do próprio Mercosul, com ênfase para a segurança do cone sul e as atividades nuclear e espacial, respeitados os acordos já existentes entre os dois governos nessas áreas.

- Crime Organizado e Terrorismo, onde o segundo grupo de trabalho bilateral debateu propostas de ação conjunta para enfrentar e combater estes dois inimigos da sociedade moderna. O Departamento de Polícia Federal brasileiro contribuiu decisivamente para este debate, através da participação dos delegados, doutores Marco Antonio Cavaleiro e Getúlio Bezerra Santos. E, como último tema, o terceiro grupo de trabalho debateu, não só o papel das Indústrias de Material de Defesa do Brasil e da Argentina na Autonomia da Segurança Regional, como também as perspectivas de parcerias nos setores do desenvolvimento científico-tecnológico e nos setores da produção e comercialização desse material de defesa.

Devo destacar que a delegação argentina, chefiada pelo Senador Eduardo Pedro Vaca, presidente da Comissão de Defesa do Senado argentino, contando com a presença de 29 membros entre civis e militares, teve uma participação extremamente rica e estimulante em todas as fases dos trabalhos deste 5º Encontro IBAE/SER, que pela primeira vez ocorre em Brasília.

Como membro desta Casa e presidente do Instituto Brasileiro de Assuntos Estratégicos, peço permissão à Mesa e aos meus pares para registrar, em valde, a brilhante participação do Senador Jarbas Passarinho nos dois dias em que se realizou este encontro. Além do Senador Passarinho e deste orador, mais 40 pessoas, entre civis e militares, integraram a equipe brasileira presente ao encontro.

O próximo IBAE/SER irá realizar-se em Buenos Aires no ano que vem, dando prosseguimento à pauta de Assuntos Estratégicos que o Instituto Brasileiro de Assuntos Estratégicos e o Seguridad Estratégica Regional organizaram, face aos desafios que a globalização total, as integrações regionais e o desenvolvimento de cada país – e suas respectivas variáveis – impõem a cada um de nós, como cidadão e como membro do Estado.

Esses encontros buscam comprovar que estamos, particularmente os países que compõem o Mercosul, diante, muito mais, de um conjunto de oportunidades, do que de ameaças externas. Não há inimigo a enfrentar, mas sim uma busca de parceiros. E é nesse sentido, considerando o conjunto de oportunidades e a busca de parceiros, que, como brasileiro, como representante de meu Estado aqui, no Senado, e como Presidente do Instituto Brasileiro de Assuntos Estratégicos, me sinto gratificado pela conclusão de mais este encontro e extremamente esperançoso pelo próximo.

Assim que eu receber o relatório em preparação pela Comissão Conjunta de Redação Final deste 5º Encontro IBAE/SER, com base nas conclusões dos três grupos de trabalho envolvidos com os temas dominantes nesse importante encontro bilateral, ele será encaminhado à Mesa do Senado e à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa.

Era o que tinha a informar.

Muito obrigado.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cerca de 25 mil pessoas participaram domingo último, da "Caminhada pela Paz no Trânsito" no Distrito Federal.

Iniciada às 15 horas e 30 minutos, a passeata reuniu donas-de-casa, políticos, professores, estudantes, profissionais liberais, artistas, religiosos de todos os credos, gente de todos os ofícios e crianças, muitas, muitas crianças, numa branca caminhada pela Paz, através da pista reta e larga do eixo rodoviário Sul.

Foi uma bonita manifestação, que teve por objetivo alertar a população contra a violência instalada no trânsito do Distrito Federal, que provocou 297 mil acidentes no período de 93 a 96, deixando 177 mil feridos e a macabra cifra de mais de 23 mil mortos.

São estatísticas impressionantes, Sr. Presidente, que provam que o trânsito em Brasília mata mais do que infarto e câncer juntos.

Muito mais que um alerta contra os abusos praticados diariamente no trânsito indisciplinado da Capital Federal, a "Caminhada pela Paz no Trânsito" teve o mérito de mostrar que a população não está alheia ao problema.

Dezenas de pessoas em cadeiras de rodas participaram da manifestação, elas próprias vítimas de acidentes brutais, que tomaram-se corriqueiros em nossos eixos e avenidas.

A "Caminhada pela Paz no Trânsito" foi um sucesso indiscutível e demonstra, de forma inequívoca, o acerto desta Casa ao aprovar o substitutivo ao projeto do novo Código de Trânsito.

A nova proposta de legislação para o trânsito, a ser apreciada agora pela Câmara dos Deputados, contém avanços significativos e vai-se constituir em instrumento eficaz para por fim à impunidade dos que praticam verdadeiros assassinatos nas pistas e rodovias do País.

Dentre as inovações contidas no substitutivo aprovado pelo Senado Federal, a principal delas refere-se ao estabelecimento de penas para os crimes de trânsito.

Para o homicídio culposo foi estabelecida uma pena de 02 a 04 anos de reclusão, podendo ser aumentada em mais 02 anos, caso haja agravantes, como embriaguez, por exemplo.

Dirigir embriagado, participar de "pegas" ou provocar lesões corporais em alguém, poderá custar ao motorista infrator de 6 meses a 2 anos de prisão. A omissão de socorro e a fuga do local do acidente serão punidas com 06 meses a 01 ano de cadeia. Dirigir sem habilitação, pelo novo Código, vai custar até 01 ano de prisão.

O novo Código de Trânsito prevê, ainda, a obrigatoriedade do ensino de noções de trânsito nas escolas de 1º e 2º Graus e do uso de cinto de segurança e de "air bag" em todos os veículos que rodam pelo País.

Para obter Carteira de Motorista o interessado terá que submeter-se a um período probatório, recebendo primeiramente, uma permissão provisória para dirigir. Se depois de 01 ano ficar comprovado que o candidato não cometeu nenhuma falta grave, então ser-lhe-á concedida a habilitação definitiva.

Há, ainda, a possibilidade de punição para pedestres transgressores, que desafiam o trânsito atravessando mas em local proibido, que poderão ser multados em até 25 UFIR's.

São inovações que visam dar aos órgãos fiscalizadores maior poder de ação, coisa que o atual Có-

digo de Trânsito não contempla, devido à sua extrema complacência para com o motorista infrator.

O novo Código de Trânsito procura, também, incentivar a fiscalização preventiva, em contrapartida às expedições meramente punitivas, realizadas por pessoal despreparado, como ocorre nos dias de hoje.

Em resumo o Senado Federal deu um passo adiante na luta para acabar com a impunidade dos crimes de trânsito, encaminhando à Câmara uma proposta moderna de legislação para o trânsito.

Ao ressaltar o sucesso da "Caminhada pela Paz no Trânsito", da qual fiz questão de participar, cumpro-me reconhecer a atuação do jornal **Correio Braziliense**, jornal pioneiro da Capital Federal, que não mediu esforços para promover esse evento de profundo significado ético.

Está de parabéns, repito, o **Correio Braziliense** pelo sucesso da "Caminhada pela Paz no Trânsito". Tenho a certeza de que Brasília amanheceu mais leve, que os "desajustados" do trânsito vão pensar duas vezes, ao sentirem-se tentados a cometer barbaridades nos eixos e vias da Cidade.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

O SR. ODACIR SOARES (PFL – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nem tudo o que nós brasileiros dizemos em desprezo a nós mesmos é justo e procedente. Sobretudo, quando a autocrítica implodida explode em momento de crise ou de depressão social.

Em tais momentos, a severidade voltada contra nós mesmos não passa de um desabafo catártico.

Há, todavia, uma reprimenda que nós nos fazemos com muita frequência, e esta é de todo procedente.

Refiro-me à censura que nos auto-aplicamos, pela debilidade de nossa consciência cívica e pela reduzida participação que temos em prol dos interesses da cidadania.

Exemplo mais agudo dessa fragilidade é nossa inconsciência do importantíssimo papel que representamos, como contribuintes que somos do erário público.

Não fora assim, e encararíamos como nosso dever cívico primordial, o de acompanhar a tramitação da Proposta Orçamentária da União, anualmente submetida ao exame e aprovação do Congresso Nacional.

Não fora assim, e todos nós nos aplicaríamos com maior empenho e rigor a fiscalizar o fiel cumprimento da Lei Orçamentária Anual.

Felizmente, a discussão e a votação do Orçamento começa a suscitar interesse maior da opinião pública e dos parlamentares.

Com efeito, já não são poucos os que estão vendo na votação dessa matéria o principal instrumento de programação das finanças públicas e de controle dos gastos do governo pela sociedade.

Esse avanço é mérito da Constituição de 1998, que destacou o Poder Legislativo como instância decisória por excelência de tudo o que concerne às questões orçamentárias. E, no âmbito do Congresso, o colegiado constituído especificamente para essa tarefa é a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta, em boa hora, entendeu de estabelecer mecanismos susceptíveis de ampliar a participação da sociedade na discussão orçamentária, conferindo ao trato deste tema a transparência e acessibilidade reclamadas por diferentes expressões da opinião pública.

As audiências públicas promovidas pela citada Comissão Mista, assim como as reuniões regionais têm-se erigido em fórum sumamente eficaz para o confronto das propostas orçamentárias do governo com a manifestação das reivindicações da sociedade, seja por intermédio de seus representantes nos legislativos da órbita federal, estadual e municipal, seja por intermédio de autoridades governamentais ou das lideranças não-governamentais de expressão nacional ou regional.

Como membro dessa Comissão e, particularmente, como Coordenador de sua Subcomissão de Fiscalização e Controle, tenho manifestado as melhores expectativas quanto à consecução dos objetivos visados pelas Reuniões Regionais, muito especialmente os que intentam aprofundar a discussão do processo orçamentário junto à sociedade, assim como o que pretende criar um vínculo direto entre a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com as diversas lideranças e comunidades das regiões do País afetadas pelas ações previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA.

E a primeira experiência colhida na reunião dedicada à Região Norte, que acaba de ser realizada em Manaus, dia 16 de setembro próximo passado, não apenas veio confirmar mas até superar nossas melhores expectativas.

Ao mencionar o êxito obtido nessa primeira Reunião Regional, não é meu propósito, Sr. Presidente, comentar todos os debates que ali se travaram. Pretendo, pelo contrário, limitar-me a relatar as considerações tecidas pelo ilustre governador do Es-

tado da Amazônia, Amazonino Armando Mendes, na importante manifestação que ele endereçou aos integrantes da Comissão Mista do Orçamento – CMPOPF, do Congresso Nacional, na pessoa de seu Presidente, Deputado Sarney Filho.

É que este documento exprime, de forma paradigmática, o tom desinibido e independente das contribuições que a Comissão esperava dos participantes das Reuniões Regionais.

Com efeito, no documento em referência, o Governador Amazonino Armando Mendes, depois de exaltar "a elevada grandeza política" e o "consistente grau de democratização" revelado pela Comissão na iniciativa de ouvir as entidades civis nas Reuniões Regionais, valeu-se do ensejo para levar ao conhecimento da Comissão alguns dados e informes de suma relevância.

Entre estes, impõe-se destacar o confronto feito pelo governador entre o que preceitua a Constituição Federal e a realidade amazonense.

Cito textualmente o governador:

"O inciso III do art. 3º da Constituição Federal estabelece como um dos princípios fundamentais da República a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Esse princípio somente será cumprido se o fluxo de recursos da União para os Estados for positivo. No entanto, o que se verifica no caso do Estado do Amazonas é que, ao invés de transferir recursos para investimentos diretos federais, o fluxo é inverso, com o Estado sendo um exportador líquido de recursos para o Governo Federal, como se pode ver a seguir :

Arrecadação de Tributos Federais R\$ 985,0 milhões no Estado

Repasses Constitucionais

FPE R\$ 215,0 milhões

FPM R\$ 86,0 milhões

SAÚDE (SUS – Contrapartida de R\$ 60,0 milhões Serviços)

EDUCAÇÃO (Salário Educação, R\$ 22,0 milhões Merenda, etc.)

Sub-total R\$ 602,0 milhões

Investimentos Diretos da UNIÃO R\$ 1,5 milhões

Exportação Líquida de Recursos " para a União

A continuar o quadro descrito, com o Amazonas transferindo recursos líquidos para a União, associado a quase total inexistência, há anos, de investimentos federais em infra-estrutura econômica e social no Estado, estar-se-á aumentando o fosso entre as unidades pobres e ricas da Federação, agravando-se as desigualdades regionais e sociais."

Por mais surpreendente e por mais absurda que possa parecer, essa descapitalização da Amazônia em favor da União, é uma realidade que, possivelmente, passaria em brancas nuvens, não fora essa oportunidade ímpar de manifestação ensejada ao governador do Estado pela CMPOPF no Fórum das Reuniões Regionais.

Por outro lado, ao acolher essas e outras considerações, a Comissão Mista do Congresso Nacional está acumulando argumentos concretos e convincentes para fazer sentir aos responsáveis pela elaboração do Orçamento da União a imperiosa necessidade de aprimorar e equanimizar os critérios de distribuição dos recursos arrecadados dos contribuintes brasileiros, já que os novos tempos os vão tomando cada vez mais conscientes e vigilantes.

O contribuinte amazônico, por exemplo, já começa a se conscientizar de que o custo da preservação da Floresta Amazônica (intocável em cerca de 98,7% de sua área total) e reclamada compulsivamente aqui a alhures, é o empobrecimento de seu povo.

O mínimo que os contribuintes regionais esperam da União é que esta reveja seus critérios de orçamentação e invista mais generosamente em ações compensatórias voltadas para o bem-estar e melhoria da qualidade de vida das populações amazônicas.

É o que penso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sra. 1ª Secretária, em exercício, Sra. Emília Fernandes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 943, DE 1996

Senhor Presidente,

Pelo falecimento do Deputado Elias Abrahão requeremos, nos termos dos arts. 218, 220 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à famílias e ao Estado do Paraná; e
- c) levantamento de sessão.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 1996. –
Valmir Campelo – Bernardo Cabral – Emília Fernandes – Henrique Loyola – Joel de Hollanda – Josaphat Marinho – Odacir Soares – Edison Lobão – Antônio Carlos Valadares.

ELIAS ABRAHÃO
(Elias Abrahão)

PMDB – Paraná

Profissão: Professor e Pastor

Nascimento: 28 de maio de 1941, Franca, SP.

Filiação: Abrahão Elias e Abce João Jorge

Cônjuge: Magali Salin Abrahão

Filhos: Luciana Paula e Ricardo

LEGISLATURAS (CD): 1995-1999

MANDATOS ELETIVOS: Deputado Federal, 1995-1999, PR, PMDB.

FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS: PMDB, 1986

ATIVIDADES PARTIDÁRIAS: Membro do Diretório Regional do PMDB, PR, 1986-1990; Membro do Diretório Regional do PMDB, PR, 1990-1994

ATIVIDADES PROFISSIONAIS: Professor, Sociedade Educacional Positivo, Cultura, PR, 1973-1990.

CARGOS PÚBLICOS: Secretário Municipal do Meio Ambiente, Curitiba, PR, 1986-1988, Coordenador do Meio Ambiente da Secretaria de Desenvolvimento urbano do Estado do Paraná, 1989-1990; Secretário de Educação do Estado do Paraná, 1991-1994.

ESTUDOS E GRAUS UNIVERSITÁRIOS: Teologia, Faculdade de Teologia de Campinas, SP, 1961-1965; Mestrado em Filosofia e Teologia, Pittsburg Theological Seminary, EUA, 1966-1968; Doutorado em Filosofia e Teologia, Pittsburg Theological Seminary, EUA, 1969-1972.

OUTROS CURSOS: Complementação Filosófica, Univ. de Santa Catarina, Florianópolis, 1973; Psicologia-Bioenergética, Núcleo de Psicologia de Curitiba, PR, 1979.

PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIOS, CONFERÊNCIAS, CONGRESSOS: Presidente do I Encontro Nacional de Municípios e Meio Ambiente, Curitiba, PR, 1988; Presidente do I Encontro do MERCOSUL, Foz do Iguaçu, PR, 1993; Conferencista do VI Simpósio Nipo-Brasileiro de Educação, Kobe-Hiogo, Japão, 1992.

ATIVIDADES SINDICAIS, REPRESENTATIVAS DE CLASSE E ASSOCIATIVAS: Membro, Diretoria da UEE, São Paulo, SP, 1964.

CONDECORAÇÕES: Cidadão Honorário de Curitiba, 1992. Alto Piquiri, Assis Chateaubriand, Cornélio Procopio, Cruzeiro do Oeste, Maria Helena, Nova Londrina e Wenceslau Braz, 1993. Barbosa Ferraz. Brasília do Sul e Tunas do Paraná, 1994, respectivas Câmaras Municipais, PR.

MISSÕES OFICIAIS NO EXTERIOR: Membro da delegação para estudo da Casa Familiar Rural, França, Espanha e Portugal, 1993.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Esse requerimento depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem. (Pausa.)

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – A Presidência, tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 943, de 1996, vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h20min.)

ATA DA 147ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 1996.

(Publicada no DSF, de 13 de setembro de 1996.)

RETIFICAÇÃO

A página nº 16125, 1ª coluna, no Anexo ao Parecer nº 524, de 1996, oferecendo a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 2, de 1996, que dispõe sobre a criação do "Dia Nacional dos Povos da Floresta" e dá outras providências,

Onde se lê:

.....
Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Lê-se:

.....
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

ATA DA 149ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 1996 (Publicada no DSF, de 17 de setembro de 1996)

RETIFICAÇÕES

No sumário da Ata, à página nº 16189, 2ª coluna, no item 2 – **RETIFICAÇÕES**,

Onde se lê:

Republicação da Ata da 139ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 10 de setembro de 1996, por erro de paginação no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente.

Lê-se:

Republicação da Ata da 139ª Sessão Deliberativa Extraordinária, realizada em 10 de setembro de 1996, por erro de revisão gráfica no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente.

.....

.....

No cabeçalho da Ata republicada à página nº 16217, 2ª coluna,

Onde se lê:

**ATA DA 139ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 1996**
(Publicada no DSF, de 11 de setembro de 1996)

Lê-se:

**ATA DA 139ª SESSÃO DELIBERATIVA
EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA
EM 10 DE SETEMBRO DE 1996**

(Publicada no DSF, de 11 de setembro de 1996)

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.086, DE 1996 (*)

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 012.956/96-1, resolve aposentar, voluntariamente, SÔNIA MARIA DE ATTAYDE TAVARES, Técnico Legislativo, Área 2 – Especialidade Processo Legislativo, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 186, inciso III, alínea c, e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas nos arts. 34, § 2º, e 37 da Resolução SF nº 42, de 1993, e na Resolução SF nº 76, de 1995, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 10 de setembro de 1996. –
Paula Cunha Canto de Miranda, Diretora-Geral,
em exercício.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DSF de 11-9-96.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.111, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 12, de 1995, da Comissão Diretora, de acordo com a Resolução nº 42, de 1993, do Senado Federal, e com o Ato nº 53, de 1993, da Comissão Diretora, resolve nomear ANTOINETTE OLIVEIRA BLACKMAN para o cargo de Analista Legislativo – Nível III – Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade de Medicina, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato nº 1, de 1993, do Presidente, publicado na Seção II do **Diário do Congresso Nacional**, de 5 de janeiro de 1993, com prazo de validade prorrogado pelo Ato nº 25, de 24 de novembro de 1994, da Comissão Diretora.

Senado Federal, 18 de setembro de 1996. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.112, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 12.664/96-0, resolve designar o servidor do Cegraf, LUIZ FERNANDO VEIGA AVALONE, matrícula 1200, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, símbolo FC-3, do Gabinete do Senador Francelino Perelra, com efeitos financeiros a partir de 26 de agosto de 1996.

Senado Federal, 18 de setembro de 1996. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

MESA**Presidente**

José Sarney - PMDB - AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho - PSDB - AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos - PFL - MT

1º Secretário

Odacir Soares - PFL - RO

2º Secretário

Renan Calheiros - PMDB - AL

3º Secretário

Levy Dias - PPB - MS

4º Secretário

Emandes Amorim - PMDB - RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares - PSB - SE

Eduardo Suplicy - PT - SP

Ney Suassuna - PMDB - PB

Emília Fernandes - PTB - RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma - PSL - SP

Corregedores - Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS

2º Senador Joel de Holanda - PFL - PE

3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior - PMDB - AC

Waldeck Ornelas - PFL - BA

Emília Fernandes - PTB - RS

José Ignácio Ferreira - PSDB - ES

Lauro Campos - PT - DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Eklo Alvares - PFL - ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda - PSDB - DF

Vilson Kleinöbing - PFL - SC

Ramez Tebet - PMDB - MS

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Glávm Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Eptacio Cafeteira

Vice-Líder

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder**LIDERANÇA DO PDT****Líder**

Júria Marise

Vice-Líder

Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
1. Casildo Maldaner		1. Onofre Quinan
2. Ramez Tebet		2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior		3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna		4. Coutinho Jorge
	PFL	
1. Elcio Álvares		1. José Agripino
2. Francelino Pereira		2. Carlos Patrocinio
3. Waldeck Ornelas		3. Vilson Kleinübing
4. José Alves		4. José Bianco
	PSDB	
1. Lúcio Alcântara		1. Jefferson Peres
2. (vago)		2. José Ignácio Ferreira
	PPB (ex-PPR + ex-PP)	
1. Eptácio Cafeteira		1. Lucídio Portella
2. Osmar Dias (PSDB)		2. Antônio Carlos Valadares (PSB)
	PTB	
1. Emilia Fernandes		1. Artindo Porto
	PT	
1. Marina Silva		1. Lauro Campos
	PDT	
1. Darcy Ribeiro		1. Sebastião Rocha

Membre Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

**SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA**

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPTÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDÓ FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA *1

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6- HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
PEDRO PIVA *1	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLYCY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - o titular da cadeira - Sen. JOSÉ SERRA - reassumiu sua vaga no Senado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77	2-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1- VAGO	
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-PEDRO PIVA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB			
REGINA ASSUMPCÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA *1	SP-2051/67		

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
SANDRA GUIDI	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
- 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
PPB			
SANDRA GUIDI	SC-4206/07	1-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
EDUARDO SUPLEY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2132	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PEDRO PIVA	SP-2351/2353	4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/2077
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PPS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)**

(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Mariuce Pinto ¹
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinübing		Joel de Hollanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
Geridílio Amis		
	PTB	
Emília Fernandes		

Ormar Dias²

PP

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrabão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Cruzias
	PPB	
Fetter Júnior ³ ⁴		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

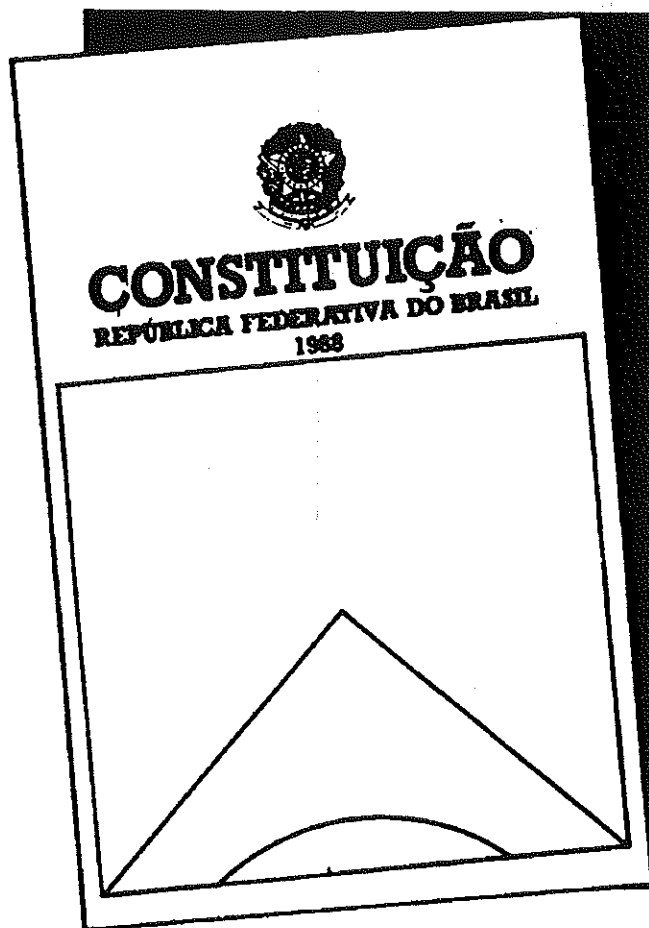
1. Pedro Simon substituído por Mariuce Pinto, em 2-10-95.

2. Filiado ao PSDB em 22-6-95.

3. Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.

4. Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96.

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

**Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)**

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS